www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO&CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF Nº 16.590.234/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um ano repleto de desafios e conquistas: assim foi o nosso 2019!
Estamos nos aproximando do nosso cinquentenário uma história de vida que vai muito além de um negócio!
Como líder de mercado nas categorias de calçados e bolsas para as classes A e B, demonstramos nossa força e resiliência, entregando resultados sólidos e consistentes através de um time altamente engajado construindo uma cultura de sucesso e pavimentando o caminho do nosso futuro.
O mundo está cada vez mais dinâmico, com a adoção de tecnologias disruptivas e de **mudanças importantes no comportamento dos consumidores** – seja quanto à exigência de um propósito associado às marcas, ao posicionamento socioambiental e, sobretudo, a necessidade de ser atendido de maneira rápida, conectada e personalizada – o que redobrou nossa motivação para revisitar uma estratégia altamente vencedora. Afinal, o que nos trouxe até aqui não necessariamente nos levará onde queremos chegar. E nosso sonho é grande!
Foi assim que iniciamos um **novo ciclo de planejamento estratégico** na Arezzo&Co – um projeto que contou com elevada dedicação de nossos principais executivos e com o apoio de uma das mais renomadas consultorias de estratégia no mundo.
Aqui, cabe fazer um breve parêntese, a escolha do nome para o projeto: "Da Vinci" – um dos maiores artistas de todos os tempos, capaz de unir arte e ciência em tudo o que produziu, através de sua curiosidade insaciável. A Arezzo&Co, uma empresa de moda e criação de produtos e sonhos ("arte"), precisa ser capaz de se reinventar, assim como Da Vinci, utilizando a "ciência" – dados, tecnologia, modelo de suprimento e abastecimento – para criar uma combinação orquestrada capaz de entregar os melhores produtos, na hora e local certos, da melhor maneira possível, aos seus clientes.
Quando iniciamos o projeto Da Vinci, tínhamos uma grande certeza: que o foco no cliente era não apenas desejável, mas crucial. Com base na leitura do livro *Mentalidade do Fundador*, de James Allen, sócio da *Bain Company*, optamos por percorrer uma jornada incansável, posicionando nossas **clientes no centro do negócio** – com forte empoderamento da linha de frente para viabilizar a melhor experiência de marca – onde quer que a cliente esteja. Afinal, não queremos que nossa participação de mercado nos limite ou nos torne incumbentes com o passar do tempo, distantes da voz do consumidor. Queremos usar a nossa escala, aliada à nossa "mentalidade de dono", tão presente em nossas equipes, buscando constante agilidade.
Adicionalmente, o projeto Da Vinci nos ajudou a entender o potencial de nossas marcas atuais, cada qual com seu posicionamento e curva de maturidade. Os resultados nos deixaram ainda mais otimistas com nosso crescimento futuro já endereçado no mercado doméstico.
A marca Arezzo - democrática, acessível e com sua pujante rede de franqueados - continuará a expandir através do modelo *light* e da omnicanalidade, permitindo reduzir a ruptura nas lojas. Schutz – marca de desejo e protagonista na cena *fashion* – aumentará sua força e relevância digital. Anacapri – marca descomplicada e alto astral – terá um interessante caminho de crescimento através da abertura de novas lojas e maturação das existentes. Alexandre Birman – marca sinônimo de luxo – dará continuidade ao seu franco crescimento no Brasil e no exterior, associado a um aumento exponencial de *brand awareness*. Fiever – marca de *sneakers* jovem e urbana – seguirá com seu plano de expansão em diferentes canais. E, finalmente, Alme – marca de conforto – continuará a crescer em seu mercado endereçável, atendendo mulheres maduras e em busca de conforto, sem abrir mão do estilo.
Além disso, em 2019 a Arezzo&Co deu importantes passos em seu **processo de transformação digital**, através do estabelecimento de uma cultura ágil e elevação de seu patamar tecnológico. Nosso foco primordial foi utilizar a tecnologia como meio, estabelecendo uma plataforma de produtividade e crescimento, visando empoderar as marcas com dados de BI para maximizar sua assertividade em vendas e estimular a **omnicanalidade**. Também foi dado um importante passo com a implementação do **RFID** na marca Schutz, que será estendido para as demais marcas do grupo em um futuro próximo.
Nesse cenário de marcas vencedoras e à frente de seu tempo – porém tão diferentes entre si – existem elementos comuns, agregados em uma robusta estrutura, que incluem, mas não se limitam a *sourcing*, engenharia de produtos, expansão, logística, franchising, multimarca e *web commerce* – além das áreas corporativas de suporte. Com a confiança de que tais áreas já atingiram a escala e a maturidade necessárias para absorver novas operações, passamos a nos questionar ao longo de 2019 se já não seria o momento de quebrarmos um antigo paradigma: o de termos apenas marcas criadas por nós em nosso portfólio.
E foi nesse contexto que abrimos o nosso horizonte pra as oportunidade de M&A, estreando nosso primeiro movimento inorgânico, através da obtenção da exclusividade para comercialização e operação da marca Vans® no Brasil. Um desafio do tamanho da oportunidade que representa: uma marca reconhecida mundialmente, altamente desejada no mercado brasileiro e que traz consigo categorias novas para a Arezzo&Co, como calçados masculinos, infantis e vestuário. Uma operação de tamanho relevante (acima de R$ 200 milhões de faturamento), com forte potencial de crescimento, através de lojas físicas, multimarcas e *web commerce*.
Após a transação, iniciamos a frente de integração com muita humildade e dedicação. Em cerca de um mês, transferimos mais de 450 mil pares de calçados, acessórios e vestuário, criando um novo centro de distribuição, além da implementação integral do SAP e da internalização do *web commerce*, antes terceirizado. Nossa confiança, sempre elevada e movida pela paixão pelo negócio e por fazer acontecer, está maior do que nunca.
Certamente a Vans® nos abre um **novo caminho de possibilidades**, caminho pelo qual temos genuína intenção em trilhar, com critérios muito claros do que queremos fazer – e talvez ainda mais importante – do que não iremos fazer. Estamos motivados e confiantes de que a Arezzo&Co se consolidará como uma grande plataforma de marcas, uma verdadeira **"**House of Brands**".** Trata-se de um novo *mindset*, que veio para ficar. Além de licenciamentos como a Vans®, continuamos a analisar outras oportunidades de consolidação de mercado, seja de marcas tradicionais consolidadas ou de marcas insurgentes.
Apesar de ainda termos muito espaço para crescer através de nossas marcas próprias, da Vans® e de possíveis outras, acreditamos em um sonho ainda maior – e é por isso que discutimos incessantemente ao longo de nosso planejamento estratégico o que haveria de mais disruptivo a acontecer futuramente. Nesse contexto, definimos que queremos ser além de uma plataforma de marcas – e sim uma **plataforma de moda**, com todas as nossas marcas convivendo juntas, atreladas a um programa de fidelidade, carrinho de compra e frete únicos, além de investimentos em marketing e em downloads otimizados. Essa é a nossa meta para 2020, mas ela não para por aqui. Através da oferta de conteúdo de moda e serviços – a serem conectados posteriormente – poderemos trilhar um caminho rumo a um *marketplace* "3P", cuja curadoria de marcas parceiras e complementares às do grupo será um dos nossos grandes diferenciais como plataforma. Afinal, a Arezzo&Co quer ser a aliada de nossos clientes na moda e na vida, revolucionando o mercado *fashion* para as classes A/B no Brasil.
Nosso foco na expansão internacional – principalmente através de nossa operação própria nos Estados Unidos, continua sendo um importante pilar de nossa estratégia. Nosso crescimento exponencial da venda *online*, a abertura de novas "*doors*" e o ganho de "*share of wallet*" nas lojas de departamento são muito expressivos. Apesar da transformação vista no varejo norte-americano, acreditamos na importância das lojas físicas para a construção de *brand awareness* e de experiência de marca. O ano de 2019 trouxe conquistas importantes, porém também ajustes e investimentos que impactaram o resultado consolidado da nossa companhia. Contudo, acreditamos muito no potencial de nossas marcas no mercado norte-americano, e em 2020 continuaremos crescendo, respeitando nossa geração de caixa, e visando a melhoria contínua da rentabilidade.
Para encerrar, gostaria de agradecer a todo o time e ao Conselho de Administração pela dedicação empenhada ao longo desse 2019 tão intenso.
Nossa cultura é a base de tudo o que fazemos. O futuro a gente cria.
2154 é agora!
A Administração.

2. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos para as classes A/B no Brasil. Acumulando 47 anos de história, comercializa atualmente mais de 14,5 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui sete importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme e Vans®.
Suas linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.
A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de lojas próprias, franquias, multimarcas e web commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas Schutz e Alexandre Birman são comercializados também em lojas próprias, web commerce e lojas de departamento.
A Companhia encerrou 2019 com 699 franquias, 53 lojas próprias e em 2.646 lojas multimarcas no Brasil.

AREZZO

Fundada em 1972 por Anderson Birman, a marca é Top of Mind no segmento de calçados femininos no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo, satisfazendo mulheres de todas as idades. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas e sites de moda do país com seu modelo fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz fundada em 1995, tem como principal missão oferecer ao público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão. O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea, que é irreverente e tem estilo próprio. Convida a ousar e a desafiar o que é consenso.

ANACAPRI

A Anacapri, marca especializada em calçados flats (sem salto) do Grupo Arezzo&Co, nasceu em 2008 com o objetivo de descomplicar a vida de suas consumidoras com uma moda acessível e cheia de personalidade, sem abrir mão do conforto.

ALEXANDRE BIRMAN

A marca Alexandre Birman, criada em 2009, é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos de luxo, dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo no mundo todo. A marca é reconhecida pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior.

FIEVER

Uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, cool e despretensiosa voltada para o público jovem focada em *casual sneakers*. O caminho que traça busca sempre inovar, acompanhando o ritmo dessa geração.

ALME

A Alme foi criada em 2018, após um ano de estudos e de pesquisas qualitativas e quantitativas. Com estilo atemporal, a Alme busca atender uma crescente demanda das consumidoras por sapatos confortáveis e bonitos para todas as ocasiões.

VANS "OFF THE WALL"

Em 2019, a Arezzo&Co anunciou um acordo para ser a distribuidora exclusiva da marca Vans® no Brasil. Original "Off the Wall" desde 1966, a marca Vans® cria calçados, roupas e acessórios com foco em ação para skatistas, surfistas, ciclistas de BMX e snowboarders em todo o mundo. A marca se conecta à cultura jovem para promover a auto-expressão, autenticidade e progressão criativas, ao mesmo tempo em que vincula as raízes profundas da marca nos esportes de ação à arte, música e cultura de rua.
Adoção da Norma IFRS 16 – Principais Impactos
A adoção da norma IFRS16 em janeiro de 2019 trouxe algumas alterações no modo de contabilizar a parcela fixa dos alugueis, enquadrados como arrendamento. Os compromissos futuros dos arrendamentos são reconhecidos como passivos, em contrapartida ao direito de uso que é reconhecido como um ativo fixo. Como consequência, as despesas de alugueis são substituídas por juros sobre o passivo de arrendamento e pela depreciação do direito de uso. Desta forma, quando comparado ao modelo IAS 17 / CPC 06, o IFRS 16 gera um efeito positivo no EBITDA, uma vez que os aluguéis são reclassificados de despesas operacionais para despesas de depreciação e despesas financeiras.
Para melhor entendimento das alterações, ao longo do release de resultados, foi incluída uma coluna pro-forma do 4T19, desconsiderando a adoção da norma, nas tabelas relativas às principais contas impactadas. Os impactos da aplicação desta nova norma estão demonstradas nas notas 12 – Imobilizado e 16 – Arrendamento das Notas Explicativas do ITR do 4T19.

BALANÇO

Ativo - Direito de Uso + R$ 205 Milhões
Passivo - Arrendamento *+ R$ 209 Milhões*

RESULTADOS

CMV (Despesa com Ocupação) *(R$ 10) Mil*
SG&A (Despesa com Ocupação) *R$ 409 Mil*
EBITDA *+R$ 8,7 Milhões*
Depreciação de Arrendamento (Despesa) *(R$ 8,1) Milhões*
Desp. Financeira de Arrendamento *(R$ 1,2) Milhões*
Lucro Líquido *(R$ 0,7) Milhões*

Demonstração de Resultados	4T19 Divulgado	Ajustes IFRS 16	4T19 Pró-forma	2019 Divulgado	Ajustes IFRS 16	2019 Pró-forma
Receita Bruta	**573.729**	**-**	**573.729**	**2.063.929**	**-**	**2.063.929**
Receita Líquida	**467.652**	**-**	**467.652**	**1.679.235**	**-**	**1.679.235**
CMV	**(249.435)**	**7**	**(249.428)**	**(903.541)**	**(42)**	**(903.583)**
Depreciação e amortização - Custo	(664)	195	(469)	(2.768)	901	(1.867)
Lucro Bruto	**218.217**	**7**	**218.224**	**775.694**	**(42)**	**775.652**
Margem Bruta	46,7%	0,0%	46,7%	46,2%	0,0%	46,2%
SG&A	**(142.180)**	**(408)**	**(142.588)**	**(552.592)**	**(708)**	**(553.300)**
Depreciação e amortização - Despesa	(17.128)	8.087	(9.041)	(75.075)	37.372	(37.703)
% ROL	-30,4%	-0,1%	-30,5%	-32,9%	0,0%	-32,9%
EBITDA	**93.829**	**(8.684)**	**85.145**	**300.945**	**(39.024)**	**261.921**
Margem EBITDA	20,1%	-1,9%	18,2%	17,9%	-2,3%	15,6%
Resultado Financeiro	**(4.644)**	**1.134**	**(3.510)**	**(18.176)**	**5.319**	**(12.857)**
Lucro antes do IR e CS	**71.393**	**733**	**72.126**	**204.926**	**4.569**	**209.495**
IR + CS	**(12.738)**	**-**	**(12.738)**	**(42.787)**	**-**	**(42.787)**
Lucro líquido	**58.655**	**733**	**59.388**	**162.139**	**4.569**	**166.708**
Margem Líquida	12,5%	0,2%	12,7%	9,7%	0,3%	9,9%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO – 2019

Resumo de Resultados	4T19	4T18	Δ (%) 19 x 18	4T19 Pró-Forma	Δ (%) 19 x 18
Receita Líquida	467.652	412.211	13,4%	467.652	13,4%
Lucro Bruto	218.217	194.724	12,1%	218.224	12,1%
Margem bruta	46,7%	47,2%	-0,5 p.p.	46,7%	-0,5 p.p.
EBITDA	96.308	64.118	50,2%	85.145	32,8%
Margem EBITDA[1]	20,6%	15,6%	5,0 p.p.	18,2%	2,6 p.p.
Lucro líquido	58.655	42.243	38,9%	59.388	40,6%
Margem líquida	12,5%	10,2%	2,3 p.p.	12,7%	2,5 p.p.

Resumo de Resultados	2019	2018	Δ (%) 19 x 18	2019 Pró-Forma	Δ (%) 19 x 18
Receita Líquida	1.679.235	1.526.659	10,0%	1.679.235	10,0%
Lucro Bruto	775.694	710.672	9,1%	775.652	9,1%
Margem bruta	46,2%	46,6%	-0,4 p.p.	46,2%	-0,4 p.p.
EBITDA	303.424	232.161	30,7%	261.921	12,8%
Margem EBITDA[1]	18,1%	15,2%	2,9 p.p.	15,6%	0,4 p.p.
Lucro líquido	162.139	142.644	13,7%	166.708	16,9%
Margem líquida	9,7%	9,3%	0,4 p.p.	9,9%	0,6 p.p.

Indicadores Operacionais	4T19	4T18	Δ (%) 19 x 18	2019	2018	Δ (%) 19 x 18
Número de pares vendidos ('000)	4.352	3.980	9,3%	14.533	13.507	7,6%
Número de bolsas vendidas ('000)	509	509	0,0%	1.771	1.520	16,5%
Número de funcionários	2.465	2.437	1,1%	2.465	2.437	1,1%
Número de lojas*	752	685	67	752	685	67
Próprias	53	51	2	53	51	2
Franquias	699	634	65	699	634	65
Outsourcing (% da produção total)	91,0%	92,1%	-1,1 p.p	90,7%	91,6%	-0,9 p.p
SSS[2] sell-in (franquias)	2,8%	9,2%	-6,4 p.p	1,7%	4,7%	-3,0 p.p
SSS[2] sell-out (lojas próprias + web + franquias)	5,7%	3,6%	0,2 p.p	3,9%	4,2%	-0,3 p.p

* Inclui lojas no exterior

(1) EBITDA = Lucro Antes do Resultado Financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.
(2) SSS (vendas nas mesmas lojas): as lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell-out, e em vendas brutas para sell-in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. A partir do 4T16 a companhia passou a reportar o SSS sell-in líquido de descontos. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, impactando a área de vendas em mais de 15%, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell-in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS sell-in, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada loja franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS sell-out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de lojas próprias e vendas de sell-out de franquias. Os números de sell-out de franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros. A partir do 1T14, a Companhia passou a também reportar o SSS de sell-out incluindo as vendas do canal online.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código CC3C-AC4F-E40E-8BA8.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS

Continuação ➔

Receita Bruta	4T19	Part%	4T18	Part%	Δ (%) 19 x 18	2019	Part%	2018	Part%	Δ (%) 19 x 18
Receita bruta total	**573.729**		**505.511**		**13,5%**	**2.063.929**		**1.865.766**		**10,6%**
Mercado externo	**66.258**	**11,5%**	**52.395**	**10,4%**	**26,5%**	**258.982**	**12,5%**	**186.898**	**10,0%**	**38,6%**
Exportações	*8.420*	*12,7%*	*14.542*	*27,8%*	*(42,1%)*	*54.509*	*21,0%*	*66.627*	*35,6%*	*(18,2%)*
Operação USA	*57.838*	*87,3%*	*37.850*	*72,2%*	*52,8%*	*204.473*	*79,0%*	*120.271*	*64,4%*	*70,0%*
Mercado interno	**507.471**	**88,5%**	**453.116**	**89,6%**	**12,0%**	**1.804.947**	**87,5%**	**1.678.868**	**90,0%**	**7,5%**
Por marca										
Arezzo	*282.268*	*55,6%*	*259.589*	*57,3%*	*8,7%*	*983.757*	*54,5%*	*950.689*	*56,6%*	*3,5%*
Schutz[1]	*121.950*	*24,0%*	*107.701*	*23,8%*	*13,2%*	*474.295*	*26,3%*	*443.471*	*26,4%*	*7,0%*
Anacapri	*76.186*	*15,0%*	*65.417*	*14,4%*	*16,5%*	*259.116*	*14,4%*	*219.554*	*13,1%*	*18,0%*
Outros[2]	*27.067*	*5,3%*	*20.409*	*4,5%*	*32,6%*	*87.779*	*4,9%*	*65.154*	*3,9%*	*34,7%*
Por canal										
Franquias	*270.267*	*53,3%*	*244.274*	*53,9%*	*10,6%*	*899.399*	*49,8%*	*831.365*	*49,5%*	*8,2%*
Multimarcas	*92.158*	*18,2%*	*75.700*	*16,7%*	*21,7%*	*423.008*	*23,4%*	*384.272*	*22,9%*	*10,1%*
Lojas próprias[3]	*76.982*	*15,2%*	*87.700*	*19,4%*	*(12,2%)*	*266.310*	*14,8%*	*298.706*	*17,8%*	*(10,8%)*
Web Commerce	*67.948*	*13,4%*	*44.951*	*9,9%*	*51,2%*	*214.580*	*11,9%*	*162.640*	*9,7%*	*31,9%*
Outros[4]	*116*	*0,0%*	*491*	*0,1%*	*(76,4%)*	*1.649*	*0,1%*	*1.885*	*0,1%*	*(12,5%)*

(1) Não inclui receitas provenientes da operação internacional
(2) Inclui as marcas A. Birman, Fiever e Alme apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.
(3) Desconsiderando a o repasse de 10 lojas próprias nos últimos 12 meses para franqueados, o canal de Lojas Próprias teria crescido 4,2% no trimestre.
(4) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

MARCAS

O quarto trimestre do ano é marcado pela entrada da coleção de Verão, pela *Black Friday* e pelo momento mais importante do ano, o Natal. Atingimos bons resultados, fruto do desejo pelas nossas marcas aliado a um *mix* encantador impulsionado por uma equipe muito apaixonada pelo que faz. Os resultados atingidos e o posicionamento muito bem definido de cada uma de nossas marcas demonstra que estamos no caminho certo para a consolidação de nossa empesa como uma "*House of Brands*".

A marca **Arezzo** atingiu receita de R$ 282,3 milhões neste trimestre, um aumento de 8,7% em relação ao 4T18, representando 55,6% do faturamento do mercado interno da Arezzo&Co. Desconsiderando o efeito dos repasses de 5 lojas próprias para franquias nos últimos doze meses, a receita da marca teria crescido 12,2%.

Como destaque do trimestre, a marca Arezzo lançou uma parceria inédita com a *Pantone* – autoridade em cores mundialmente reconhecida e referência de *lifestyle* – com objetivo de manter o engajamento o público jovem. Com a parceria, a *Pantone* levou cores exclusivas para os calçados e bolsas da marca, resultando em uma excelente performance, com a venda de onze mil pares e mais de cinco mil bolsas em apenas 10 dias. No mês de dezembro, a Arezzo focou na campanha "Arezzo Sempre Presente" pelo terceiro ano consecutivo, reforçando a sua imagem como ótima opção de presentes para a data, através de ações de "compre e ganhe", reconhecimento das melhores clientes por loja e *display* de produto em loja focado nos itens presenteáveis.

A marca **Schutz** cresceu 17,3% em termos globais no 4T19, consolidando a importante estratégia da retomada de crescimento da marca. No mercado interno, representou 24,0% do faturamento da Companhia, somando R$ 122,0 milhões de receita bruta no 4T19, crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior – dando continuidade a performance positiva também apresentada nos últimos trimestres.

Desconsiderando o efeito dos repasses de lojas próprias para franquias 5 lojas nos últimos dozes meses, a marca teria crescido 14,5%. No mercado externo, a operação dos Estados Unidos obteve crescimento vs. o 4T18 de 63,0% em e 51,2% em Dólares.

Como destaques no Brasil, a categoria de tênis elevou sua representatividade no mix para 6,6% (vs. 5,3% no 4T18) com um crescimento de receita de 35,7% no período. Em outubro, a marca ampliou a linha de tênis "*It Schutz*", *best seller* no 3T19, em novas cores e materiais. O produto registrou giro de 74,0% em apenas uma semana.

Seguindo a performance positiva do terceiro trimestre, a marca também registrou resultados inspiradores na categoria de bolsas, com crescimento de 28,6% passando a representar 27,6% do mix da Schutz. Dentre as ações realizadas no período, a marca lançou a sua bolsa ícone "*triangle*" em novos couros, padronagens e opção de personalização com iniciais. Em dezembro, a Schutz firmou parceria inédita com a marca brasileira de acessórios Isla, apresentando uma releitura de calçados e bolsas *best sellers* da marca ao longo dos anos.

A marca **Anacapri** alcançou receita de R$ 76,2 milhões, com crescimento de 16,5% vs. o 4T18, encerrando o trimestre com 15,0% de representatividade no faturamento no mercado interno da Companhia, ante 14,4% no 4T18. A boa performance da marca é fruto da abertura líquida de 35 franquias nos últimos 12 meses (sendo 20 lojas no 4T19) e da crescente relevância do canal *web commerce* que já representa 7,5% do faturamento. Vale destacar a performance da categoria de bolsas, que já representa 8,6% do *mix* de produtos, 2,4 p.p. acima do 4T18.

Como destaque no trimestre, a Anacapri foi a primeira marca a firmar uma parceira com a "*Smiley*" no Brasil para o lançamento de uma coleção exclusiva, que reforça o posicionamento de auto estima e liberdade de expressão da Anacapri, trazendo maior engajamento. O lançamento contou com diversas ações de marketing e de "*compre e ganhe*", o que contribuiu para o aumento o ticket médio das lojas.

A marca **Alexandre Birman** apresentou crescimento global de 18,5%, com destaque para o SSS de 31,3% no mercado interno, além das vendas no exterior. No mês de outubro, a marca lançou a sua plataforma de personalização de modelos no e-commerce – antes oferecida apenas nas lojas físicas – impulsionando assim a receita do canal. Atendendo à crescente demanda pela marca no território nacional, foram abertas duas lojas próprias no mês de novembro, em Curitiba e em Brasília. Para a época de festas, a marca Alexandre Birman fez o lançamento global da sua sandália *"Jelly"* como produto de entrada, em linha com a estratégia de grandes marcas de luxo internacionais. O modelo foi *best seller* já no primeiro mês de vendas.

A marca **Fiever** apresentou crescimento de 35,3%, que teve como destaque o canal de *web commerce* que atingiu 13,7% de representatividade na marca. No mês de outubro, a marca ampliou a linha do tênis "*Fiever BEAT*" e contou com o DJ Alok (reconhecido internacionalmente) para representar a marca. Com a campanha, o modelo se tornou *best seller* chegando a representar 25% das vendas. Em novembro, a Fiever teve como marco a abertura da sua primeira franquia no shopping Frei Caneca em São Paulo. Além da expansão de lojas, a Fiever firmou parceria com a Centauro – importante player no segmento de *sneakers* e esportes no Brasil – para a venda em mais de 30 lojas da rede.

A **Alme**, sexta marca do grupo, teve crescimento de 46,7% no período e teve como destaque a abertura de duas franquias, localizadas nos shoppings Vila Olímpia e Ibirapuera, em São Paulo. Além da inauguração das novas lojas, a marca lançou a linha de produtos "*Alme Eleva*", cuja principal característica é a leveza dos calçados, que pesam cerca de metade de um calçado convencional, proporcionando ainda mais conforto para as consumidoras.

Conforme anunciado no início de outubro, a Arezzo&Co assinou contrato para se tornar a distribuidora exclusiva da marca **Vans®** no Brasil. Durante os meses de novembro e dezembro, a Companhia se dedicou de forma intensiva na integração da nova marca em sua estrutura através da formação de um "*war room*" com pessoas de áreas-chave do negócio. Ao longo desses meses, o time integrou a plataforma de *web commerce*, concluiu a migração para o SAP, transferiu todos os produtos para o centro de distribuição próprio em Cariacica (ES) e assumiu a gestão das lojas físicas, finalizando assim o processo de forma bem sucedida sem atrasos ou "*blackouts*" de faturamento. Visando manter o DNA e cultura da Vans®, o escritório em São Paulo foi mantido e grande parte do time foi absorvido. Desde 01 de janeiro de 2020, a Arezzo&Co passou a reconhecer a receita da Vans® em seu faturamento, que passará a ser divulgado no release de resultados do primeiro trimestre de 2020.

Na frente de **Sustentabilidade**, as marcas do grupo deram importantes passos como:

- **Arezzo**: lançamento da plataforma *Arezzo Futuro*, que abrigará todas as iniciativas de sustentabilidade da marca. A primeira aposta foi a linha de tênis *ZZ Bio*, que tem como diferencial o uso de fio de poliamida biodegradável – tecnologia desenvolvida pela *Rhodia Solvey* – substituindo o poliéster. Além disso, a palmilha, a forração e o solado também foram desenvolvidos com material biodegradável.
- **Schutz**: primeiro lançamento de um tênis com soldado feito com 10% de resíduos em sua composição além de cabedal construído com fio de PET reciclado.
- **Anacapri:** lançamento de um tênis com solado à base de casca de arroz, substituindo o plástico em sua composição.
- **Fiever**: lançamento da plataforma *Fiever Choice*, que irá abrigar todas as iniciativas de sustentabilidade, sendo a primeira uma linha de tênis construída em cabedais de algodão reciclado e solado com 10% de resíduos próprio em sua composição.

As ações das marcas materializam os esforços de sustentabilidade em uma das etapas do negócio, entretanto a Arezzo&Co tem trabalhado de forma intensiva em um sólido programa que abrange todos os elos da cadeia de valor, incluindo o rastreamento da cadeia de fornecedores e a obtenção de certificações.

CANAIS

MONOMARCA – FRANQUIAS, LOJAS PRÓPRIAS E WEB COMMERCE

Refletindo a estratégia da Companhia de fortalecimento das lojas monomarca, a rede de PDVs Arezzo&Co (Lojas Próprias + Franquias + *Web Commerce*) apresentou um crescimento de 8,8% nas vendas do *sell-out* no 4T19 em relação ao 4T18 devido, principalmente, ao forte crescimento do canal online e da abertura líquida de 64 lojas monomarca no Brasil nos últimos 12 meses, além do crescimento das vendas nas mesmas lojas, que foi de 5,6% no 4T19.

Seguindo a estratégia *asset light* da Companhia, reforçando a atratividade do modelo de franquias para nossos franqueados, nos últimos doze meses, foram repassadas 10 lojas próprias (5 da marca Arezzo e 5 da marca Schutz), o que implicou em queda de faturamento do canal de Lojas Próprias e incremento do faturamento do canal de Franquias. Desconsiderando os repasses anteriormente mencionados, o canal de Lojas Próprias teria crescido 4,2%.

A área de vendas das lojas no Brasil e no exterior teve aumento de 4,5% no trimestre em comparação ao 4T18. No Brasil, houve adição líquida de 35 lojas da marca Anacapri, 23 da marca Arezzo (sendo sua maioria no formato light), 4 da marca Alme, 2 da marca Alexandre Birman e 1 da marca Fiever, totalizando 2.061 m² (excluindo outlets).

O canal Franquias teve representatividade de 53,3% nas vendas domésticas no 4T19 e apresentou *SSS sell-in* de 2,8% e 2,3% de *sell-out*.

O canal *Web Commerce* apresentou crescimento de 51,2% ante o 4T18, passando a representar 13,4% do faturamento doméstico da companhia. Vale destacar a excelente performance do canal nos dias da *"Black Friday"* (sexta-feira a domingo) que registrou *SSS sell out* de 78,3%.

MULTIMARCAS

No 4T19, o faturamento do canal Multimarcas apresentou crescimento de 21,7% ante o 4T18, sobre uma base de comparação de 12,3%. Todas as marcas registraram excelente performance, com destaque para a marca Schutz e a marca Fiever, apresentando elevado giro da coleção e grande atratividade para os lojistas do canal.

As seis marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.646 lojas no 4T19, crescimento de 6,2% ante o 4T18, e estão presentes em 2.590 cidades.

MERCADO EXTERNO

Nos Estados Unidos, a receita da operação registrou crescimento de 52,8%. Em dólares, o crescimento foi de 41,8%. Todos os canais apresentaram boa performance no período, com destaque para o crescimento de 36,4% no canal *wholesale*, cujas vendas foram alavancadas pelo crescimento da modalidade "*dropship*"* bem como da venda dos *web commerces* de tais redes. As marcas encerraram o ano em 119 portas ao todo, crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2018.

Além do crescimento do canal *wholesale*, a operação *online* obteve crescimento expressivo de 133,4%, resultante da intensificação dos investimentos em marketing e *brand awareness*, com impacto direto nos indicadores de tráfego e conversão. O canal de Lojas Próprias também apresentou boa performance, com crescimento de 56,1%, impulsionado pelo aumento de SSS das lojas e aberturas nos últimos doze meses. No início de março, a marca Schutz inaugurou uma *pop-up store* (loja temporária) no reconhecido shopping *The Grove*, em Los Angeles.

Já as exportações de nossos calçados para o resto do mundo tiveram uma redução de 42,1% em Reais no 4T19 em comparação ao mesmo período de 2018, parcialmente explicado pela postergação de alguns pedidos referentes ao 4T19 para o 1T20 e a queda de receita em alguns países específicos como Argentina e Chile.

Em termos consolidados, no 4T19, a receita da Companhia no mercado externo foi 26,5% superior ao 4T18, passando a representar 11,5% da receita total vs 10,4% no mesmo período do ano anterior.

**Dropship: disponibilização de produtos de estoque próprio nos Estados Unidos nos websites de lojas como Nordstrom, Bloomingdale's, Saks Fifth Avenue, Dillards e Neiman Marcus.*

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – INTEGRAÇÃO DE CANAIS

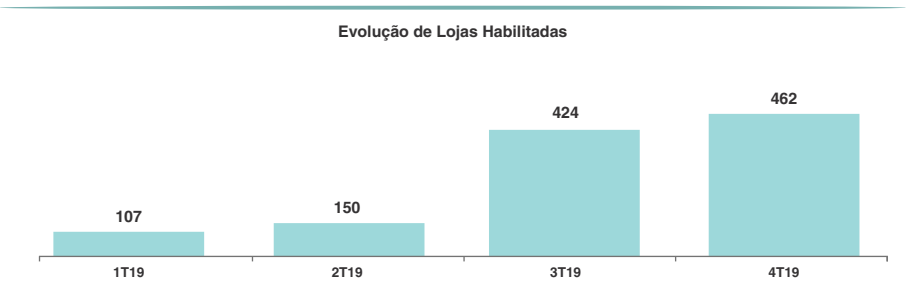
Em 2018, a Arezzo&Co deu início ao seu processo de Transformação Digital através do uso de metodologias ágeis e *squads,* que visam a integração dos canais de vendas, digitalização do negócio com a implementação de BI e tecnologia no merchandising.

A frente tem apresentado progresso com o aumento de lojas aptas a operarem as ferramentas de omnicanalidade, com crescente engajamento dos franqueados visando o incremento da conversão em loja e melhora constante da experiência de compra da rede Arezzo&Co.

Click nº Collect

O *Click nº Collect* consiste na compra do produto no *webcommerce* da marca com retirada gratuita na loja física, em prazos mais curtos.

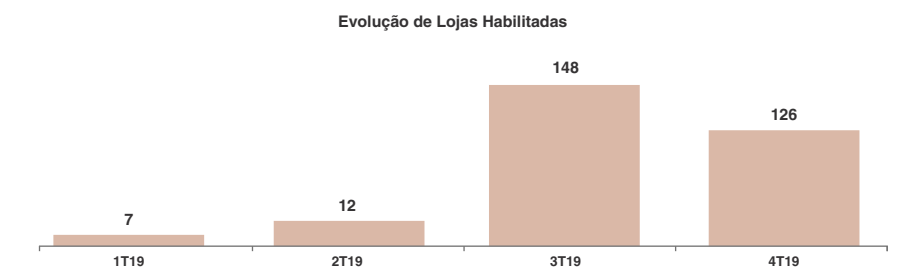
No 4T19, 462 lojas já estavam habilitadas.



Store Shipping

O *Store Shipping* consiste na compra do produto através do *webcommerce* da marca e entrega na casa da cliente de um produto disponível em loja.

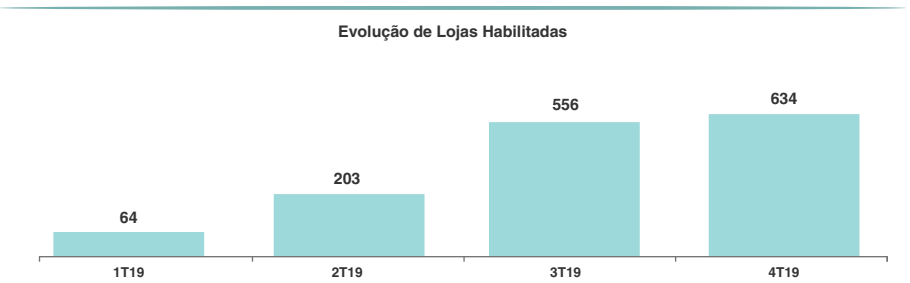
No 4T19, 126 lojas já estavam habilitadas. Cabe lembrar que tal modalidade depende de parcerias com entregadores locais.



Prateleira Infinita

A Prateleira Infinita permite a compra online no ambiente de loja física quando a consumidora não encontra o modelo/tamanho desejado disponível.

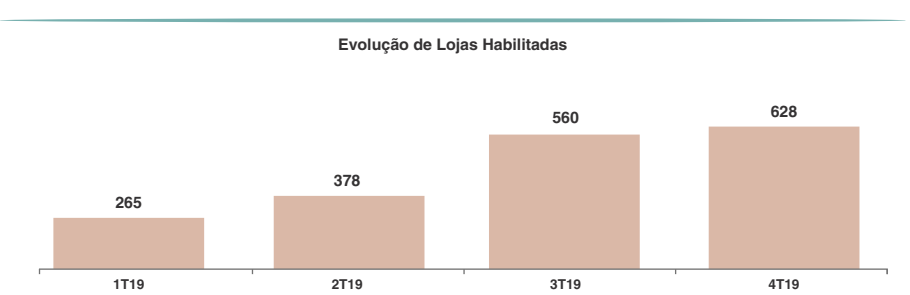
No 4T19, 634 lojas já estavam habilitadas.



Venda Remota

A Venda Remota consiste na venda remota feita através da loja física. A loja pode vender seu estoque à distância através do envio de um link de pagamento Cielo pelo *Whatsapp*.

No 4T19, 628 lojas já estavam habilitadas.



EXPANSÃO DA REDE MONOMARCA

Encerramos o trimestre com 752 lojas, sendo 737 no Brasil e 15 no exterior - um aumento de área de vendas de 4,5%, com 67 aberturas líquidas no Brasil e exterior nos últimos 12 meses.

No 4T19, a Arezzo&Co teve a abertura líquida de 37 lojas, sendo 13 lojas da Arezzo (11 no formato light), 20 lojas da Anacapri, 2 lojas de Alme, 2 da Alexandre Birman e 1 da Fiever.

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 9BE3-8C22-E4FC-5C74.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS

Continuação ➔

Histórico de lojas	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Área de venda[1,3] - Total (m)	**43.965**	**44.086**	**44.322**	**44.835**	**45.925**
Área de venda - franquias (m²)	37.691	37.704	37.768	38.739	39.752
Área de venda - lojas próprias[2] (m²)	6.274	6.382	6.553	6.096	6.173
Total de lojas no Brasil	**673**	**677**	**681**	**700**	**737**
Número de franquias	**628**	**632**	**636**	**658**	**693**
Arezzo	405	405	406	419	432
Schutz	73	74	73	73	72
Anacapri	150	153	157	165	185
Fiever	–	–	–	–	1
Alme	–	–	–	1	3
Número de lojas próprias	**45**	**45**	**45**	**42**	**44**
Arezzo	14	14	14	10	10
Schutz	17	17	17	17	17
Alexandre Birman	4	4	4	4	6
Anacapri	3	3	3	3	3
Fiever	5	5	5	5	5
Alme	2	2	2	3	3
Total de lojas no Exterior	**12**	**13**	**15**	**15**	**15**
Número de franquias	6	6	6	6	6
Número de lojas próprias[4]	6	7	9	9	9

(1) Inclui metragens das lojas no exterior
(2) Inclui sete lojas do tipo Outlets cuja área total é de 2.217 m²
(3) Inclui metragens de lojas ampliadas
(4) Inclui 2 lojas em Nova York, 2 em Miami, 1 em Los Angeles, 1 em Las Vegas, 1 em Nova Jersei, 1 em São Francisco e 1 em Dallas das marcas Schutz e Alexandre Birman.

Principais Indicadores Financeiros	4T19	4T18	Δ (%) 19 x 18	4T19 Pró-forma[4]	Δ (%) 19 x 18
Receita Bruta	573.729	505.511	13,5%	573.729	13,5%
Receita Líquida	467.652	412.211	13,4%	467.652	13,4%
CMV	(249.435)	(217.487)	14,7%	(249.428)	14,7%
Depreciação e amortização - Custo	(664)	(412)	n/a	(469)	n/a
Lucro bruto	218.217	194.724	12,1%	218.224	12,1%
Margem bruta	*46,7%*	*47,2%*	*(0,5 p.p)*	*46,7%*	*(0,5 p.p)*
SG&A	(142.180)	(143.607)	(1,0%)	(142.588)	(0,7%)
%Receita	*(30,4%)*	*(34,8%)*	*4,4 p.p*	*(30,5%)*	*4,3 p.p*
Despesas comerciais	**(108.582)**	**(97.168)**	**11,7%**	**(115.512)**	**18,9%**
Lojas próprias e Web Commerce	(33.064)	(36.261)	(8,8%)	(35.167)	(3,0%)
Venda, logística e suprimentos	(75.518)	(60.907)	24,0%	(80.266)	31,9%
Despesas gerais e administrativas	**(50.678)**	**(38.038)**	**33,2%**	**(52.321)**	**37,3%**
Outras (despesas) e receitas[5]	**34.208**	**4.187**	**n/a**	**34.208**	**n/a**
Depreciação e amortização - Despesa	**(17.128)**	**(12.588)**	**36,1%**	**(9.041)**	**(28,2%)**
EBITDA	93.829	64.117	46,3%	85.145	32,8%
Margem EBITDA	*20,1%*	*15,6%*	*4,5 p.p*	*18,2%*	*2,6 p.p*
Lucro líquido	58.655	42.243	38,9%	59.388	40,6%
Margem líquida	*12,5%*	*10,2%*	*2,3 p.p*	*12,7%*	*2,5 p.p*
Capital de giro - % da receita	25,0%	27,0%	(2,0 p.p)	27,4%	0,4 p.p
Capital empregado - % da receita	42,7%	36,8%	5,9 p.p	37,8%	1,0 p.p
Caixa líquido/EBITDA	**0,3x**	**0,5x**	**-**	**0,4x**	**-**
Caixa Bruto	277.683	235.801	17,8%	277.683	17,8%
Dívida total	180.784	111.418	62,3%	180.784	62,3%
Caixa líquido[3]	96.899	124.383	(22,1%)	96.899	(22,1%)

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
(2) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo, descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.
(3) Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período, subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.
(4) Descontando os impactos do IFRS 16 / CPC 06 (R2)
(5) Considera receitas provenientes de créditos fiscais extemporâneos (inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS), que por sua vez acarretaram em maior atingimento das métricas de participação de resultados da companhia (PPR), cujo impacto financeiro adicional foi alocado nas linhas de despesas recorrentes (G&A). O efeito positivo (líquido de PPR) de tais créditos no EBITDA da companhia foi de R$ 18,0 milhões.

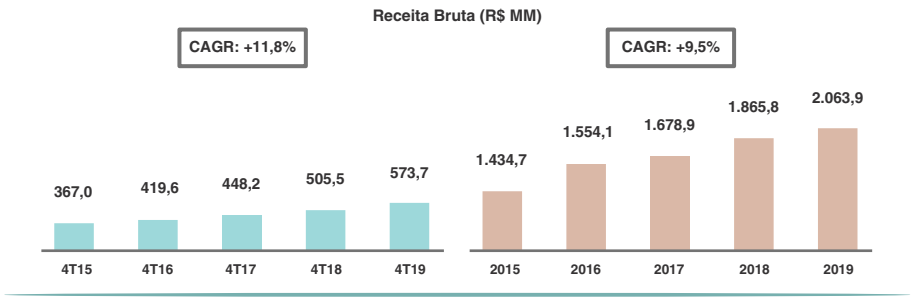
Principais Indicadores Financeiros	4T19	4T18	Δ (%) 19 x 18	4T19 Pró-forma[4]	Δ (%) 19 x 18
Receita Bruta	2.063.929	1.865.768	10,6%	2.063.929	10,6%
Receita Líquida	1.679.235	1.526.659	10,0%	1.679.235	10,0%
CMV	(903.541)	(815.987)	10,7%	(903.583)	10,7%
Depreciação e amortização - Custo	(2.768)	(1.459)	n/a	(1.867)	n/a
Lucro bruto	775.694	710.672	9,1%	775.652	9,1%
Margem bruta	*46,2%*	*46,6%*	*(0,4 p.p)*	*46,2%*	*(0,4 p.p)*
SG&A	(552.592)	(519.392)	6,4%	(553.300)	6,5%
%Receita	*(32,9%)*	*(34,0%)*	*1,1 p.p*	*(32,9%)*	*1,1 p.p*
Despesas comerciais	**(368.023)**	**(349.297)**	**5,4%**	**(400.308)**	**14,6%**
Lojas próprias e Web Commerce	(119.130)	(130.886)	(9,0%)	(131.917)	0,8%
Venda, logística e suprimentos	(248.893)	(218.411)	14,0%	(268.312)	22,9%
Despesas gerais e administrativas	**(165.281)**	**(131.068)**	**26,1%**	**(171.138)**	**30,5%**
Outras (despesas) e receitas	**55.787**	**393**	**n/a**	**55.771**	**n/a**
Depreciação e amortização - Despesa	**(75.075)**	**(39.420)**	**90,4%**	**(37.703)**	**(4,4%)**
EBITDA	300.945	232.159	29,6%	261.921	12,8%
Margem EBITDA	*17,9%*	*15,2%*	*2,7 p.p*	*15,6%*	*0,4 p.p*
Lucro líquido	162.139	142.644	13,7%	166.708	16,9%
Margem líquida	*9,7%*	*9,3%*	*0,4 p.p*	*9,9%*	*0,6 p.p*
Capital de giro - % da receita	25,0%	27,0%	(2,0 p.p)	27,4%	0,4 p.p
Capital empregado - % da receita	42,7%	36,8%	5,9 p.p	37,8%	1,0 p.p
Caixa líquido/EBITDA	**0,3x**	**0,5x**	**-**	**0,4x**	**-**
Caixa Bruto	277.683	235.801	17,8%	277.683	17,8%
Dívida total	180.784	111.418	62,3%	180.784	62,3%
Caixa líquido[3]	96.899	124.383	(22,1%)	96.899	(22,1%)

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
(2) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo, descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.
(3) Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período, subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.
(4) Descontando os impactos do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

RECEITA BRUTA

A receita bruta da Companhia atingiu R$ 573,7 milhões neste trimestre, crescimento de 13,5% em relação ao 4T18. Dentre os principais fatores que resultaram nesse crescimento, destacam-se:

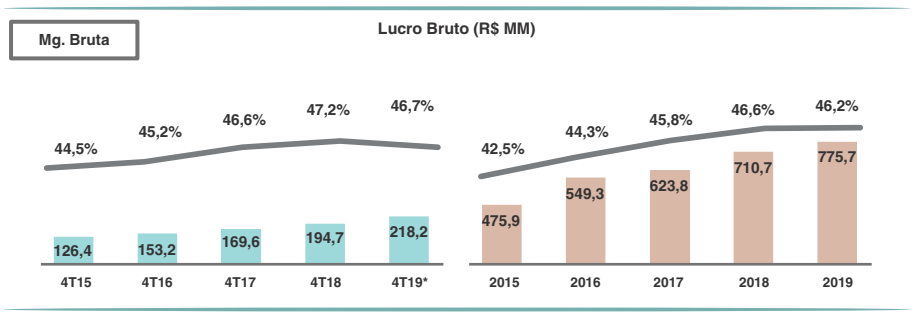
- Crescimento de 52,8% da Operação nos Estados Unidos;
- Crescimento de 51,2% do canal *Web Commerce*;
- Crescimento de 16,5% da marca Anacapri e de 13,2% da Schutz;
- Crescimento de 10,6% do canal de Franquias.



LUCRO BRUTO (PRO-FORMA)

O lucro bruto ajustado do 4T19 totalizou R$ 218,2 milhões, crescimento de 12,1% ante 4T18, com retração de 50 bps na margem bruta, que alcançou 46,7% no 4T19.

Dentre os fatores responsáveis pela margem bruta, destaca-se negativamente a menor representatividade do canal de Lojas Próprias no *mix*, devido aos repasses de 10 lojas para franqueados com mudança de venda "*sell out*" para venda "*sell in*" ao longo de 2018 e 2019.



Lucro Bruto antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

DESPESAS OPERACIONAIS (PRO-FORMA)

A Arezzo&Co permanece fiel à sua política de desenvolvimento de marcas, e grande parte das despesas apresentadas a seguir refletem o investimento em novas marcas e em novos mercados/geografias.

Despesas Comerciais

No 4T19 houve uma expansão de 18,9% das despesas comerciais quando comparadas ao 4T18, alcançando R$ 115,5 milhões. Vale ressaltar que as despesas comerciais incluem:

(i) despesas de Lojas Próprias e *Web Commerce* (canais de "*sell out*"), que somaram R$ 35,2 milhões – retração de 3,0% em relação ao 4T18 – abaixo do crescimento de 51,2% do canal de *Web Commerce* e em linha com a menor relevância do canal de lojas próprias no *mix*.

(ii) despesas de Vendas, Logística e Suprimentos, que somaram R$ 80,3 milhões - aumento de 31,9% em relação ao 4T18. Destacam-se aqui os gastos incrementais relacionados ao investimento na operação norte-americana, cujas receitas deverão trazer maior alavancagem operacional ao longo dos próximos trimestres. Além disso, destacam-se também investimentos no projeto piloto de RFID na marca Schutz e despesas relacionadas à integração da marca Vans®.

Despesas Gerais e Administrativas

No 4T19, as despesas gerais e administrativas somaram R$ 52,2 milhões, aumento de 37,3% em relação ao 4T18, parcialmente explicado pelo maior nível de atingimento de métricas de participação de resultados da Companhia e despesas legais associadas, em decorrência da recuperação de créditos fiscais. Além disso, as despesas também foram impactadas por ações trabalhistas não recorrentes.

**Despesas antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)*

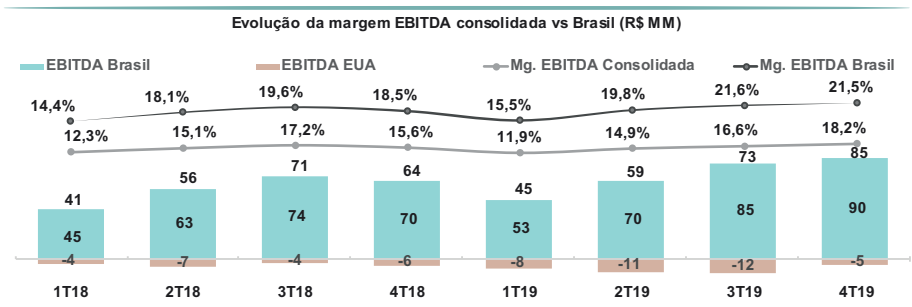
EBITDA E MARGEM EBITDA (PRO-FORMA)

A Companhia atingiu EBITDA de R$ 85,2 milhões no 4T19, com margem de 18,2% e um aumento de 32,8% em relação aos resultados apresentados no 4T18. Dentre os principais fatores, destacam-se:

- Crescimento de 13,4% na receita líquida ante o mesmo período do ano anterior;
- Crescimento de 12,1% no lucro bruto (pressão de 50bps na margem bruta);
- Excluindo a operação nos EUA, a margem EBITDA consolidada da Companhia seria 331 bps superior;
- Desconsiderando elementos de natureza não-recorrente auferidos no 4T18 e 4T19, a margem EBITDA Brasil teria sido 40 bps inferior.

	4T19			4T18			2019			2018		
	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA
Receita Líquida	**467,7**	**419,1**	**48,5**	**412,2**	**380,0**	**32,2**	**1.679,3**	**1.509,3**	**170,0**	**1.526,6**	**1.423,5**	**103,2**
EBITDA	**85,1**	**90,2**	**(5,0)**	**64,1**	**70,2**	**(6,1)**	**261,9**	**298,5**	**(36,5)**	**232,2**	**253,1**	**(20,9)**
Mg. EBITDA	**18,2%**	**21,5%**	**-**	**15,6%**	**18,5%**	**-**	**15,6%**	**19,8%**	**-**	**15,2%**	**17,8%**	**-**
Impacto EUA		**331 bps**			**292 bps**			**418 bps**			**257 bps**	

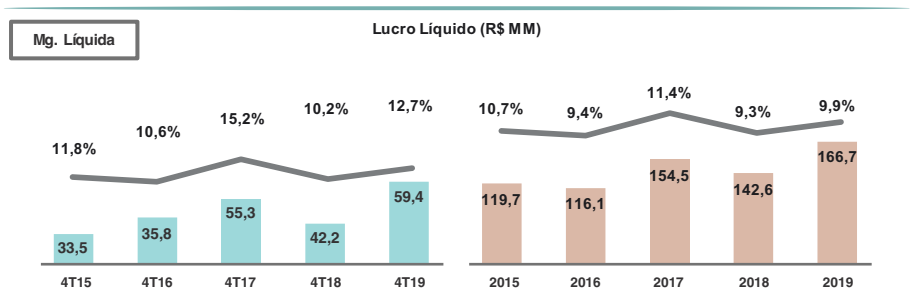
Valores em R$ MM



EBITDA antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA (PRO-FORMA)

O lucro líquido do período somou R$ 59,4 milhões, sendo 40,6% acima em relação ao 4T18, com impacto positivo proveniente da recuperação de créditos fiscais. A Companhia apresentou margem líquida ajustada de 12,7% no 4T19, 250bps superior ao mesmo período do ano anterior.



Lucro Líquido antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A Arezzo&Co gerou R$ 61,5 milhões de caixa operacional no 4T19, associado a um LAIR superior no período e ao maior volume de depreciação e amortizações (efeitos do IFRS-16) frente ao 4T18.

Geração de caixa operacional	4T19	4T18	2019	2018
Lucro líquido	**58.655**	**42.243**	**162.139**	**142.644**
Imposto de renda e contribuição social	**12.738**	**5.549**	**42.785**	**27.354**
Depreciações e amortizações	**20.271**	**13.002**	**80.322**	**40.882**
Outros	**(9.806)**	**(8.916)**	**5.348**	**1.872**
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos	**(14.165)**	**(2.104)**	**(50.887)**	**(66.170)**
Contas a receber de clientes	3.938	2.248	(27.753)	(47.759)
Estoques	(585)	(4.921)	(33.208)	(39.845)
Fornecedores	(13.216)	(17.424)	29.496	5.705
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(4.302)	17.993	(19.422)	15.729
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(6.241)**	**(14.750)**	**(34.825)**	**(28.746)**
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**61.452**	**35.024**	**204.882**	**117.836**

INVESTIMENTOS - CAPEX

Os investimentos da Companhia possuem três naturezas:
i) Investimentos em expansão e reforma de pontos de venda próprios no Brasil;
ii) Investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritórios no Brasil; e
iii) Outros investimentos, principalmente relacionados à operação norte-americana e à operação industrial.
No 4T19, a Arezzo&Co investiu R$ 22,0 milhões em CAPEX, com destaque para:
Operação Brasil: (i) investimento na área de Transformação Digital, tais como BI e integração de canais, (ii) investimentos no piloto do projeto RFID na marca Schutz e (iii) adequações no Centro de Distribuição em Cariacica – ES para a incorporação da marca Vans®.
Operação Estados Unidos: (i) valores residuais da abertura da loja da Alexandre Birman em Dallas, (ii) investimentos em integração de sistemas e no Web Commerce das marcas e (iii) reforma da loja da Schutz na Madison Avenue em Nova York.

Sumário de investimentos	4T19	4T18	Δ 19 x 18 (%)	2019	2018	Δ 19 x 18 (%)
CAPEX total	**22.042**	**12.648**	**74,3%**	**65.608**	**48.614**	**35,0%**
Lojas - expansão e reformas	215	1.433	(85,0%)	8.096	10.796	(25,0%)
Corporativo	19.698	4.133	376,6%	33.484	20.257	65,3%
Outros	2.129	7.082	(69,9%)	24.028	17.561	36,8%

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 1703-6102-BC3A-D789.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

POSIÇÃO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 4T19 com caixa líquido de R$ 96,9 milhões. No período, a política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R$ 180,8 milhões no 4T19 ante R$ 111,4 milhões no 4T18;
- Caixa líquido de 0,4x frente a 0,5x no 4T18.

Posição de caixa e endividamento	4T19	3T19	4T18
Caixa e equivalentes de caixa	**277.683**	**275.344**	**235.801**
Dívida total	**180.784**	**189.092**	**111.418**
Curto prazo	158.222	183.678	43.978
% divida total	87,5%	97,1%	39,5%
Longo prazo	22.562	5.414	67.440
% divida total	12,5%	2,9%	60,5%
Caixa líquido	**96.899**	**86.252**	**124.383**

ROIC - RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (PRO-FORMA)

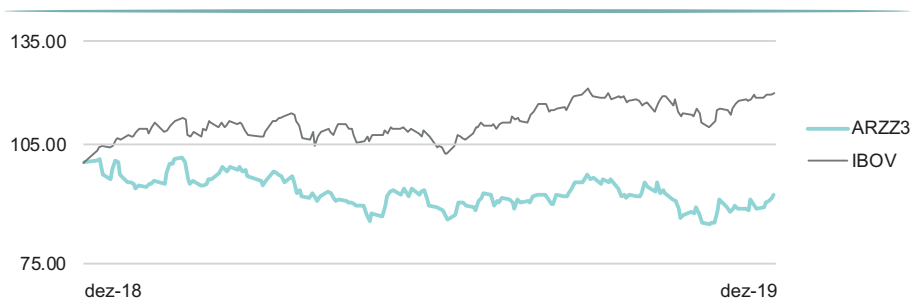
O retorno sobre o capital investido (ROIC) pro-forma atingiu o patamar de 28,3% frente a 29,2% no 4T18, principalmente devido à elevação dos patamares de capital de giro ocasionada, por sua vez, por um maior volume de estoques decorrente do crescimento da operação e incorporação do estoque da marca Vans®. Além disso, o capital de giro também foi impactado por um maior volume de impostos a recuperar.

Resultado operacional	4T19	4T19 Pró-forma	4T18	4T17	Δ 19 x 18 Reportado	Δ 19 x 18 Pró-Forma
EBIT (LTM)	223.102	222.352	191.280	173.633	16,6%	16,2%
+ IR e CS (LTM)	(42.787)	(42.787)	(27.354)	(28.463)	56,4%	56,4%
NOPAT	**180.315**	**179.565**	**163.926**	**145.170**	**10,0%**	**9,5%**
Capital de giro1	419.220	459.342	412.461	342.283	1,6%	11,4%
Ativo permanente	382.146	177.679	153.693	149.754	148,6%	15,6%
Outros ativos de longo prazo[2]	34.756	34.756	31.847	33.375	9,1%	9,1%
Capital empregado	**836.122**	**671.777**	**598.001**	**525.412**	**39,8%**	**12,3%**
Média do capital empregado	**717.062**	**634.889**	**561.707**		**27,7%**	**13,0%**
ROIC[4]	**25,1%**	**28,3%**	**29,2%**			

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
(2) Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.
(3) Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.
(4) ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio.

4. MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 30 de dezembro de 2019, a capitalização de mercado da Companhia era de R$ 5,82 bilhões (cotação R$ 64,00), crescimento de 16,2% quando comparado ao mesmo período de 2018.



Arezzo&Co	
Ações emitidas	90.954.280
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (30/12/2019)	64,00
Market Cap	5.821.073.920
Desempenho	
2011[1]	20%
2012[2]	71%
2013[3]	(24%)
2014[4]	(9%)
2015[5]	(22%)
2016[6]	27%
2017[7]	118%
2018[8]	(2%)
2019[9]	16%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011
(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012
(3) Período de 28/12/2012 até 30/12/2013
(4) Período de 30/12/2013 até 30/12/2014
(5) Período de 30/12/2014 até 30/12/2015
(6) Período de 04/01/2016 até 29/12/2016
(7) Período de 01/01/2017 até 28/12/2017
(8) Período de 01/01/2018 até 28/12/2018
(9) Período de 01/01/2019 até 30/12/2019

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.

Data de Referência	Data de Pagamento	Proventos	R$	Valor bruto por ação ordinária (R$)
2018	15/01/2019	JSCP	R$ 0,23099332338	R$ 20.847.214,20
2019	02/04/2019	Dividendos	R$ 0,83102226964	R$ 75.000.000,00
2019	15/10/2019	Dividendos	R$ 0,19641373027	R$ 17.726.395,92
2019	25/07/2019	JSCP	R$ 0,22379624077	R$ 20.343.561,91
2019	15/10/2019	Dividendos	R$ 0,07997447187	R$ 7.273.604,00

(1) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.
Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezzoco.com.br.

5. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwCAI"). Os serviços realizados pela PwCAI para a Companhia, em 2019, ligados à atividade de auditoria ou revisão, podem ser sumariados como segue:

- Auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2019; e
- Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os honorários relativos aos serviços acima estão estimados R$ 451.347,00

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa visa evitar o conflito de interesses, e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e consistem, basicamente, de acordo com as normas internacionais atuais em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia; e (d) o auditor não presta quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

O auditor independente declara que serão comunicados todos os relacionamentos e outros assuntos existentes entre o Auditor Independente, ou outras firmas membros da sua organização e a Empresa que, de acordo com seu julgamento profissional, podem estar, razoavelmente, relacionados com a independência (incluindo honorários totais cobrados por serviços relacionados à auditoria, ou não, prestados pelo Auditor Independente) e as salvaguardas relacionadas que tiverem sido aplicadas a fim de eliminar ameaças identificadas à independência ou reduzi-las a um nível aceitável.

6. RELAÇÕES COM INVESTIDORES – RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezzoco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.
Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezzo.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

AVISO IMPORTANTE

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no "U.S. Private Securities Litigation Reform Act" de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo circulante					
Caixa e bancos	5	**1.686**	1.102	**13.808**	8.501
Aplicações financeiras	6	**222.677**	209.174	**263.875**	227.300
Contas a receber de clientes	7	**285.679**	255.246	**413.412**	382.728
Dividendos a receber	13	**-**	15.230	**-**	-
Estoques	8	**63.287**	45.320	**179.499**	150.861
Impostos a recuperar	9	**41.953**	36.528	**90.332**	49.370
Outros créditos	10	**13.693**	12.029	**19.739**	23.241
Total do ativo circulante		**628.975**	574.629	**980.665**	842.001
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	**10.402**	10.720	**10.402**	10.720
Partes relacionadas	12	**23.736**	22.583	**-**	-
Depósitos judiciais	21	**14.669**	12.014	**21.863**	18.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	**15.196**	15.746	**15.682**	17.491
Outros créditos	10	**317**	545	**2.491**	2.725
		64.320	61.608	**50.438**	49.338
Participações societárias	13	**298.556**	279.480	**-**	-
Propriedades para investimento		**3.017**	3.324	**3.017**	3.324
Imobilizado	14	**57.199**	26.314	**304.082**	83.201
Intangível	15	**41.380**	32.164	**75.047**	67.168
		400.152	341.282	**382.146**	153.693
Total do ativo não circulante		**464.472**	402.890	**432.584**	203.031
Total do ativo		**1.093.447**	977.519	**1.413.249**	1.045.032

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**45.419**	8.592	**158.222**	43.978
Fornecedores	17	**121.687**	90.545	**134.967**	110.121
Arrendamento	18	**6.826**	-	**40.145**	-
Obrigações fiscais e sociais	20	**12.692**	15.249	**32.906**	29.127
Obrigações trabalhistas	19	**39.057**	29.780	**47.297**	38.162
Juros sobre o capital próprio	23.b	**22.675**	18.172	**22.675**	18.172
Outras obrigações		**19.782**	11.160	**28.447**	16.329
Total do passivo circulante		**268.138**	173.498	**464.659**	255.889
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**3.839**	67.090	**22.562**	67.440
Arrendamento	18	**21.820**	-	**168.913**	-
Partes relacionadas	12	**3.795**	19.563	**1.502**	1.443
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	21	**5.508**	5.493	**9.169**	8.385
Provisão para perdas com investimentos	13	**43.903**	-	**-**	-
Outras obrigações		**373**	533	**373**	533
Total do passivo não circulante		**79.238**	92.679	**202.519**	77.801
Total de passivo		**347.376**	266.177	**667.178**	333.690
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	**352.715**	341.073	**352.715**	341.073
Reserva de capital	22.2	**50.733**	49.057	**50.733**	49.057
Reserva de lucros	22.3	**308.156**	301.476	**308.156**	301.476
Ações em tesouraria	22.5	**(195)**	(2.332)	**(195)**	(2.332)
Outros resultados abrangentes	22.4	**6.820**	4.342	**6.820**	4.342
Proposta de distribuição de dividendos	23.a	**27.842**	17.726	**27.842**	17.726
Total do patrimônio líquido		**746.071**	711.342	**746.071**	711.342
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.093.447**	977.519	**1.413.249**	1.045.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código CF9F-CC33-BD52-4619.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO&CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	25	**1.288.071**	1.194.460	**1.679.235**	1.526.659
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	**(813.665)**	(754.119)	**(903.541)**	(815.987)
Lucro bruto		**474.406**	440.341	**775.694**	710.672
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	27	**(183.082)**	(170.107)	**(424.366)**	(378.922)
Administrativas e gerais	27	**(136.463)**	(109.695)	**(184.012)**	(140.865)
Resultado com equivalência patrimonial	13	**4.150**	9.567	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	**18.513**	(1.595)	**55.786**	394
Total das receitas (despesas) operacionais		**(296.882)**	(271.830)	**(552.592)**	(519.393)
Lucro antes do resultado financeiro		**177.524**	168.511	**223.102**	191.279
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	29	**(11.813)**	(20.538)	**(29.646)**	(26.633)
Receitas financeiras	29	**15.499**	21.528	**18.344**	22.992
Variações cambiais, líquidas	29	**(6.112)**	(21.820)	**(6.874)**	(17.640)
Total do resultado financeiro		**(2.426)**	(20.830)	**(18.176)**	(21.281)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**175.098**	147.681	**204.926**	169.998
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11	**(14.090)**	(10.694)	**(42.659)**	(31.631)
Diferido	11	**1.131**	5.657	**(128)**	4.277
Total do imposto de renda e contribuição social		**(12.959)**	(5.037)	**(42.787)**	(27.354)
Lucro líquido do exercício		**162.139**	142.644	**162.139**	142.644
Lucro básico por ação - R$	24	**1,7879**	1,5851	**1,7879**	1,5851
Lucro diluído por ação - R$	24	**1,7875**	1,5757	**1,7875**	1,5757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas	**1.498.750**	1.385.013	**1.948.123**	1.776.006
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.174.612)**	(1.075.984)	**(1.365.828)**	(1.231.331)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(1.033.225)**	(957.611)	**(1.058.147)**	(960.572)
vEnergia, serviços de terceiros e outras despesas	**(136.696)**	(114.866)	**(298.419)**	(263.511)
Outros custos de produtos e serviços prestados	**(4.691)**	(3.507)	**(9.262)**	(7.248)
Valor adicionado bruto	**324.138**	309.029	**582.295**	544.675
Depreciação e amortização	**(27.515)**	(20.748)	**(80.322)**	(40.882)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**296.623**	288.281	**501.973**	503.793
Valor adicionado recebido em transferência	**45.318**	41.294	**86.017**	48.165
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimentos avaliados ao custo	**4.150**	9.567	**-**	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	**17.144**	25.591	**24.720**	40.039
Outras receitas (despesas)	**24.024**	6.136	**61.297**	8.126
Valor adicionado total a distribuir	**341.941**	329.575	**587.990**	551.958
Distribuição de valor adicionado:				
Pessoal	**131.971**	121.489	**208.616**	197.320
Salários, benefícios e FGTS	**107.659**	102.685	**184.266**	178.443
Participação dos empregados no lucro	**18.800**	11.072	**18.838**	11.145
Plano de opções e ações restritas	**5.512**	7.732	**5.512**	7.732
Tributos	**20.820**	12.925	**109.717**	96.209
Federais	**62.232**	50.902	**110.001**	93.687
Estaduais	**(42.092)**	(38.306)	**(2.205)**	1.022
Municipais	**680**	329	**1.921**	1.500
Remuneração de capitais de terceiros	**27.011**	52.517	**107.518**	115.785
Juros	**3.719**	11.162	**6.601**	8.448
Aluguéis	**7.372**	6.096	**64.350**	54.465
Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva	**15.920**	35.259	**36.567**	52.872
Remuneração de capitais próprios	**162.139**	142.644	**162.139**	142.644
Juros sobre o capital próprio	**38.105**	21.001	**38.105**	21.001
Dividendos	**42.354**	42.726	**42.354**	42.726
Reservas de lucros	**81.680**	78.917	**81.680**	78.917
Valor adicionado distribuído	**341.941**	329.575	**587.990**	551.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**162.139**	142.644	**162.139**	142.644
Ajustes às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	**27.515**	20.748	**80.322**	40.882
Resultado na venda de ativos permanentes	**(145)**	1.376	**(3.251)**	(713)
Pagamento de juros sobre emprestimos	**(2.779)**	(4.861)	**(6.468)**	(5.049)
Resultado de equivalência patrimonial	**(4.150)**	(9.567)	**-**	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	**15**	(633)	**784**	(481)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	**10.268**	17.995	**16.517**	15.588
Rendimento de aplicação financeira	**(10.853)**	(16.304)	**(13.614)**	(17.664)
Provisão para devedores duvidosos	**(3.200)**	1.996	**(2.610)**	2.354
Complemento de provisão para perdas no estoque	**4.060**	1.840	**4.569**	2.473
Plano de opções de ações e ações restritas	**3.813**	5.364	**3.813**	5.364
Juros sobre arrendamento	**944**	-	**5.608**	-
Imposto de renda e conctribuição social	**12.959**	5.037	**42.785**	27.354
Descréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	**(26.914)**	(6.572)	**(27.753)**	(47.759)
Estoques	**(22.027)**	(10.893)	**(33.208)**	(39.845)
Impostos a recuperar	**(5.423)**	(13.038)	**(40.835)**	(11.396)
Variação de outros ativos circulantes	**(1.434)**	3.088	**2.306**	(1.294)
Depósitos judiciais	**(2.655)**	541	**(3.461)**	715
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	**31.271**	(6.010)	**29.496**	5.705
Obrigações trabalhistas	**9.272**	3.308	**9.135**	3.594
Obrigações fiscais e sociais	**3.151**	19.347	**1.465**	18.618
Variação de outros passivos circulantes	**8.463**	4.959	**11.968**	5.492
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	**(14.810)**	(10.203)	**(34.825)**	(28.746)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**179.480**	150.162	**204.882**	117.837
Das atividades de Investimento				
Resultados na venda de imobilizado e intangível (caixa)	**500**	84	**6.126**	6.437
Acréscimo do imobilizado e intangível	**(33.483)**	(20.258)	**(65.607)**	(48.614)
Aplicações financeiras	**(640.739)**	(652.041)	**(1.090.118)**	(1.010.083)
Resgate de aplicações financeiras	**635.784**	754.892	**1.064.190**	1.124.496
Recebimento de dividendos	**43.418**	-	**-**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**5.480**	82.677	**(85.409)**	72.236
Das atividades de financiamento com terceiros				
Captações de curto prazo	**-**	-	**153.084**	70.400
Pagamentos de empréstimos	**(28.962)**	(67.066)	**(88.816)**	(155.140)
Contraprestação de arrendamento	**(6.609)**	-	**(46.723)**	-
Partes relacionadas	**(16.921)**	(60.906)	**-**	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(52.492)**	(127.972)	**17.545**	(84.740)
Das atividades de financiamento com acionistas				
Juros sobre o capital próprio	**(43.526)**	(41.922)	**(43.526)**	(41.922)
Distribuição de lucros	**(100.000)**	(73.796)	**(100.000)**	(73.796)
Créditos (débitos) com sócios	**-**	-	**58**	211
Emissão de ações	**11.642**	10.698	**11.642**	10.698
Recompra de Ações	**-**	(3.007)	**-**	(3.007)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	**(131.884)**	(108.027)	**(131.826)**	(107.816)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(184.376)**	(235.999)	**(114.281)**	(192.556)
Aumento (redução) das disponibilidades	**584**	(3.160)	**5.192**	(2.483)
Disponibilidades				
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	**-**	-	**115**	829
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	**1.102**	4.262	**8.501**	10.156
Caixa mais equivalentes de caixa finais	**1.686**	1.102	**13.808**	8.501
Aumento (redução) das disponibilidades	**584**	(3.160)	**5.192**	(2.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício		**162.139**	142.644	**162.139**	142.644
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	**(789)**	8.518	**(789)**	8.518
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		**3.267**	(2.190)	**3.267**	(2.190)
Total dos resultados abrangentes do exerício		**164.617**	148.972	**164.617**	148.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**330.375**	**(1.199)**	**45.568**	**43.707**	**2.683**	**64.658**	**178.358**	**2.796**	**-**	**(1.986)**	**664.960**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	142.644	-	**142.644**
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.518	**8.518**
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.190)	**(2.190)**
Planos baseados em ações	22.2	-	-	5.363	-	-	-	-	-	-	-	**5.363**
Ações restritas distribuídas		-	1.874	(1.874)	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Emissão de ações	22.1	10.698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**10.698**
Ações em tesouraria	22.5	-	(3.007)	-	-	-	-	-	-	-	-	**(3.007)**
Reserval legal	22.3	-	-	-	7.132	-	-	-	-	(7.132)	-	**-**
Reserva de incentivos fiscais	22.3	-	-	-	-	-	71.785	-	-	(71.785)	-	**-**
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(20.847)	-	(21.001)	-	**(41.848)**
Dividendos	23.a	-	-	-	-	-	-	(46.000)	(2.796)	(25.000)	-	**(73.796)**
Dividendo adicional proposto	23.a	-	-	-	-	-	-	-	17.726	(17.726)	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**341.073**	**(2.332)**	**49.057**	**50.839**	**2.683**	**136.443**	**111.511**	**17.726**	**-**	**4.342**	**711.342**
Lucro líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**162.139**	**-**	**162.139**
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(789)**	**(789)**
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.267**	**3.267**
Planos baseados em ações	22.2	**-**	**-**	**3.813**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.813**
Ações restritas distribuídas		**-**	**2.137**	**(2.137)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Emissão de ações	22.1	**11.642**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.642**
Reserval legal	22.3	**-**	**-**	**-**	**4.243**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.243)**	**-**	**-**
Reserva de incentivos fiscais	22.3	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**77.437**	**-**	**-**	**(77.437)**	**-**	**-**
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	23.b	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(38.105)**	**-**	**(38.105)**
Dividendos	23.a	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(75.000)**	**(17.726)**	**(14.512)**	**-**	**(107.238)**
Dividendo adicional proposto	23.a	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.842**	**(27.842)**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**352.715**	**(195)**	**50.733**	**55.082**	**2.683**	**213.880**	**36.511**	**27.842**	**-**	**6.820**	**746.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREZZO&CO

Continua ➔
www.arezzoco.com.br

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 6A54-BA91-6D2C-FD42.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 693 franquias no Brasil e 6 no exterior; 44 lojas próprias no Brasil e 9 lojas próprias no exterior; e um canal "webcommerce" destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de Cajamar/SP, São Roque/SP, São Paulo/SP, Itupeva/SP, Distrito Federal/DF, Cariacica/ES, Alexânia/GO, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Duque de Caxias/RJ, Tijuca/SC, Porto Alegre/RS, Gramado/RS e Novo Hamburgo/RS, e abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZEXP Comercial Exportadora S.A. ("ZZEXP")

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC, Schutz Cali e Showroom Itália.

ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Showroom Itália

O Showroom Itália iniciou as operações em 2018 e tem por objeto a exposição e representação de calçados, bolsas e cintos, exclusivamente da marca Alexandre Birman.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Exceto pelo CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia não possui transações que sejam afetadas pelas novas normas e interpretações emitidas pelo CPC ou pelo IASB sendo assim, suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

		Participação total - %			
Controladas	**País-sede**	**2019**		**2018**	
		Direta	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	**100,00%**	**-**	100,00%	-
ARZZ Co. LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%
ARZZ Itália SRL	Itália	**-**	**100,00%**	-	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

2.4.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.4.2. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

I. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido.

II. Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

III. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.

II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2019 e 2018 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões

2.13.1. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.13.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

2.14.1. Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

I. Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

II. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

III. Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2.14.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.3. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

I. Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

II. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

I. Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

II. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código C63F-2D95-0861-B377.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).
A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

2.18.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

2.18.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:
I. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes
O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:
a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
II. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado
O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:
a) o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
b) os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
III. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade *de hedge (hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido *por hedge*.
Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por seis marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri, Fiever e Alme), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Pagamento baseado em ações

2.21.1. Plano de opções de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

2.21.2. Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.
As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e reconhecidas prospectivamente.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:
I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
II. Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
III. Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.
IV. Transações com pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.
V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019 as políticas contábeis, no que se refere as operações de arrendamento mercantil, estão consistentes com os novos pronunciamentos do CPC e IFRS (CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil e com a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro.

4.1. CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu, em janeiro de 2016, a nova norma de arrendamento mercantil, o IFRS 16 equivalente ao CPC 06 (R2) nas normas brasileiras de contabilidade alterando de forma significativa a maneira como os arrendatários deverão reconhecer e mensurar os contratos de arrendamento.
Como resultado da adoção da nova norma, com algumas poucas exceções, todos os arrendamentos passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrados:
- Um passivo para pagamentos futuros; e
- Um ativo de direito de uso.

Desse modo as despesas de arrendamento serão contabilizadas como despesas de juros e amortização. Por consequência, a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato, e os elementos variáveis dos pagamentos de arrendamento não serão considerados no cálculo do passivo, sendo estes registrados como despesa operacional.
A definição de arrendamento, a partir de agora, abrange todos os contratos que dão direito a uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.
O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com 2 (duas) opções para aplicação inicial: a adoção retrospectiva ou adoção modificada.
Desta forma, a Companhia fez a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial. Sendo assim, não reapresentaremos informações e saldos em base comparativa.
A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional. A Companhia adotou as seguintes políticas contábeis na transição:
- A Companhia não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicou a norma aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (R2), (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- A Companhia optou por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- A Companhia não registrou os contratos os quais o prazo do arrendamento termina dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial da norma;
- A Companhia não registrou os contratos os quais o ativo subjacente é de baixo valor quando novo, adotando para tal um valor de R$ 20 (vinte mil reais);
- A Companhia excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- A Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e

Conforme Oficio Circular 02/19 divulgado em 18 de dezembro de 2019 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Companhia aplicou uma taxa de desconto nominal à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Por este motivo, apresenta um intervalo de 1,8% a 6,9%., sendo o passivo de arrendamento considerado bruto de Pis e Cofins e o reconhecimento dos créditos com base nos pagamentos das contraprestações.
Os impactos da aplicação desta nova norma estão demonstradas nas notas 14 – Imobilizado e 18 – Operações de arrendamento mercantil.

4.2. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.
Na avaliação da Companhia, não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.
Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E BANCOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa	**450**	283	**1.175**	1.168
Bancos	**1.236**	819	**12.633**	7.333
Total de caixa e bancos	**1.686**	1.102	**13.808**	8.501

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante				
Renda fixa (a)	**4.845**	3.149	**5.393**	3.443
Fundo de investimento exclusivo				
CDB	**2.984**	21.109	**3.540**	22.936
Letras financeiras (CEF)	**40.784**	41.155	**48.395**	44.717
Letras financeiras do tesouro	**174.064**	143.761	**206.547**	156.204
Total das aplicações financeiras	**222.677**	209.174	**263.875**	227.300

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A
Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a às despesas.
O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.
Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 98,83% do CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2018). Os ativos são compostos em 74% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 82,57% dos ativos possuem liquidez diária.
A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Clientes nacionais				
Duplicatas a receber	**292.542**	259.932	**298.350**	265.141
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	**1.580**	355	**-**	-
Clientes estrangeiros				
Duplicatas a receber	**3.574**	10.493	**54.242**	58.861
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	**23.736**	22.583	**-**	-
Outros				
Cheques	**24**	25	**80**	96
Cartões de crédito	**-**	-	**73.775**	74.593
	321.456	293.388	**426.447**	398.691
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(1.639)**	(4.839)	**(2.633)**	(5.243)
Total do contas a receber	**319.817**	288.549	**423.814**	393.448
Circulante	**285.679**	255.246	**413.412**	382.728
Não Circulante	**34.138**	33.303	**10.402**	10.720

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas - clientes nacionais".
A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
USD	**27.299**	33.012	**51.045**	55.488
EUR	**11**	64	**3.197**	3.373
	27.310	33.076	**54.242**	58.861

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	**(4.839)**	(2.843)	**(5.243)**	(2.889)
Adições/reversões	**(2.180)**	(3.826)	**(2.770)**	(4.184)
Realizações	**5.380**	1.830	**5.380**	1.830
Saldo no final do exercício	**(1.639)**	(4.839)	**(2.633)**	(5.243)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	**307.843**	273.938	**413.327**	379.240
Vencido até 30 dias	**4.656**	2.079	**4.656**	2.079
Vencido de 31 a 60 dias	**2.614**	2.494	**2.614**	2.494
Vencido de 61 a 90 dias	**1.734**	10.099	**1.734**	10.099
Vencido de 91 a 180 dias	**974**	3.430	**974**	3.430
Vencido de 181 a 360 dias	**1.824**	572	**1.331**	572
Vencido há mais de 360 dias	**1.811**	776	**1.811**	777
	321.456	293.388	**426.447**	398.691

Dado o contexto do cenário econômico atual e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.
A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 uma provisão adicional de R$ 2.770 (R$ 4.184 em 31 de dezembro de 2018) e R$ 9.299 (R$ 5.079 em 31 de dezembro de 2018) referentes perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais. Assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 20BD-A91E-98C1-0F47.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	**60.119**	39.781	**157.622**	126.041
Matérias primas	**4.060**	5.348	**17.480**	18.108
Produtos em elaboração	**-**	-	**6.219**	6.297
Adiantamentos a fornecedores	**4.825**	3.051	**5.631**	4.502
(-) Provisão para perdas	**(5.717)**	(2.860)	**(7.453)**	(4.087)
Total dos estoques	**63.287**	45.320	**179.499**	150.861

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias e webcommerce.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do período	**(2.860)**	(2.954)	**(4.087)**	(3.548)
Adições/reversões	**(4.060)**	(1.840)	**(4.569)**	(2.473)
Realizações	**1.203**	1.934	**1.203**	1.934
Saldo no final do período	**(5.717)**	(2.860)	**(7.453)**	(4.087)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar	**9.243**	6.881	**14.560**	12.506
Antecipação de IRPJ	**24.794**	24.837	**25.380**	25.129
Antecipação de CSLL	**6.789**	4.431	**6.924**	4.547
Pis e Cofins a recuperar	**3**	-	**39.851**	4.313
IPI a Recuperar	**-**	-	**1.425**	1.021
Outros	**1.124**	379	**2.192**	1.854
Total dos impostos a recuperar	**41.953**	36.528	**90.332**	49.370

10. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018	2019	2018
Adiantamento ao fundo de propaganda (a)	**7.163**	5.031	**7.163**	5.031
Adiantamento a franqueados	**623**	623	**623**	623
Adiantamentos a fornecedores	**2.130**	2.436	**2.710**	5.444
Adiantamentos a empregados	**1.002**	974	**4.628**	8.130
Adiantamentos de viagens	**56**	202	**57**	237
Despesas antecipadas	**1.290**	1.751	**1.318**	1.774
Outros créditos a realizar	**1.746**	1.557	**5.731**	4.727
Total de outros créditos	**14.010**	12.574	**22.230**	25.966
(-) Circulante	**13.693**	12.029	**19.739**	23.241
Não circulante	**317**	545	**2.491**	2.725

(a) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo", "Rede de Franquias Schutz" e "Rede de Franquias Anacapri"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo", "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bases de cálculo IRPJ e CSLL diferidos				
Lucro não realizado nos estoques	**20.732**	18.877	**20.732**	18.877
Provisão variação cambial	**1.753**	1.329	**(1.871)**	(1.268)
Provisão para perda de estoque	**5.717**	2.860	**6.087**	4.087
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	**5.508**	5.693	**9.169**	8.586
Provisão para perdas com recebimento de créditos	**1.887**	5.457	**1.887**	5.457
Provisão para plano de ações	**4.879**	3.369	**4.879**	3.369
Provisão para comissões	**3.461**	2.954	**3.461**	2.954
Prejuízo fiscal	**-**	-	**-**	3.144
Variação cambial - hedge	**-**	4.951	**-**	4.951
Outras provisões	**757**	823	**1.781**	1.286
Ativo fiscal diferido	**44.694**	46.313	**46.125**	51.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**15.196**	15.746	**15.682**	17.491

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Sobre diferenças temporárias	**16.877**	14.065	**17.363**	15.534
Sobre ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	**(1.681)**	1.681	**(1.681)**	1.681
Sobre prejuizos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	**-**	-	**-**	276
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	**15.196**	15.746	**15.682**	17.491

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo de abertura	**15.746**	8.408	**17.491**	11.533
Despesa de imposto reconhecida no resultado	**1.131**	5.657	**(128)**	4.277
Imposto de renda diferido reconhecido em outros resultados abrangentes	**(1.681)**	1.681	**(1.681)**	1.681
Saldo no final do exercício	**15.196**	15.746	**15.682**	17.491

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	**-**	8.266	**-**	9.107
2020	**6.868**	3.740	**7.114**	4.192
2021	**4.164**	3.740	**4.284**	4.192
2022	**4.164**	-	**4.284**	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**15.196**	15.746	**15.682**	17.491

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**175.098**	147.681	**204.926**	169.998
Alíquota vigente	**34,0%**	34,0%	**34,0%**	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(59.533)**	(50.212)	**(69.675)**	(57.799)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	**-**	-	**(22.340)**	(15.675)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	**9.190**	8.060	**9.190**	8.060
Equivalência patrimonial	**1.411**	3.253	**-**	-
Juros sobre capital próprio	**12.956**	14.229	**12.956**	14.229
Subvenções governamentais (i)	**25.122**	19.725	**30.078**	24.407
Despesa com planos baseados em ações	**(1.099)**	(1.222)	**(1.099)**	(1.222)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	**498**	269	**836**	399
Outras diferenças permanentes	**(1.504)**	861	**(2.733)**	247
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(12.959)**	(5.037)	**(42.787)**	(27.354)
Corrente	**(14.090)**	(10.694)	**(42.659)**	(31.631)
Diferido	**1.131**	5.657	**(128)**	4.277
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(12.959)**	(5.037)	**(42.787)**	(27.354)
Taxa efetiva	**7,4%**	3,4%	**20,9%**	16,1%

(i)Incentivos fiscais de ICMS, considerados subvenção para investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, conforme detalhamento apresentado na nota 33.

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). Desde de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R$13.257 (R$12.914 em 31 de dezembro de 2018), como segue:

	2019	2018
Remuneração fixa anual salário/pró-labore	**6.763**	6.021
Remuneração variável bônus	**3.473**	3.751
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 32)	**3.021**	3.142
Total da remuneração	**13.257**	12.914

As despesas com plano de opções de ações e plano de ações restritas (Nota 32) estão sendo apresentadas como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 50,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 esta empresa recebeu R$ 630 (R$ 671 em 31 de dezembro de 2018).

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Resumo dos saldos de balanço e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício
ARZZ International INC	247.340	291.243	(43.903)	127.144	175.597	(65.706)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	292.513	72.139	220.374	93.614	346.099	35.154
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	84.208	28.142	56.066	27.592	138.243	14.662
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	161.923	139.807	22.116	2000	117.657	20.040

b) Saldos de investimentos e equivalência patrimonial:

	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
Descrição	2019	2018	2019	2018
ARZZ International INC	**-**	23.513	**(65.706)**	(46.104)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**220.374**	184.443	**35.154**	22.648
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	**56.066**	41.365	**14.662**	4.962
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	**22.116**	30.159	**20.040**	28.061
Total investimento	**298.556**	279.480	**4.150**	9.567
ARZZ International INC	**(43.903)**	-	**-**	-
Provisão para perda com investimento	**(43.903)**	-	**-**	-
Total	**254.653**	279.480	**4.150**	9.567

c) Movimentação dos investimentos:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**279.480**	276.625
Distribuição de dividendos	**(28.188)**	(15.230)
Equivalência patrimonial	**4.150**	9.567
Ajuste de avaliação patrimonial	**(789)**	8.518
Saldo no final do exercício	**254.653**	279.480

Distribuição de dividendos

Em 02 de maio de 2019, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A aprovou a distribuição de dividendos decorrentes da participação detida pela Controladora no montante de R$ 28.061 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ajustado pela constituição de reserva legal conforme preconizado pela legislação societária e pagos em 20 de dezembro de 2019.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

2019

	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
ARZZ International INC	**-**	**-**	**23.736**	**-**	**3.795**	**249**	**-**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**950**	**-**	**-**	**1.992**	**-**	**218.124**	**4.693**
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	**196**	**-**	**-**	**(707)**	**-**	**507**	**109.109**
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	**434**	**-**	**-**	**-**	**-**	**180**	**-**
Total da controladora	**1.580**	**-**	**23.736**	**1.285**	**3.795**	**219.060**	**113.802**
Consolidado							
Acionistas controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.502**	**-**	**-**
Total do consolidado	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.502**	**-**	**-**

2018

	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
ARZZ International INC	**-**	**-**	**22.583**	**-**	**19.563**	**1.253**	**-**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**-**	**-**	**-**	**1.792**	**-**	**197.843**	**-**
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	**149**	**-**	**-**	**-**	**-**	**41**	**100.866**
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	**206**	**15.230**	**-**	**-**	**-**	**37**	**-**
Total da controladora	**355**	**15.230**	**22.583**	**1.792**	**19.563**	**199.174**	**100.866**
Consolidado							
Acionistas controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.443**	**-**	**-**
Total do consolidado	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.443**	**-**	**-**

14. IMOBILIZADO

	2019			2018		
Controladora	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	**20.297**	**(13.915)**	**6.382**	16.677	(11.777)	4.900
Móveis e utensílios	**10.235**	**(5.075)**	**5.160**	8.749	(4.232)	4.517
Máquinas e equipamentos	**9.502**	**(5.589)**	**3.913**	8.624	(4.857)	3.767
Instalações e showroom	**25.261**	**(10.998)**	**14.263**	21.888	(8.884)	13.004
Veículos	**221**	**(209)**	**12**	222	(197)	25
Terreno	**84**	**-**	**84**	101	-	101
Direito de uso de bens	**34.163**	**(6.778)**	**27.385**	-	-	-
Total	**99.763**	**(42.564)**	**57.199**	56.261	(29.947)	26.314

	2019			2018		
Consolidado	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	**25.050**	**(17.234)**	**7.816**	20.873	(14.441)	6.432
Móveis e utensílios	**37.607**	**(16.020)**	**21.587**	29.163	(12.000)	17.163
Máquinas e equipamentos	**25.722**	**(14.360)**	**11.362**	23.745	(12.205)	11.540
Instalações e showroom	**105.501**	**(46.774)**	**58.727**	85.680	(37.739)	47.941
Veículos	**234**	**(223)**	**11**	234	(210)	24
Terreno	**84**	**-**	**84**	101	-	101
Direito de uso de bens	**245.097**	**(40.602)**	**204.495**	-	-	-
Total	**439.295**	**(135.213)**	**304.082**	159.796	(76.595)	83.201

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código AEC8-76F5-3CBE-DF45.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
Saldos em 31/12/2017	5.040	3.664	4.085	8.626	45	101	-	21.561
Aquisições	1.925	2.018	587	6.886	-	-	-	11.416
Depreciação	(2.056)	(752)	(822)	(1.871)	(20)	-	-	(5.521)
Baixas	(9)	(413)	(83)	(637)	-	-	-	(1.142)
Saldos em 31/12/2018	**4.900**	**4.517**	**3.767**	**13.004**	**25**	**101**	**-**	**26.314**
Adoção inicial CPC 06(R2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**32.987**	**32.987**
Aquisições	**3.625**	**1.492**	**878**	**3.373**	**-**	**-**	**1.258**	**10.626**
Depreciação CPC 06(R2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.796)**	**(6.796)**
Depreciação	**(2.141)**	**(849)**	**(732)**	**(2.114)**	**(13)**	**-**	**-**	**(5.849)**
Baixas	**(2)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17)**	**(64)**	**(83)**
Saldos em 31/12/2019	**6.382**	**5.160**	**3.913**	**14.263**	**12**	**84**	**27.385**	**57.199**
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-		

Consolidado	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
Saldos em 31/12/2017	6.152	13.176	9.172	38.991	44	101	-	67.636
Aquisições	2.952	9.373	4.509	19.819	-	-	-	36.653
Depreciação	(2.669)	(3.193)	(2.038)	(9.223)	(20)	-	-	(17.143)
Baixas	(72)	(2.366)	(103)	(2.805)	-	-	-	(5.346)
Variação cambial	69	173	-	1.159	-	-	-	1.401
Saldos em 31/12/2018	**6.432**	**17.163**	**11.540**	**47.941**	**24**	**101**	**-**	**83.201**
Adoção inicial CPC 06(R2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**199.777**	**199.777**
Aquisições	**4.241**	**9.711**	**1999**	**23.318**	**-**	**-**	**41.832**	**81.101**
Depreciação CPC 06(R2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(40.751)**	**(40.751)**
Depreciação	**(2.829)**	**(4.288)**	**(2.158)**	**(11.712)**	**(13)**	**-**	**-**	**(21.000)**
Baixas	**(55)**	**(991)**	**(19)**	**(1.519)**	**-**	**(17)**	**(928)**	**(3.529)**
Variação cambial	**27**	**(8)**	**-**	**699**	**-**	**-**	**4.565**	**5.283**
Saldos em 31/12/2019	**7.816**	**21.587**	**11.362**	**58.727**	**11**	**84**	**204.495**	**304.082**
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-		

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

15. INTANGÍVEL

	2019			2018		
Controladora	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**5.336**	**-**	**5.336**	4.686	-	4.686
Direito de uso de lojas (definido)	**954**	**(954)**	**-**	954	(954)	-
Direito de uso de sistemas	**118.935**	**(82.891)**	**36.044**	95.519	(68.041)	27.478
Total	**125.225**	**(83.845)**	**41.380**	101.159	(68.995)	32.164

	2019			2018		
Consolidado	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**6.494**	**-**	**6.494**	5.802	-	5.802
Direito de uso de lojas (indefinido)	**28.167**	**-**	**28.167**	30.643	-	30.643
Direito de uso de lojas (definido)	**4.039**	**(4.039)**	**-**	4.334	(4.334)	-
Direito de uso de sistemas	**124.972**	**(84.586)**	**40.386**	99.686	(68.963)	30.723
Total	**163.672**	**(88.625)**	**75.047**	140.465	(73.297)	67.168

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	3.927	818	-	34.120	38.865
Transferência	-	(694)	694	-	-
Aquisições	759	-	-	8.083	8.842
Amortização	-	-	(694)	(14.533)	(15.227)
Baixas	-	(124)	-	(192)	(316)
Saldos em 31/12/2018	**4.686**	**-**	**-**	**27.478**	**32.164**
Aquisições	**650**	**-**	**-**	**23.466**	**24.116**
Amortização	**-**	**-**	**-**	**(14.870)**	**(14.870)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(30)**	**(30)**
Saldos em 31/12/2019	**5.336**	**-**	**-**	**36.044**	**41.380**

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	4.051	39.603	-	35.539	79.193
Transferência	-	(9.073)	9.073	-	-
Aquisições	1.779	237	-	9.945	11.961
Amortização	-	-	(9.012)	(14.727)	(23.739)
Baixas	-	(124)	(61)	(193)	(378)
Variação cambial	(28)	-	-	159	131
Saldos em 31/12/2018	**5.802**	**30.643**	**-**	**30.723**	**67.168**
Transferência	**-**	**(2.926)**	**2.926**	**-**	**-**
Aquisições	**650**	**450**	**-**	**25.240**	**26.340**
Amortização	**-**	**-**	**(2.926)**	**(15.645)**	**(18.571)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(30)**	**(30)**
Variação cambial	**42**	**-**	**-**	**98**	**140**
Saldos em 31/12/2019	**6.494**	**28.167**	**-**	**40.386**	**75.047**
Taxa média de depreciação	Indefinida	Indefinida	Definida	20%	

Os intangíveis de vida útil definida denominados "Direito de uso de sistemas" referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e softwares desenvolvidos internamente e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

De acordo com o Plano de Expansão anual, a Companhia revisou a vida útil indefinida de certos ativos intangíveis classificados em Direito de uso de lojas, passando a trata-los como ativos de vida útil definida e amortizando em até 1 ano.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 33.785 na Controladora e no Consolidado (R$ 29.946 em 31 de dezembro de 2018) relativos a gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologia, registradas na rubrica de despesas gerais e administrativas e no ativo intangível da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa média de desconto antes dos impostos de 14,9% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

• Receitas - As receitas foram projetadas entre 2020 e 2024 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, os impactos de novos projetos arquitetônicos de certas lojas e nível de cada loja e marca no mercado.

• Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

• Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
FINAME (a)	**-**	-	**350**	467
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (b)	**-**	-	**66.453**	23.396
FINEP (c)	**8.957**	17.549	**8.957**	17.549
Empréstimos em moeda estrangeira (d)	**40.301**	58.133	**40.301**	58.133
Pré-pagamento de exportação – PPE (e)	**-**	-	**64.723**	11.873
Total dos empréstimos	**49.258**	75.682	**180.784**	111.418
Circulante	**45.419**	8.592	**158.222**	43.978
Não circulante	**3.839**	67.090	**22.562**	67.440

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

a) Finame: 6% ao ano, com parcelas mensais e vencimento final em outubro de 2024;

b) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019 de 3,84% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até dezembro de 2020;

c) FINEP: Taxa de 4% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos até setembro de 2021;

d) Capital de giro em moeda estrangeira - "operação 4.131": denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,35% ao ano e vencimento em junho de 2020;

e) Pré-pagamento de exportação (PPE): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,91% ao ano e vencimento em dezembro de 2021.

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2017	-	26.456	99.285	125.741
Captação	-	-	-	-
Pagamento de parcelas	-	(8.925)	(58.142)	(67.067)
Pagamento de juros	-	(927)	(3.934)	(4.861)
Provisão de juros e variação cambial	-	945	17.050	17.995
Variação cambial (resultado abrangente)	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	-	17.549	58.133	75.682
Pagamento de parcelas	**-**	**(8.592)**	**(20.370)**	**(28.962)**
Pagamento de juros	**-**	**(523)**	**(2.256)**	**(2.779)**
Provisão de juros e variação cambial	**-**	**523**	**4.794**	**5.317**
Saldo em 31/12/2019	**-**	**8.957**	**40.301**	**49.258**

Consolidado	FINAME	PPE	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2017	623	-	55.381	26.456	99.285	181.745
Captação	-	11.223	59.177	-	-	70.400
Pagamento de parcelas	-	-	(88.074)	(8.925)	(58.142)	(155.141)
Pagamento de juros	(188)	-	-	(927)	(3.934)	(5.049)
Provisão de juros e var.camb.	32	650	(3.088)	945	17.050	15.589
Var.camb. (result.abrangente)	-	-	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	467	11.873	23.396	17.549	58.133	111.418
Captação	**-**	**62.916**	**90.168**	**-**	**-**	**153.084**
Pagamento de parcelas	**-**	**(11.873)**	**(47.982)**	**(8.592)**	**(20.370)**	**(88.817)**
Pagamento de juros	**(141)**	**236**	**(3.784)**	**(523)**	**(2.256)**	**(6.468)**
Provisão de juros e var.camb.	**24**	**1.570**	**4.656**	**523**	**4.794**	**11.567**
Saldo em 31/12/2019	**350**	**64.722**	**66.454**	**8.957**	**40.301**	**180.784**

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
2020	**-**	63.251	**-**	63.324
2021	**3.839**	3.839	**22.357**	3.911
2022	**-**	-	**73**	73
2023	**-**	-	**73**	132
2024	**-**	-	**59**	-
Total dos empréstimos	**3.839**	67.090	**22.562**	67.440

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2019 o valor destas operações era de R$ 1.392 (R$ 1.275 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia mantém também um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações e em 31 de dezembro de 2019 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia é de R$ 8.832 (R$ 10.580 em 31 de dezembro de 2018).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fornecedores nacionais	**51.506**	30.597	**66.071**	51.965
Operação de risco sacado (a)	**67.941**	57.955	**67.941**	57.955
Partes relacionadas (Nota 12.a)	**1.285**	1.792	**-**	-
Fornecedores estrangeiros	**955**	201	**955**	201
Total de fornecedores	**121.687**	90.545	**134.967**	110.121

a) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Dentro do contexto da aplicação do CPC 06 (R2), como descrito na nota 4, a Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou 110 contratos com componentes de arrendamento, sendo que, 53 foram classificados nas isenções da norma e 57 dentro no escopo de arrendamento. Sendo estes contratos referem-se a aluguéis mínimos de suas unidades de lojas próprias, escritórios, fábricas e centros de distribuição.

Dos contratos que estão dentro do escopo da norma, a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo do arrendamento. Este, por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes do contrato, descontado pela taxa nominal correspondente às cotações de mercado, apresentando portanto um intervalo de 1,8% a 6,1%.

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar no montante de R$ 32.987 na controladora e R$ 199.777 no consolidado, ajustados ao valor presente.

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019		
Reconhecimento CPC 06(R2)	**32.987**	**199.777**
Total de direito de uso de bens em 01/01/2019	**32.987**	**199.777**
Adições no período	**1.258**	**41.832**
Baixas no período	**(64)**	**(928)**
Depreciação no período	**(6.796)**	**(40.751)**
Variação cambial	**-**	**4.565**
Total de direito de uso de bens em 31/12/2019	**27.385**	**204.495**

b) Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019	**36.640**	**218.607**
Ajuste a valor presente	(3.653)	(18.830)
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	**32.987**	**199.777**
Adições no período	1.258	41.832
Baixas líquidas no período	(64)	(943)
Contraprestação do período	(6.479)	(42.069)
Juros s/arrendamento no período	944	5.608
Variação Cambial	-	4.853
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	**28.646**	**209.058**
Circulante	**6.826**	**40.145**
Não circulante	**21.820**	**168.913**

c) Compromisso futuros

	Fluxo de caixa (valor presente)		Fluxo de caixa contratual bruto	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
2020	6.826	40.145	7.632	45.118
2021	5.157	34.823	5.770	38.735
2022	3.752	28.658	4.224	31.692
2023	3.847	27.046	4.199	29.344
Após 2024	9.064	78.386	9.620	82.523
Total	**28.646**	**209.058**	**31.445**	**227.412**
Potencial crédito de PIS e COFINS	2.650	6.988	2.909	7.499

d) Reconciliação dos pagamentos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saída de caixa (DFC)	**(6.609)**	**(46.723)**
Contraprestações do período	(6.479)	(42.069)
Contratos de curto prazo	(28)	(2.988)
Contratos de baixo valor	(102)	(102)
Parcelas variáveis de contratos	-	(1.564)

e) Informações adicionais:

Conforme ofício 02/2019 emitido pela CVM em 18 de dezembro de 2019, a companhia arrendatária deve projetar inflação futura nos fluxos a serem descontados de modo a não haver a impropriedade técnica no cálculo, ocasionada pela flexibilidade prevista no CPA 06(R2), e preservando, por conseguinte, a qualidade da informação a ser apresentada para os investidores no mercado brasileiro.

Para projeção do fluxo de caixa, a Companhia utilizou a taxa de inflação divulgada no Bacen para os contratos no Brasil e taxa de inflação divulgada pelo *The Federal Reserve* (*Fed*, banco central americano) para os contratos americanos.

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	**97.336**	**78.859**	**57.630**	**39.057**	**25.719**	**14.265**
Despesa financeira (juros nominal)	4.958	4.118	2.915	1.931	1.204	1.385
Contraprestação leasing (*)	(22.467)	(24.244)	(19.810)	(13.601)	(10.894)	(12.529)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(968)	(1.103)	(1.678)	(1.668)	(1.764)	(3.121)
Saldo final	**78.859**	**57.630**	**39.057**	**25.719**	**14.265**	**-**
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	22.467	24.244	19.810	13.601	10.894	12.529
Fluxo de caixa nominal	23.435	25.347	21.488	15.269	12.658	15.650
Inflação futura não incorporada na contraprestação	**(968)**	**(1.103)**	**(1.678)**	**(1.668)**	**(1.764)**	**(3.121)**

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.

Continua ➔

AREZZO &CO
www.arezzoco.com.br

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 21DA-8DF7-78AB-C61C.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	**166.910**	**149.844**	**130.915**	**113.302**	**95.874**	**77.343**
Despesa financeira (juros nominal)	2.686	2.563	2.223	1.912	1.587	3.289
Contraprestação leasing (*)	(19.460)	(20.879)	(18.930)	(18.095)	(18.454)	(70.009)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(292)	(613)	(906)	(1.245)	(1.664)	(10.623)
Saldo final	**149.844**	**130.915**	**113.302**	**95.874**	**77.343**	**-**
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	19.460	20.879	18.930	18.095	18.454	70.009
Fluxo de caixa nominal	19.752	21.492	19.836	19.340	20.118	80.632
Inflação futura não incorporada na contraprestação	**(292)**	**(613)**	**(906)**	**(1.245)**	**(1.664)**	**(10.623)**

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários a pagar	**25.620**	18.459	**28.103**	21.113
Provisão para férias e encargos	**13.437**	11.321	**19.194**	17.049
Total de encargos trabalhistas	**39.057**	29.780	**47.297**	38.162

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS sobre venda	**302**	1.018	**3.947**	6.032
Imposto de renda retido na fonte	**4.679**	6.388	**5.257**	6.945
Encargos sociais a recolher	**3.878**	3.155	**5.772**	5.028
PIS e COFINS	**2.021**	2.974	**2.958**	4.685
IRPJ e CSLL	**-**	-	**12.086**	4.201
Outros impostos e encargos	**1.812**	1.714	**2.886**	2.236
Total de obrigações fiscais e sociais	**12.692**	15.249	**32.906**	29.127

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	**3.608**	3.515	**6.887**	6.016
Tributária	**1.675**	1.675	**2.044**	2.044
Cível	**226**	303	**237**	325
Total de provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	**5.509**	5.493	**9.168**	8.385

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2017	4.195	1.675	256	6.126
Adições/atualizações	1.231	-	298	1.529
Reversões/pagamentos	(1.911)	-	(251)	(2.162)
Saldos em 31/12/2018	**3.515**	**1.675**	**303**	**5.493**
Adições/atualizações	**1.452**	**-**	**385**	**1.837**
Reversões/pagamentos	**(1.359)**	**-**	**(463)**	**(1.822)**
Saldos em 31/12/2019	**3.608**	**1.675**	**225**	**5.508**
Consolidado	**Trabalhista**	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Saldos em 31/12/2017	6.535	2.044	287	8.866
Adições/atualizações	2.434	-	345	2.779
Reversões/pagamentos	(2.953)	-	(307)	(3.260)
Saldos em 31/12/2018	**6.016**	**2.044**	**325**	**8.385**
Adições/atualizações	**4.388**	**-**	**420**	**4.808**
Reversões/pagamentos	**(3.517)**	**-**	**(507)**	**(4.024)**
Saldos em 31/12/2019	**6.887**	**2.044**	**238**	**9.169**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza trabalhista, tributária e cível, nas esferas administrativas e judiciais, em 31 dezembro de 2019 no montante aproximado de R$110.985 (R$91.980 em 31 de dezembro de 2018), cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em 31 de dezembro de 2019 de R$45.071, R$56.926 e R$8.988, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível (R$30.649, R$58.601 e R$2.730 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

i. Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda a realização de perícia contábil requerida pela Companhia, que tem como finalidade demonstrar que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante aproximado de R$ 26.746.

ii. Processo Administrativo nº 15504-725.206/2018-80 decorrente de Auto de Infração lavrado em 11/10/2018, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente à Contribuição Previdenciária da Empresa ("Cota Patronal") e Contribuição de Outras Entidades e Fundos ("Contribuição de Terceiros"), relativas ao período compreendido entre junho de 2014 a setembro de 2017, cumuladas com juros de mora e multa proporcional, pois segundo o fisco, a Companhia teria remunerado seus empregados e contribuintes individuais por intermédio da outorga de opções de compra de ações no âmbito do "Plano de Opção de Compra de Ações", que na concepção da Receita Federal, tem caráter remuneratório, passível de contribuição previdenciária. O processo em questão foi impugnado, sob alegação de que o "Plano de Opção de Compra de Ações" utilizado pela Companhia tem caráter mercantil. Atualmente aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais dos Recursos Voluntários apresentados em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP), em face do acórdão n°: 14-91.305 que negou provimento a Impugnação do contribuinte. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de aproximadamente R$ 6.092.

iii. Ação Anulatória 00000033-68.2017.8.21.0087, cuja tramitação ocorre na 2ª Vara Cível de Campo Bom/RS, visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de crepitamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011. CDA nº 019/0543060. Paralelamente ao ajuizamento da ação Anulatória, o Fisco distribuiu a Execução Fiscal nº 0006055-45.2017.8.21.0087 por dependência à Anulatória. O processo em questão foi julgado procedente, desconstituindo o auto de lançamento. Aguardamos o decurso do prazo o Estado recorrer da decisão. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de aproximadamente R$ 6.880.

iv. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087- Pedido de tutela de Urgência Antecipada – em face da lavratura do Auto de Infração nº AI: 8225966 ajuizado pelo Receita Estadual do Rio Grande do Sul, em 21 de julho de 2018, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018. Segundo a Receita, teriam sido detectadas as seguintes irregularidades: (i) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Municípios que não possuem benefício fiscais (isenção de ICMS); (ii) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias importadas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio; (iii) falta de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio sem comprovação do efetivo ingresso das mercadorias formalizada pela SUFRAMA; e (iv) creditamento indevido do imposto por ausência de estorno de ICMS nas operações de saída de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus e área de livre comércio. Obtivemos a liminar e suspensão da exigibilidade do débito. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R$ 1.762.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais e garantia judicial

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo dos depósitos judiciais é de R$ 14.669 na Controladora (R$ 12.014 em 31 de dezembro de 2018) e R$ 21.863 no Consolidado (R$ 18.402 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia utiliza a modalidade de garantia judicial, regulamentada pela legislação vigente, utilizada especialmente como uma forma de caução no processo e/ou em substituição às garantias dadas, sendo o instrumento mais econômico existente atualmente, preservando o patrimônio e capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo destas garantias judiciais é de R$ 6.620.

22. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

22.1. Capital social

Em 27 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 11.642 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 651 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

	Ações em milhares	Capital social R$
Saldo em 31/12/2017	89.766	330.375
Emissão de ações com plano de opção de ações	537	10.698
Saldo em 31/12/2018	**90.303**	**341.073**
Emissão de ações com plano de opção de ações	651	11.642
Saldo em 31/12/2019	**90.954**	**352.715**

22.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99. Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S.A. ("BRICS") foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$ 13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holdins S.A. ("FIGEAC").

b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$ 7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R$ 550 (R$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação dos Planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções outorgadas no montante de R$ 23.593 (R$ 23.122 em 31 de dezembro de 2018) e Reserva de ações restritas no montante de R$ 5.670 (R$ 4.466 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na Nota 32.

22.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é R$ 55.082 (R$ 50.839 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 2.683.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 33) pela controladora e suas controladas. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 213.880 (R$ 136.443 em 31 de dezembro de 2018).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2019 é de R$ 36.511 (R$ 111.511 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme o art. 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

22.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante é de perda R$ 790 (R$ 8.518 em 31 de dezembro de 2018).

22.5. Ações em Tesouraria

Em 27 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra"), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao Plano de Ações Restritas (Nota 32), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas.

Abaixo demonstramos o saldo de ações em tesouraria:

	2019	2018
Saldo de ações R$	195	2.332
Quantidade	5.207	52.119
Custo médio	37,37	44,75

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS E PROPOSTOS

a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Lucro do exercício	**162.139**	142.644
Reserva legal	**(4.243)**	(7.132)
Reserva de incentivos fiscais	**(77.437)**	(71.785)
Lucro líquido à destinar	**80.459**	63.727
Dividendos mínimos conforme estatuto	**25%**	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**20.115**	15.932
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	**38.105**	21.001
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	**(4.985)**	(2.828)
Dividendos intercalares pagos	**14.512**	25.000
Dividendos adicionais propostos	**27.842**	17.726
Total	**75.474**	60.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	**55.359**	44.967
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R$	**0,6087**	0,4982

Em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, com base na reserva de lucros, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 75.000, R$ 0,8310 por ação, pagos em 02 de abril de 2019.

Em 30 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos suplementares no montante de R$ 17.726, R$ 0,1964 por ação pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2019, no montante de R$ 7.274, R$ 0,0800 por ação, pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2019, no montante de R$ 7.238, R$ 0,0796 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

A Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2020, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 27.842, R$ 0,3061 por ação, sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o primeiro semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 20.344, R$ 0,2238 por ação, pagos em 25 de julho de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o segundo semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 17.761, R$ 0,1953 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

24. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22.5).

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**162.139**	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	**90.687**	89.992
Lucro básico por ação - R$	**1,7879**	1,5851

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**162.139**	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	**90.687**	89.992
Ajuste por opções de compra de ações	**19**	534
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	**90.706**	90.526
Lucro diluído por ação - R$	**1,7875**	1,5757

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	**1.542.052**	1.414.519	**1.804.947**	1.678.868
Mercado externo	**4.508**	10.057	**258.982**	186.900
Devolução de vendas	**(45.933)**	(34.349)	**(113.340)**	(84.190)
Descontos e abatimentos	**(5.077)**	(3.218)	**(5.076)**	(3.218)
Impostos sobre vendas	**(207.479)**	(192.549)	**(266.278)**	(251.701)
Receita operacional líquida	**1.288.071**	1.194.460	**1.679.235**	1.526.659

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e webcommerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 9810-7362-3E3E-1354.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO &CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	2019	2018
Receita bruta	**2.063.929**	1.865.768
Mercado interno		
Arezzo	**983.757**	950.689
Schutz	**474.295**	443.471
Anacapri	**259.116**	219.554
Outros	**87.779**	65.154
Mercado externo	**258.982**	186.900
Canal	**2019**	2018
Receita bruta	**2.063.929**	1.865.768
Mercado interno		
Franquias	**899.399**	831.365
Multimarca	**423.008**	384.272
Lojas próprias	**266.310**	298.706
Webcommerce	**214.581**	162.640
Outros	**1.649**	1.885
Mercado externo	**258.982**	186.900

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2019 12,5% (10,0% em 31 de dezembro de 2018) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

27. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	**(813.665)**	(754.119)	**(903.541)**	(815.987)
Despesas comerciais	**(183.082)**	(170.107)	**(424.366)**	(378.922)
Despesas administrativas e gerais	**(136.463)**	(109.695)	**(184.012)**	(140.865)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**18.513**	(1.595)	**55.786**	394
	(1.114.697)	(1.035.516)	**(1.456.133)**	(1.335.380)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização (i)	**(27.515)**	(20.748)	**(80.322)**	(40.882)
Despesas com pessoal	**(155.153)**	(143.876)	**(241.065)**	(229.102)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(819.358)**	(758.353)	**(911.823)**	(822.738)
Fretes	**(25.778)**	(25.243)	**(44.521)**	(33.829)
Despesas com ocupação de lojas (ii)	**-**	-	**(25.088)**	(42.136)
Despesa com marketing	**(8.961)**	(5.590)	**(39.995)**	(33.834)
Outras despesas operacionais	**(77.932)**	(81.706)	**(113.319)**	(132.859)
	(1.114.697)	(1.035.516)	**(1.456.133)**	(1.335.380)

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 18.
(ii) Refere-se ao saldo de aluguéis que não foram escopo do IFRS 16 descrito na nota explicativa 4.1.

28. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	**13.808**	13.808	**8.501**	8.501
Aplicações financeira	**263.875**	263.875	**227.300**	227.300
Contas a receber de clientes	**423.814**	423.814	**393.448**	393.448
Empréstimos e financiamentos	**180.784**	180.635	**111.418**	111.441
Fornecedores	**134.967**	134.967	**110.121**	110.121
Arrendamento	**209.058**	209.058	**-**	-

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos		
Caixas e bancos	-	13.808
Contas a receber de clientes	-	423.814
Aplicações financeiras	263.875	-
Passivos		
Fornecedores	-	134.967
Empréstimos e financiamentos	-	180.635
Arrendamento	-	209.058

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).

• Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

• Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber em moeda estrangeira	**23.174**	34.690
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	**(171.477)**	(35.269)
Exposição líquida	**(148.303)**	(579)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R$	23.174	28.968	34.761
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R$	(171.477)	(214.346)	(257.216)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Dólar		4,03	5,04	6,05
Efeito no lucro antes da tributação	**R$**		**(37.075)**	**(74.152)**

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	2019	%
Juros Fixos	131.526	73
Juros com base na TJLP e Libor	49.258	27
	180.784	**100**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 e a partir destas calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aumento da despesa financeira				
Financiamentos - TJLP	R$	499	624	748
Financiamentos - Libor	R$	790	987	1.185
		1.289	**1.611**	**1.933**
Apreciação da taxa em referência para passivos financeiros			25%	50%
TJLP		5,57%	6,96%	8,36%
Libor		1,96%	2,45%	2,94%

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Emprestimos e financiamentos	158.222	22.562	-	**180.784**
Fornecedores	134.967	-	-	**134.967**
Arrendamento	40.145	90.527	78.386	**209.058**

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2019 e 2018.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	**(180.784)**	(111.418)
Caixa e bancos	**13.808**	8.501
Aplicações financeiras	**263.875**	227.300
Sobra líquida de caixa	**96.899**	124.383
Total do capital	**742.720**	711.342

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos	**3.641**	3.868	**3.694**	3.890
Rendimento de aplicações financeiras	**10.336**	15.543	**12.973**	16.846
Outras receitas	**1.522**	2.013	**1.677**	2.256
	15.499	21.528	**18.344**	22.992
Despesas financeiras				
Taxa de administração de cartão de crédito	**-**	(7.595)	**-**	**(9.272)**
Descontos concedidos	**(1.520)**	(2.906)	**(1.791)**	(3.174)
Juros sobre financiamentos	**(3.262)**	(6.619)	**(6.601)**	(8.448)
Juros sobre mútuos	**(457)**	(4.543)	**-**	-
Juros de arrendamento	**(874)**	-	**(5.337)**	-
Despesas bancárias	**(3.771)**	(3.387)	**(4.584)**	(3.968)
Despesas com custas cartorais	**(1.633)**	(2.898)	**(1.641)**	(2.924)
Outras despesas	**(296)**	(185)	**(420)**	(524)
	(11.813)	(20.538)	**(29.646)**	(26.633)
Variação cambial, líquida	**(6.112)**	(21.820)	**(6.874)**	(17.640)
Total	**(2.426)**	(20.830)	**(18.176)**	(21.281)

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Plano de opções de ações e ações restritas	**(5.512)**	(7.732)	**(5.512)**	(7.732)
Taxa de franquia	**1.882**	1.732	**1.882**	1.732
Recuperação de despesas	**1.598**	1.128	**1.600**	1.375
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	**145**	(1.376)	**3.251**	713
Outras receitas (despesas), líquidas	**20.400**	4.653	**54.565**	4.306
Total	**18.513**	(1.595)	**55.786**	394

A Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade de inclusão do crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e CSLL, na ação judicial referente ao crédito de IRPJ pela alteração na forma de apuração de incentivo fiscal do programa de alimentação do trabalhador e na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins. Desta forma, a Companhia reconhece o direito da compensação dos valores recolhidos indevidamente, no montante de R$52.687 classificados nas linhas de outras receitas (despesas) e em contrapartida um montante de R$6.749 referente honorários advocatícios e outras despesas relativas aos processos classificados em despesas administrativas, equalizando um efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$45.938.

Dos créditos reconhecidos, o montante de R$ 8.049 é uma estimativa da Companhia referente ao trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins de uma de suas controladas. O montante está sendo apurado com base nas documentações fiscais e encontra-se em validação pelos seus assessores legais e contábeis, desta forma poderá sofrer alterações em função das revisões em andamento.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da coberura - R$
Estoques e imoblizado	**Incêndio**	**214.100**
	Responsabilidade civil	**20.000**

32. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

32.1. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

Em 03 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a quinta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 1.284.986 opções, sendo 99.538 do Lote I e 1.185.448 do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	Total
Prazo de carência a partir da outorga						
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744	52.741	53.735	**195.818**
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	**748.214**
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	**748.214**
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572	325.984	352.952	**1.496.425**
Total	**263.983**	**655.450**	**804.890**	**704.709**	**759.639**	**3.188.671**
Movimentações						
Saldo em 31/12/2017	1.053	16.328	34.186	508.806	633.508	**1.193.881**
Opções exercidas	(755)	(16.328)	(33.436)	(458.574)	(27.431)	**(536.524)**
Opções baixadas (*)	(298)	-	-	(32.144)	(5.939)	**(38.381)**
Saldo em 31/12/2018	**-**	**-**	**750**	**18.088**	**600.138**	**618.976**
Opções exercidas	**-**	**-**	**(1.000)**	**(50.232)**	**(600.141)**	**(651.373)**
Opções baixadas (*)	**-**	**-**	**250**	**32.144**	**3**	**32.397**
Saldo em 31/12/2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

(*) Ajuste de opções baixadas por motivo de desligamento.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R$ 471 (R$ 1.754 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para as outorgas de 2013 a 2016, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 873C-7360-8E38-6608.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO&CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO SE DE OUTRA FORMA INDICADO)

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015		5ª Outorga Junho/2016	
Lote	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

32.2. Plano de ações restritas

Em 23 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, a estruturação e implementação do novo plano de ações restritas da Companhia foi aprovada. E em 28 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 1º Programa de Outorga. E em 30 de julho de 2018, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 2º Programa de Outorga. E em 25 de julho de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 3º Programa de Outorga.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os "Beneficiários"), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

(i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;
(ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;
(iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e
(iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

Demonstramos a seguir os saldos outorgados e respectivos prazos de carência:

	1ª Outorga em em 29/08/2017	2ª Outorga em 30/07/2018	3ª Outorga em 30/07/2019	Total
Prazo de carência a partir da outorga				
A partir do primeiro aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do segundo aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do terceiro aniversário	121.457	22.134	5.321	148.912
A partir do quarto aniversário	364.370	66.398	15.963	446.731
Total	**607.283**	**110.664**	**26.606**	**744.553**
Movimentações:				
Saldo em 31/12/2017	607.283	-	-	607.283
Outorga (*)	-	110.664	-	110.664
Exercício (**)	(51.764)	-	-	(51.764)
Baixas (***)	(89.643)	-	-	(89.643)
Saldo em 31/12/2018	**465.876**	**110.664**	**-**	**576.540**
Outorga (*)	-	-	26.606	26.606
Exercício (**)	(49.830)	(8.995)	-	(58.825)
Baixas (***)	(17.405)	(20.709)	-	(38.114)
Saldo em 31/12/2019	**398.641**	**80.960**	**26.606**	**506.207**

(*) Outorga antes dos efeitos dos impostos e condições de performance do Plano de ações restritas.

(**) Como reflexo das condições de performance do Plano de Ações Restritas e impacto de impostos, no 2º vencimento (1ª outorga 2017) foram exercidas 39.738 ações no 1º vencimento (2ª outorga 2018) foram exercidas 7.174 ações.

(***) Baixas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações ou pelo não exercício das ações.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R$ 5.041 (R$ 4.466 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª outorga 2017	2ª outorga 2018	3ª outorga 2019
Quantidade de ações	**607.283**	**110.664**	**26.606**
1º Vencimento	60.728	11.066	2.661
2º Vencimento	60.728	11.066	2.661
3º Vencimento	121.457	22.134	5.321
4º Vencimento	364.370	66.398	15.963
Preço de ação - (R$)	**35,50**	**43,38**	**50,74**
Valor justo por ação - (R$)			
1º Vencimento	34,73	43,37	50,50
2º Vencimento	33,97	43,37	50,50
3º Vencimento	33,24	43,37	50,50
4º Vencimento	32,51	43,37	50,50
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	**2,20%**	**3,14%**	**3,25%**
Volatilidade do preço da ação			
1º Vencimento	32,2%	45,0%	29,5%
2º Vencimento	36,5%	39,1%	38,0%
3º Vencimento	36,6%	39,5%	36,2%
4º Vencimento	36,8%	38,8%	37,3%
Taxa de juro livre de risco			
1º Vencimento	7,9%	7,3%	5,4%
2º Vencimento	8,4%	8,5%	5,7%
3º Vencimento	9,0%	9,3%	6,2%
4º Vencimento	9,4%	10,0%	6,6%
Período esperado até o vencimento - (anos)			
1º Vencimento	1	1	1
2º Vencimento	2	2	2
3º Vencimento	3	3	3
4º Vencimento	4	4	4

33. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Crédito presumido de ICMS

a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

b) O Estado do Rio Grande do Sul, através de regulamento interno estadual, beneficia os CNAE (Classificação nacional de atividade econômicas) referentes atividades de fabricação de calçados com crédito presumido de ICMS sobre suas vendas interestaduais.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Benefícios fiscais ICMS ES (a)	**62.862**	58.014	**77.416**	71.216
Benefícios fiscais ICMS RS (b)	**-**	-	**21**	569
Total	**62.862**	58.014	**77.437**	71.785

Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu Reserva para incentivos fiscais no montante de R$ 77.437 (R$ 71.785 em 31 de dezembro de 2018) referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício.

DIRETORIA

Alexandre Café Birman
Diretor-Presidente

Rafael Sachete
Diretor Financeiro e Diretor Vice-Presidente Corporativo

Aline Penna
Diretora de Relações com Investidores

CONTADOR

Elaine Lucia Dos Anjos
CRCMG 080900/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

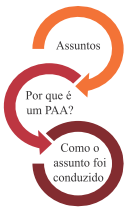
BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, e levando em consideração a adoção dos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir deste exercício. Considerando este contexto, os Principais Assuntos de Auditoria estão descritos abaixo.

PORQUE É UM PAA

ADEQUAÇÃO DO CUSTEIO E EXISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DOS ESTOQUES (NOTAS 2.7 E 8)

A Companhia e suas controladas têm um modelo de negócio diferenciado operando um negócio multimarca e multicanal, no qual a equipe de pesquisa e desenvolvimento de produtos e a estrutura de suprimentos estão preparadas para disponibilizar diversas coleções ao longo do ano.

As normas contábeis requerem que os estoques reflitam na data do balanço a quantidade de itens existentes valorizadas pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustadas pelo valor estimado de realização, se esse for menor.

Esses aspectos, somados à grande quantidade de itens, a sazonalidade das coleções e um modelo de recebimento e fornecimento dos produtos englobando fábricas próprias e independentes torna o monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa que consideramos como relevante em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre os processos de monitoramento das quantidades de estoque e da metodologia e critérios utilizados pela administração para determinar os custos de aquisição e de produção. Também, selecionamos itens de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados para testes de valorização dos custos de aquisição e produção. Acompanhamos e testamos, em bases amostrais, as contagens dos estoques em diversas unidades e efetuamos testes de movimentação de entradas e saídas de estoque, das datas de inventário até a data do balanço. Adicionalmente, entendemos e testamos as premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para realização dos estoques, seja por ocasião da existência de itens obsoletos ou de margens negativas.

Os resultados encontrados em função da aplicação dos testes sobre a existência e os custos dos itens dos estoques, assim como sobre a metodologia, os dados e as premissas utilizadas na determinação das provisões para perdas mostraram-se razoáveis.

PORQUE É UM PAA

RECUPERABILIDADE DOS SALDOS DE FUNDO DE COMÉRCIO (NOTA 2.10, 2.11 E 15)

A Companhia e suas controladas têm por prática pagar por determinados pontos comerciais de forma a facilitar a instalação de suas lojas em locais considerados estratégicos. Esses ativos, classificados no intangível, quando se enquadram na modalidade de vida útil indeterminada, estão sujeitos a testes anuais quanto ao seu valor de recuperação (*impairment*).

As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de *impairment*, pela administração, no mínimo uma vez a cada 12 meses, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A administração realizou teste de *impairment* utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para valor não recuperável dessa categoria de ativos.

As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins desses testes do valor recuperável são realizadas individualmente, por unidade geradora de caixa (no caso, por loja) e levam em conta estimativas e premissas sensíveis que foram consideradas como relevantes em nossa auditoria. A utilização de diferentes premissas nas projeções de fluxo de caixa futuro, tais como: taxas de crescimento de receita, margens EBITDA e taxa de desconto, utilizados poderiam modificar significativamente as conclusões desses testes, assim essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre a metodologia, as premissas significativas e os dados utilizados pela Companhia na realização do teste anual de *impairment* dos saldos de fundo de comércio. A abordagem de auditoria que utilizamos foi a de revisar o modelo de cálculo utilizado para o teste, avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela administração e confrontar dos dados históricos utilizados no cálculo com os registros contábeis. Além disso, realizamos análises de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas na análise preparada pela administração.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados pela administração na data do balanço se mostraram razoáveis e as divulgações apresentadas nas notas explicativas se mostraram consistentes com as análises da administração.

PORQUE É UM PAA

ADOÇÃO DE NOVO PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL – IFRS 16/CPC 06 (R2) (NOTAS 4.1 E 18)

O pronunciamento contábil "IFRS 16/CPC 06 (R2) -Operações de Arrendamento Mercantil", entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a administração da Companhia decidiu pela adoção dessa nova norma com reconhecimento do efeito da transição no saldo de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

Em virtude da natureza do segmento em que opera, a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento mercantil, principalmente de lojas em espaços comerciais e *shopping centers*, portanto sujeita à aplicação da norma.

A aplicação das novas normas compreendeu significativo envolvimento e julgamento da administração da Companhia em diversas atividades, tais como: (i) revisão dos contratos comerciais; (ii) identificação dos ativos contratuais; (iii) definição de determinadas premissas e modelo para definição do prazo e taxa de desconto aplicável a cada contrato; e (iv) desenvolvimento de controles manuais e automáticos para adequada identificação, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras, dentre outros.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação dos contratos de arrendamento mercantil, assim como avaliamos os relatórios e/ou ferramentas implementadas pela administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos comerciais. A abordagem de auditoria que utilizamos foi a análise das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para determinação dos impactos da adoção dessas normas contábeis, bem como exceções adotadas conforme permitidas pelas normas. Também, testamos por meio de amostragem, os contratos de arrendamento e avaliamos a adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que as principais premissas e estimativas da administração da Companhia relacionadas à captura, mensuração, registro e divulgação dessa nova norma contábil nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e documentos apresentados.

Continua ➔

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D6B1-57E3-16C3-3280.

www.outlierspublicidade.com.br

AREZZO&CO

AREZZO SCHUTZ ALEXANDRE BIRMAN ANACAPRI FIEVER ALME VANS "OFF THE WALL"

Continuação ➔

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

AREZZO&CO www.arezzoco.com.br

FHR
FUNDAÇÃO HILTON ROCHA

(31) 2138 0902
(31) 2138 0900 - SUS
contato@hiltonrocha.com.br
fundacaohiltonrocha.com.br

EXCELÊNCIA OFTALMOLÓGICA AO ALCANCE DE TODOS!

Tratamento médico, clínico e cirúrgico.

Departamentos especializados em córnea, retina, estrabismo, glaucoma, uveítes, lentes de contato, órbita, oftalmopediatria.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 5C86-02CB-4ADD-B20F.

AGROPECUÁRIA SANTANA DO DESERTO S/A

CNPJ 03.951.859/0001-74

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) - As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial	Notas	2018	2017
Ativo			(não auditado)
Circulante		46.434	45.347
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.763	8.027
Duplicatas a receber	5	11.359	11.037
Estoque de bovinos - ativo biológico	6	12.451	25.543
Impostos a recuperar		116	64
Despesas antecipadas		-	265
Empréstimos a receber	8	3.908	-
Outros créditos	7	837	411
Não circulante		95.397	101.026
Empréstimos a receber	8	-	3.072
Ativo biológico	10	15.504	16.947
Imobilizado, líquido	9	79.893	81.007
Total do ativo		141.831	146.373
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		4.771	30.855
Fornecedores	11	925	202
Empréstimos a pagar	13	-	30.373
Obrigações sociais		267	272
Obrigações fiscais		11	4
Contas a pagar	12	3.568	4
Não circulante		-	3.316
Contas a pagar	12	-	3.316
Patrimônio líquido	14	137.060	112.202
Capital social		253.935	208.935
Prejuízos acumulados		(116.875)	(96.733)
Total do passivo e do patrimônio líquido		141.831	146.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional - A Agropecuária Santana do Deserto S.A. ("Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santana do Deserto/MG. A Cia. tem por objetivos sociais desenvolver atividades agropecuárias como a criação de bovino, suínos, caprinos, ovinos e aves e o cultivo de milho, trigo, soja, cana de açúcar, algodão, laranja, café e atividades de apoio à agricultura e pecuária e agro-industriais em fazendas, campos ou pastos de sua propriedade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração para divulgação em 13/01/20, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Cia. **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras -** As demonstrações financeiras da Cia. foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com as alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, realização dos tributos diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A moeda funcional da Cia. é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Cia. de continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais políticas contábeis - 3.1. Receita de contrato com clientes -** A Cia. está no ramo de exploração de atividades agropecuárias: a cria, recria e engorda (a pastejo ou confinamento) de gado bovino e quaisquer atividades relacionadas; e exploração agrícola, compreendendo o plantio e comércio atacadista de soja e outros produtos agrícolas. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Santana do Deserto espera ter direito em troca destes bens. A Cia. conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens antes de transferi-los para o cliente. Venda de produtos: A receita de venda de produto é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos bovinos. O prazo normal de crédito é de 30 a 45 dias após a entrega. Ao determinar o preço de transação para a venda de bovinos, a Cia. considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). **3.2. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Cia. considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis. **3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente -** a) Ativos financeiros*: Reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. b) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. inclui fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos. *Mensuração subsequente*: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado*: Após o reconhecimento inicial os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. *Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. c) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente d) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. e) Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.4. Imobilizado -** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção deduzido da depreciação acumulada. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os gastos incorridos que representam melhorias do imobilizado são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação dos ativos são calculadas pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e direitos com os respectivos valores residuais. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente. O valor residual e vida útil e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Itens do imobilizado	Vida útil (%)
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Helicóptero	5%
Máquinas e implementos	10%
Veículos	20%
Imóveis em uso	10%

3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.6. Mensuração do valor justo -** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Cia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Cia. utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não seja observável. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Cia. determina classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. **3.7. Ativo biológico -** Os ativos biológicos da Cia. correspondem a gados, eqüinos, matrizes/leiteiras, asinino, touros e eucaliptos consumíveis ou de produção, relativos à atividade de pecuária. Todos os ativos biológicos, na data de fechamento destas demonstrações financeiras, estão mensurados pelo seu valor justo menos as despesas de venda. O valor justo dos ativos biológicos menos as despesas de venda é determinado no seu reconhecimento inicial e ao final de cada data de balanço. A mensuração de ganho ou a perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinada pela diferença entre o valor justo menos as despesas de venda e os custos incorridos com os ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo qualquer variação registrada diretamente no resultado do exercício. O valor justo de cada ativo biológico foi determinado através de técnicas de avaliação de acordo com o tipo de ativo biológico. Atividade Pecuária: Na data de fechamento destas demonstrações financeiras, a Agropecuária Santana do Deserto possuía essencialmente gados consumíveis e gados para produção. Os gados consumíveis são aqueles passíveis de serem vendidos como ativo biológico para a produção de carne. Os gados para produção são os demais tipos utilizados na condução da operação da Fazenda com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos, por exemplo as vacas matrizes e os touros. O valor justo dos gados foi determinado através dos preços praticado no mercado de gado na região do MS e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, para os gados consumíveis a mensuração foi baseada na arroba e faixa etária dos gados. Já para os gados para produção, a mensuração foi baseada no preço por cabeça. Atividade Agrícola: Em 31/12/18 e 2017, o estoque de eucalipto que a Cia. possuía essencialmente estava em período de espera para que possa ser comercializado. No ano de 2018 e 2017 não ocorreu nenhuma venda relacionada a este ativo. Contabilmente os eucaliptos estão avaliados ao custo. **3.8. Receitas e despesas financeiras -** Representam rendimentos de aplicações financeiras, sujeitos à indexação contratual ou legal, os quais são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **3.9. Demonstração dos fluxos de caixa -** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. **3.10. Tributação -** O IR, a CS e os impostos sobre vendas, são reconhecidos no resultado. IR e CS - correntes: A provisão para IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Cia. apura o IR (IRPJ) e CS (CSLL) com base no lucro real, conforme detalhado abaixo: Lucro real - Nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Tributos sobre as vendas: O IRPJ e a CSLL são registrados pelo regime de competência. Sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural é calculado Funrural a alíquota 2,85%, além do ICMS. Sobre as vendas de eucaliptos ainda são calculados o PIS (1,65%) e COFINS (7,6%). A partir de 1º/07/15, conforme Decreto 8.426, as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo passaram a ter incidência nas alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para COFINS. **3.11. Classificação circulante e não circulante -** A Cia. apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Cia. classifica todos os demais passivos no não circulante. **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Cia. concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste. **3.13. Benefícios de curto prazo a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Cia. possui uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 -** A Cia. aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º/01/18 ou após essa data. A Cia. decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes: O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. Esta norma estabelece o reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47. De acordo com este pronunciamento técnico, a receita é agora mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador, com a observância das seguintes etapas: • Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente. • Identificação das obrigações de desempenho contratadas. • Determinação do preço da transação. • Alocação do preço às obrigações de desempenho. • Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As alterações conforme o CPC 47 não trouxeram modificações relevantes para a Cia., além de termos contratos com um grupo pequeno de clientes, os contratos e a contabilização atendem as normas expressas no pronunciamento. A Cia. adotou a nova norma e não foram identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Cia. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de *hedge*. Esta norma estabelece uma nova metodologia para classificação, mensuração e perda ao valor recuperável de ativos e passivos financeiros. A Cia. avaliou os impactos da adoção da nova norma, e não identificou efeitos significativos, as principais alterações são referentes as novas classificações dos ativos financeiros. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros o CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento híbrido é avaliado para classificação como um todo. A Cia. adotou a nova norma e não foram identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Cia. **3.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31/12/18 -** CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: A IFRS 16, publicada pelo IASB em janeiro de 2016 e pelo CPC em dezembro de 2017 por meio do CPC 06 (R2), substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante ao reconhecimento de arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17. Na data de início do contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo de pagamento de arrendamento (ou seja, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. O arrendatário será obrigado a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. A norma inclui duas isenções de reconhecimento, para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. Os arrendatários também serão obrigados a reavaliar o passivo de arrendamento após a ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma alteração num índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos). O arrendatário geralmente reconhecerá o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Cia. adotará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em sua data de vigência, 1º/01/19, utilizando a abordagem simplificada e retrospectiva, e não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras. ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 7/06/17, o Comitê de Interpretações de IFRS ("IFRS IC") emitiu a IFRIC 23, que esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 - Tributos sobre o Lucro são aplicados quando há incerteza sobre os tratamentos do IR. Essa interpretação foi publicada no Brasil pelo CPC como ICPC 22, em dezembro de 2018, esclarecendo como os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro são aplicados quando há incerteza sobre os tratamentos do IR. A Cia. adotará o ICPC 22/IFRIC 23 em sua data de vigência, 1º/01/19, utilizando a abordagem simplificada e retrospectiva, e não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras. **3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** A preparação das demonstrações financeiras da Cia. requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: a) Ativo biológico: A avaliação dos ativos biológicos baseada no método do fluxo de caixa descontado é realizada anualmente pela Cia., sendo o ganho ou perda na variação do valor justo reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de desenvolvimento dos ativos biológicos e a exaustão do exercício. b) Vida útil dos ativos: Os bens do imobilizado são depreciados considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos componentes. c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalente de caixa	2018	2017
Caixa	52	52
Aplicações financeiras	17.711	7.975
Total	17.763	8.027

Os valores das aplicações financeiras têm cláusula de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são referentes a aplicações automáticas no produto 'InvestPlus' no Banco Bradesco, com liquidez diária e remuneração a 100% do CDI, sem desconto por resgate antecipado.

5. Duplicatas a receber	2018	2017
Duplicatas a receber com partes relacionadas (a)	11.359	9.711
Duplicatas a receber com partes não relacionadas	211	1.326
Provisão para perdas esperadas de crédito	(211)	-
Total	11.359	11.037

(a) Os valores a receber são relativos a venda de bovinos. Ao longo de 2018 foram realizadas grandes vendas para o cliente BRPEC Agropecuária S.A., onde o mesmo será responsável por realizar a engorda do gado e posteriormente vendê-lo, repassando assim o pagamento à Cia. O saldo de clientes por idade de vencimento em 31/12/18 e 2017 está distribuído conforme segue:

	2018	2017
A vencer	-	1.788
Vencidos: Até 60 dias	1.762	9.054
De 61 a 90 dias	640	-
Acima de 90 dias	8.957	195
Vencidos acima de 180 dias	211	-
Total	11.570	11.037

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

Em 31 de dezembro 2017	-
Constituição no exercício	(211)
Em 31 de dezembro 2018	(211)

6. Estoques de bovinos - Ativo biológico - Os ativos biológicos da Cia. na data de fechamento correspondem a gados consumíveis e de, relativos à ativ. de pecuária. O gado, na data de fechamento destas demonstrações financeiras, estão mensurados pelo seu valor justo. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e ao final de cada demonstração financeira. A mensuração de ganho ou da perda na var. do valor justo dos ativos biológicos é determinada pela diferença entre o valor justo menos as despesas de venda e os custos incorridos com os ativos biológicos até o momento da aval., sendo qualquer var. registrada diretamente no resultado do exercício. O valor justo de cada ativo biológico foi determinado através de técnicas de aval de acordo com o tipo de ativo biológico.

	Gados consumíveis - Estoque de Bovinos
Em 31 de dezembro de 2016	71.476
Gastos com aquisição	965
Gastos com criação	(10.189)
Ajuste de inventário	(10.008)
Vendas	-
Mortes	(10.933)
Transferência	(2.607)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(13.161)
Em 31 de dezembro de 2017	25.543
Gastos com aquisição	4.671
Gastos com criação	7.881
Vendas	(32.414)
Mortes	(316)
Transferência	4.143
Variação no valor justo dos ativos biológicos	2.943
Em 31 de dezembro de 2018	12.451

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quant.	Valor justo	Quant.	Valor justo
			(não auditado)	
Macho: Bezerro	2.624	3.115	1.876	2.122
12 a 24 - Macho	161	212	3.457	3.291
24 a 36 - Macho	95	152	915	1.202
	2.880	3.479	6.248	6.615
Fêmea: Bezerra	2.375	2.819	1.972	2.231
12 a 24 - Fêmea	273	287	5.064	5.945
24 a 36 - Fêmea	4.042	5.866	7.542	10.752
	6.690	8.972	14.578	18.928
Total	9.570	12.451	20.826	25.543

O estoque de bovinos possui 9.570 cabeças de gado consumíveis, passíveis de serem vendidos como ativo biológico para a produção de carne, onde os mesmos estão avaliados a valor justo. O valor justo de cada ativo biológico foi determinado através de técnicas de avaliação de acordo com o tipo de ativo biológico. O valor justo dos gados foi determinado através dos preços praticado no mercado de gado na região do MS e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, para os gados consumíveis, a mensuração foi baseada na arroba e faixa etária dos gados.

7. Outros créditos	2018	2017
Créditos a receber com partes relacionadas (a)	741	-
Adiantamentos (b)	96	411
Total	837	411

(a) Crédito referente ao reembolso dos gastos pela cessão do uso particular da aeronave por terceiros, conforme contrato. (b) Crédito de adiantamento a fornecedores e adiantamento de férias a funcionários.

8. Empréstimos a receber	2018	2017
Spindoctors Comunicação Ltda. (a)	-	1.376
Alfa Nova Eventos e Editora Ltda. (b)	-	286
Arko Advice Pesquisas Ltda. (c)	-	1.410
Amantykyra Agronegócios e Preserv. Amb. Part. Ltda (d)	3.908	-
Total	3.908	3.072
Circulante	3.908	-
Não circulante	-	3.072

(a) Empréstimo concedido sem garantias com juros equival. a 100% da Taxa DI a.a. com vencim. em 14/01/19. (b) Empréstimo concedido sem garantias com juros equival. a 100% da Taxa DI a.a. com vencim. em 05/01/19. (c) Empréstimo concedido sem garantias com juros equival. a 100% da Taxa DI a.a. com vencim. em 21/05/19. (d) Empréstimo concedido sem garantias com juros equival. a 100% da Taxa DI a.a. com vencim. em 21/11/19 através de cessão realizada em 30/11/18. Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos a receber:

Mútuo	2017	Adições	Correção monet.	Cessão de dívida (transfer.)	2018
Alfa Nova Eventos e Editora	1.376	520	81	(1.977)	-
Arko Advice Pesquisas	1.410	100	86	(1.596)	-
Spindoctors Comunicação	286	-	31	(317)	-
Amantykyra Agronegócios	-	-	18	3.890	3.908
	3.072	620	216	-	3.908

Mútuo	2016	Adições	Correção monet.	Baixas	2017
A3NP Ind. e Com. de Móveis	1.563	-	9	(1.572)	-
Alfa Nova Eventos e Editora	-	285	1	-	286
Arko Advice Pesquisas	-	1.400	10	-	1.410
Spindoctors Comunicação	-	1.358	18	-	1.376
	1.563	3.043	38	(1.572)	3.072

9. Imobilizado, líquido	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo				
Equip. de informática	4	6	-	10
Móveis e utensílios	177	47	-	224
Imóveis	771	-	-	771
Instalações	733	79	-	812
Helicóptero	40.260	62	-	40.322
Fazendas	47.463	-	-	47.463
Máquinas e implementos	986	177	-	1.163
Veículos	1.766	609	(231)	2.144
Imóveis em uso	894	-	-	894
Terrenos	117	-	-	117
Total	93.171	980	(231)	93.920
Depreciação acumulada				
Equip. de informática	(2)	(2)	-	(4)
Móveis e utensílios	(92)	(18)	-	(110)
Instalações	(520)	(76)	-	(596)
Helicóptero	(8.389)	(2.013)	-	(10.402)
Máquinas e implementos	(852)	(55)	-	(907)
Veículos	(1.512)	(284)	600	(1.196)
Imóveis em uso	(797)	(15)	-	(812)
Total	(12.164)	(2.463)	600	(14.027)
Imobilizado, líquido	81.007	(1.483)	369	79.893

Demonstração do resultado (não auditado)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	15	26.435	20.656
Variação do valor justo dos ativos biológicos		3.522	(14.825)
Custos dos produtos vendidos	16	(32.414)	(44.760)
Prejuízo bruto		(2.457)	(38.929)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.696)	(5.832)
Despesas com depreciação	17	(1.948)	(2.029)
Desp. com prov. para créd. de liq. duvidosa	17	(211)	-
Outras receitas (despesas) operac., líq.	17	(1.064)	(2.256)
Prej. operacional antes do resultado financeiro		(15.376)	(49.046)
Receitas financeiras	18	4.175	4.558
Despesas financeiras	18	(8.941)	(5.568)
Resultado financeiro, líquido		(4.766)	(1.010)
Prejuízo antes do IR e CS		(20.142)	(50.056)
Imposto de renda		20	-
Contribuição social		20	-
Prejuízo do exercício		(20.142)	(50.056)

Demonstração do resultado abrangente (não auditado)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(20.142)	(50.056)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resul. abrangentes do exerc.	(20.142)	(50.056)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Notas	Capital social	Prej. acumulados	Total
Em 31/12/16 (reapresentado e não auditado		188.285	(46.677)	141.608
Aumento de capital	14	20.650	-	20.650
Prejuízo do exercício		-	(50.056)	(50.056)
Em 31/12/17 (não auditado)		208.935	(96.733)	112.202
Aumento de capital	14	45.000	-	45.000
Prejuízo do exercício		-	(20.142)	(20.142)
Em 31/12/18 (não auditado)		253.935	(116.875)	137.060

Demonstração do fluxo de caixa (não auditada)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Prejuízo do exercício	(20.142)	(50.056)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Prov. para perda esperada com créd. de liq. duvidosa	211	-
Depreciação	2.463	2.501
Variação cambial	4.363	339
Variação monetária	250	-
Juros provisionados	643	1.045
Baixa de empréstimos a receber	-	1.563
Variação por valor justo de ativo biológicos	(3.522)	14.825
Ajuste de inventário	-	2.700
Baixa do ativo imobilizado	(369)	-
	(16.103)	(27.083)
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operac.		
Duplicatas a receber	(533)	(10.827)
Estoque de bovinos	25.317	32.772
Impostos a recuperar	(52)	(48)
Despesas antecipadas	265	1.134
Outros créditos	(426)	158
Fornecedores	723	196
Obrigações sociais e fiscais	2	(7)
Adiatamento de clientes	-	(8)
Contas a pagar	(2)	(13)
Caixa líq. gerado pelas (aplicados nas) ativ. operac.	9.191	(3.726)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas de bens do ativo imobilizado	-	2.494
Aquisição de ativo imobilizado	(980)	(415)
Aquisição de ativo biológico	(7.260)	(2.745)
Caixa liquido aplicado nas ativ. de investimentos	(8.240)	(666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	45.000	20.650
Empréstimos concedidos a terceiros	(609)	(3.072)
Amortização de empréstimos	(34.586)	(5.220)
Amortização de juros sobre empréstimos	(1.020)	(1.058)
Caixa líq. gerado pelas (aplicado nas) ativ. de financ.	8.785	11.300
Aumento (redução) de caixa e equival. de caixa	9.736	6.908
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	8.027	1.119
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	17.763	8.027
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	9.736	6.908

(1/2)

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2313-B261-7F22-A851.

AGROPECUÁRIA SANTANA DO DESERTO S/A - CNPJ 03.951.859/0001-74

	Saldos em 31/12/2016	Adi-ções	Bai-xas	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2017
Custo					
Equip. de informática	4	-	-	-	4
Móveis e utensílios	168	9	-	-	177
Imóveis	771	-	-	-	771
Instalações	877	-	-	(144)	733
Helicóptero	40.260	-	-	-	40.260
Fazendas	47.373	90	-	-	47.463
Máquinas e implementos	840	2	-	144	986
Veículos	1.744	422	(400)	-	1.766
Imóveis em uso	894	-	-	-	894
Terrenos	117	-	-	-	117
Total	93.048	523	(400)	-	93.171
Depreciação acumulada					
Equip. de informática	(1)	(1)	-	-	(2)
Móveis e utensílios	(78)	(14)	-	-	(92)
Instalações	(574)	(74)	-	(128)	(520)
Helicóptero	(6.375)	(2.014)	-	-	(8.389)
Máquinas e implementos	(644)	(80)	-	128	(852)
Veículos	(1.535)	(234)	257	-	(1.512)
Imóveis em uso	(712)	(85)	-	-	(797)
Total	(9.919)	(2.502)	257	-	(12.164)
Imobilizado, líquido	83.129	(1.979)	(143)	-	81.007

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31/12/18 e 2017, não houve indicadores de perda no valor recuperável de ativos (*impairment*).

10. Ativo biológico	**Gados para produção - Ativo Biológico**
Em 31 de dezembro de 2016	21.026
Gastos com aquisição	69
Gastos com criação	-
Ajuste de inventário	(2.948)
Vendas	(1.717)
Mortes	(426)
Transferência	2.607
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(1.664)
Em 31 de dezembro de 2017	16.947
Gastos com aquisição	**2.589**
Gastos com criação	**-**
Vendas	**-**
Mortes	**(468)**
Transferência	**(4.143)**
Variação no valor justo dos ativos biológicos	**579**
Em 31 de dezembro de 2018	**15.504**

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quant.	Valor justo	Quant.	Valor justo (não auditado)
Matrizes/leiteiras	**8.473**	**14.174**	10.225	15.481
Touros	**336**	**793**	450	948
	8.809	**14.967**	10.675	16.429
Eucaliptos	**-**	**427**	-	427
Equinos	**-**	**98**	-	79
Asinino	**-**	**12**	-	12
	-	**537**	-	518
Total	**8.809**	**15.504**	10.675	16.947

11. Fornecedores	**2018**	**2017**
Produtos agrícola	**658**	51
Aquisição de ativos	**-**	97
Fornecedores diversos	**267**	54
Total	**925**	202

12. Contas a pagar	**2018**	**2017**
Fazenda Rio Negro (a)	**3.567**	3.316
Outros	**1**	4
Total	**3.568**	3.320
Circulante	**3.568**	4
Não circulante	**-**	3.316

(a) Este valor a pagar se refere ao saldo remanescente do contrato de compra e venda da Fazenda Rio Negro, datado de 01/10/10, sendo seu valor original de R$2.200 e vem sendo corrigido desde então pelo IGPM. O saldo foi quitado em 13/11/19, conforme nota explicativa 23 - Eventos subsequentes. **13. Empréstimos a pagar -** A Cia. possuía um empréstimo a pagar com o Bank of America tomado em 25/12/13 no montante principal de USD 15.653 denominado em USD e indexado a Taxa de 3.26% a.a. com vencimento em 25/11/18 com pagamentos trimestrais (a) de parcela e amort. de saldo residual no vencimento. O empréstimo foi quitado no dia 25/11/18. Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos em 31/12/18 e 2017:

	2018	2017
Bank of America (a)	-	31.135
Juros s/ Bank of America	-	(762)
Total	-	30.373

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos a pagar:

	2017	Pgto. principal	Pgto. juros	Var. cambial	Apropriação de juros	2018
Bank of America	31.135	**(34.586)**	**(1.020)**	**4.471**	**-**	**-**
Juros s/ Bank of America	(762)	**-**	**-**	**(108)**	**870**	**-**
	30.373	**(34.586)**	**(1.020)**	**4.363**	**870**	**-**

	2016	Pgto. principal	Pgto. juros	Var. cambial	Apropriação de juros	2017
Bank of America	37.084	(5.220)	(1.059)	330	-	31.135
Juros s/ Bank of America	(1.816)	-	-	10	1.044	(762)
	35.268	-	-	-	-	30.373

14. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31/12/18, o capital social está dividido em 253.935 ações ordinárias, sem valor nominal (208.935 ações ordinárias, sem valor nominal em 31/12/17), distribuídas entre os acionistas como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
Acionistas	**Partici-pação (%)**	**Ações**	**Partici-pação (%)**	**Ações**
FIP Santana Multiestratégia	**99,99%**	**253.934**	99,99%	208.934
Lilian Esteves	**0,01%**	**1**	0,01%	1
Total do capital social	**100,0**	**253.935**	100,0	208.935

Durante o exercício de 31/12/18 e 2017, a AGE, aprovou os seguintes aumentos de capital, conforme segue:

Aumento de capital durante o exercício de 2018	**Valor do aumento de capital**	**Valor do capital social após aumento**	**Total das ações subscritas**
21/02/18 - Integralizado em moeda corrente nacional	**2.000**	**210.935**	**210.935**
22/05/18 - Intregralizado em moeda corrente nacional	**2.000**	**212.935**	**212.935**
07/08/18 - Intregralizado em moeda corrente nacional	**1.000**	**213.935**	**213.935**
21/08/18 - Intregralizado em moeda corrente nacional	**5.000**	**218.935**	**218.935**
23/11/18 - Intregralizado em moeda corrente nacional	**35.000**	**253.935**	**253.935**
Total	**45.000**	**-**	**-**
Aumento de capital durante o exercício de 2017			
30/01/17 - Integralizado em moeda corrente nacional	150	188.435	188.435
17/02/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	500	188.935	188.935
25/05/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	2.000	190.935	190.935
12/06/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	5.000	195.935	195.935
30/06/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	3.000	198.935	198.935
08/08/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	1.000	199.935	199.935
25/08/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	2.500	202.435	202.435
11/09/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	4.000	206.435	206.435
31/10/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	1.000	207.435	207.435
24/11/17 - Intregralizado em moeda corrente nacional	1.500	208.935	208.935
Total	20.650	-	-

15. Receita operacional líquida: A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31/12/18 e de 2017:

	2018	2017
Receita operacional bruta	(não auditado)	
Venda de bovinos	**26.697**	21.423
	26.697	21.423
(-) Impostos sobre as vendas	**(262)**	(767)
Receita operacional líquida	**26.435**	20.656

16. Custos dos produtos vendidos	**2018**	**2017**
	(não auditado)	
Custos dos rebanhos vendidos	**(32.414)**	(20.443)
Mortes	**-**	(11.359)
Ajustes de inventário	**-**	(12.958)
Total	**(32.414)**	(44.760)

17. Despesas por natureza	**2018**	**2017**
	(não auditado)	
Aluguel	**(11)**	-
Depreciação de imobilizado	**(1.948)**	(2.029)
Despesas com aeronave	**(1.063)**	(1.142)
Energia elétrica, água e telefonia	**(178)**	(177)
Impostos e taxas	**(755)**	(580)
Manutenção e reparos	**(2.531)**	(716)
Materiais de consumo	**(164)**	(103)
Outras	**(1.064)**	(2.256)
PCLD	**(211)**	-
Publicidade e propaganda	**(242)**	(34)
Salários e encargos sociais	**(3.408)**	(2.117)
Seguros	**(240)**	(354)
Serviços de terceiros	**(508)**	(393)
Transportes e fretes	**(596)**	(216)
	(12.919)	(10.117)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	**(9.696)**	(5.832)
Depreciação e amortização	**(1.948)**	(2.029)
Desp. com perda esperada com créd. de liq. duvidosa	**(211)**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(1.064)**	(2.256)
	(12.919)	(10.117)

18. Resultado financeiro	**2018**	**2017**
Despesas financeiras	(não auditado)	
Tarifas bancárias	**(18)**	(17)
Juros passivos	**-**	(1)
Variações cambiais sobre empréstimos	**(7.789)**	(4.320)
Juros sobre empréstimos	**(870)**	(1.045)
Descontos concedidos	**(1)**	(8)
I.O.F	**(13)**	(34)
Correção monetária	**(250)**	(143)
	(8.941)	(5.568)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**441**	376
Juros ativos	**227**	1
Variações cambiais sobre empréstimos	**3.426**	3.982
Descontos obtidos	**81**	-
Correção monetária	**-**	199
	4.175	4.558
Resultado financeiro, líquido	**(4.766)**	(1.010)

19. Partes relacionadas - Em 31 de dezembro, a Cia. mantinha transações de venda para a empresa BRPEC Agropecuária S.A. que é considerada uma parte relacionada, possuindo duplicatas a receber conforme apresentado abaixo:

	Grau de relação	Prazo máx.	2018	2017
Duplicatas a receber com partes relacion.	Ligada	Sem prazo	**11.359**	9.711
Total			**11.359**	9.711

Em 31/12/18, a Cia. mantinha créditos a receber referentes ao reembolso dos gastos pela cessão do uso particular da aeronave por terceiros (beneficiário final da Cia.), conforme apresentado abaixo:

	Grau de relação	Prazo máx.	2018	2017
Créditos a receber com partes relacion.	Beneficiário final	31/07/2019	**741**	-
Total			**741**	-

20. IR e CS - a) IR e CS correntes: A Cia. apura seu IR (IRPJ) e CS (CSLL) através do lucro real. Para os exercícios findos em 31/12/18 e 2017 não houve base tributária nem para imposto de renda nem para contribuição social. b) IR e CS diferidos: A Cia. possui saldos acumulados de prejuízo fiscal no montante de R$19.294 em 31/12/18 (R$6.704 em 31/12/17). A Cia. não efetuou o registro contábil do tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa, por não haver previsão de geração de lucros tributáveis em futuro próximo.

21. Instrumentos financeiros - a) Gestão do risco de capital: O objetivo da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos acionistas e beneficios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Cia. não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações, respectivamente. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Cia. é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Cia., de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. c) Hierarquia do valor justo: A Cia. utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Cia.:

	Valor contábil		Valor justo	
Ativos financeiros	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Caixa e equivalentes de caixa	**17.763**	8.027	**17.763**	8.027
Duplicatas a receber	**11.359**	11.037	**11.359**	11.037
Empréstimos a receber	**3.908**	3.072	**3.908**	3.072
Outros créditos	**837**	411	**837**	411
Total	**33.867**	22.547	**33.867**	22.547
Passivos financeiros				
Fornecedores	**925**	202	**925**	202
Empréstimos a pagar	**-**	30.373	**-**	30.373
Contas a pagar	**3.568**	3.320	**3.568**	3.320
Total	**4.493**	33.895	**4.493**	33.895

d) Gerenciamento do capital: A política da Administração é manter níveis adequados de capital, promovendo a confiança dos acionistas. A dívida da Cia. para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	**-**	30.373
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(17.763)**	(8.027)
(=) Dívida líquida	**(17.763)**	22.346
Patrimônio líquido	**137.060**	112.202
Relação dívida líquida/Patrimônio líquido	**(12,96%)**	19,92%

22. Eventos subsequentes: • Em 06/06/19, houve a liquidação do saldo de empréstimo a receber no montante atualizado de R$4.014. • No dia 1º/07/19, houve o recebimento do reembolso pelo uso pessoal do helicóptero no montante de R$741. • Em 13/11/19, houve a quitação integral do saldo de contas a pagar relativo a compra da Fazendo Rio Negro, em decorrência da conclusão e emissão da escritura definitiva.

A DIRETORIA: José Victor de Oliveira - Contador - CRC 1SP 174.873/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores e Acionistas da **Agropecuária Santana do Deserto S.A. Abstenção de opinião -** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Agropecuária Santana do Deserto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/18 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Agropecuária Santana do Deserto S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Base para opinião abstenção de opinião:** (A) Conforme divulgado nas notas explicativas 06 e 10, em 31/12/18, a Companhia possuía estoques de bovinos no montante de R$12.451 e ativos biológicos referente a Equinos, Matrizes leiteiras, Asinino e Touros no montante de R$15.504. A Companhia realizou a contagem física destes estoques e de ativos biológicos para o exercício findo em 31/12/18. Porém como não foi realizado a contagem física dos estoques e de ativos biológicos no exercício findo em 31/12/17, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º/01/18 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31/12/18, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. (B) Conforme divulgado na nota explicativa 08, em 31/12/18, a Companhia possuía empréstimos a receber no montante de R$3.908 mil registrados no ativo circulante, e registrou receita financeira sobre estes empréstimos no montante de R$227 mil no resultado do exercício findo em 31/12/18. Essas transações não estão previstas no objeto social da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria não foram suficientes para concluir quanto à adequação desses saldos e receita registrada no contexto operacional da Companhia. (C) Em decorrência das abstenções apresentadas em nosso relatório de auditoria do exercício findo em 31/12/17, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º/01/18 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31/12/18, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Dessa forma, nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/17 conteve abstenção de opinião sobre o balanço patrimonial em 31/12/17, sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/17. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também incluiu modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. SP, 13/01/20. **Ernst & Young - Auditores Independentes S.S. -** CRC-2SP034519/O-6. **Bruno Mattar Galvão -** Contador CRC-1SP267770/O-6-T-CE.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, com endereço na Av. Amazonas, 491 sala 1.009, Centro, BH, CNPJ, 08.002.657/0001-08, representante dos **Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte** e dos Trabalhadores contratados pela "**MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A**" das Escolas Municipais de Belo Horizonte, através do presente EDITAL, ficam convocados todos os trabalhadores contratados pela MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A" das Escolas Municipais de Belo Horizonte, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL, na forma estatutária e legislação vigente, com paralisação parcial das atividades (a partir das 12 horas), a se realizar no dia **10 de março de 2020** às 09:00 horas em 1ª convocação, e não havendo número legal, às 09:30 horas do mesmo dia, em 2ª convocação, ambas na Praça da Estação, Centro, Belo Horizonte/MG. Na referida assembleia, os trabalhadores sócios e não sócios deverão deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: A)** Leitura, discussão e Aprovação da Ata assembleia anterior; **B)** Retomada da discussão, apreciação e deliberação sobre a negociação coletiva, reajuste, ticket e demais reinvindicações de natureza econômica, jurídica, social e sindical, bem como, das condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da categoria profissional representada por este sindicato ou instauração de dissídio coletivo referente à data base de 2020/2021. **C**) Deliberação sobre a concessão de autorização e outorga de poderes especiais à diretoria do Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, para promoverem entendimentos objetivando a celebração de convenção ou acordo coletivo, prorrogação ou aditamento de convenção ou acordo coletivo de trabalho, junto aos representantes e/ou da "MGS", da base territorial, ou instauração de dissídio coletivo de interesse da categoria. **D**) A assembleia deliberará também sobre cláusulas e reivindicações de natureza econômica, jurídica, social e sindical já estabelecidas em convenção e acordos coletivos e sobre cláusulas e reivindicações que ainda não estejam estabelecidas em acordos e/ou convenções anteriores, submeterá a aprovação; **E)** Em defesa do emprego. Belo Horizonte, 05 de março de 2020. Diretoria Colegiada Administrativo e Financeiro. Daniel Lages Wardil, Clayton Márcio Santos, Claudia Lopes da Costa, Luci de Fatima Pereira Lobato Silva.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, com endereço na Av. Amazonas, 491 sala 1.009, Centro, BH, CNPJ, 08.002.657/0001-08, representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte e dos Trabalhadores contratados pelos "Caixas Escolares" das Escolas Municipais de Belo Horizonte, através do presente EDITAL, comunica a todos os trabalhadores contratados pelos "Caixas Escolares" das Escolas Municipais de Belo Horizonte, sendo: EMAVM, EMALC, EMAAC, EMAMMF, EMARG, EMAAT, EMAT, EMAFK, EMAF, EMAA, EMAGH, EMAMG, EMASB, EMAZ, EMAG, EMAM, EMABH, EMAP, EMBH, EMBJ, EMCLS, EMCDA, EMCG, EMCCG, CIACLMM, EMCRT, EMCS, EMCAC, EMCC, EMCVM, EMEEVN, EMEEFL, EMSA, EMDMS, EMDRA, EMDLRA, EMDMF, EMDB, EMDJBC, EMDO, EMDTL, EMDJXN, EMJDAM, EMDMH, EMEPV, EMEB, EMEHL, EMEBE, EMFDC, EMFF, EMFAL, EMFP, EMFAZ, EMFBA, EMFC, EMFMG, EMGRS, EMGTC, EMGCL, EMGOC, EMGVL, EMHA, EMHP, EMEIH, EMHL, EMHJS, EMHRM, EMHB, EMHR, EMHPS, EMHW, EMIAM, IMACO, EMIP, EMJF, EMJP, EMJPI, EMJS, EMJBC, EMJC, EMJMH, EMJMA, EMJMMG, EMJSL, EMJPA, EMLL, EMLA, EMLT, EMLG, EMLGJ, EMMD, EMM, EMMAM, EMMGL, EMMN, EMMMP, EMMRC, EMMS, EMMMF, EMMPR, EMMA, EMMP, EMMC, EMMAU, EMMAO, EMMJRO, EMML, EMMK, EMVP, EMMR, EMNSA, EMOC, EMOFJ, EMPEM, EMPFG, EMPFCM, EMPGP, EMPHB, EMPMMAT, EMPMC, EMPA, EMPN, EMPPP, EMPOEINT, EMPAB, EMPOP, EMPSL, EMPIF, EMPJP, EMPTN, EMPAM, EMPCCS, EMPCB, EMPDA, EMPDV, EMPEMM, EMPEPI, EMPHR, EMPJCT, EMPJB, EMPLO, EMPMW, EMPMCA, EMPML, EMPMA, EMPPF, EMPPG, EMPTP, EMPAL, EMPAT, EMPAN, EMPCC, EMPEV, EMPEP, EMPHA, EMPIS, EMPMM, EMPMMC, EMPMTP, EMPON, E.M.RENASCENCA, EMRCV, EMSF, EMST, EMSD, EMSR, EMSN, EMSGO, EMSHA, EMSLC, EMSP, EMTPG, EMTMMP, EMTC, EMTM, EMUG, EMUC, EMVAM, EMVG, EMVF, EMVM, EMWPG, EMZA, JMASC, JME, JMMGL, JMMSF, JMMB, para se reunirem em Assembleia Geral dos Trabalhadores contratados pelas "Caixas Escolares" das Escolas Integradas da Rede Municipal de Belo Horizonte, com paralisação total das atividades, na forma estatutária e legislação vigente, a se realizar no dia **10 de março** de 2020 às 09 horas em 1ª convocação, e não havendo número legal, às 09h30min. do mesmo dia, em 2ª convocação, ambas na Praça da Estação, Centro, Belo Horizonte/MG, na referida assembleia os trabalhadores sócios e não sócios deverão deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: A)** Leitura, discussão e Aprovação da Ata assembleia anterior; **B)** Retomada da discussão, apreciação e deliberação sobre a negociação coletiva, reajuste, ticket e demais reinvindicações de natureza econômica, jurídica, social e sindical, bem como, das condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da categoria profissional representada por este sindicato ou instauração de dissídio coletivo referente à data base de 2020/2021. **C**) Deliberação sobre a concessão de autorização e outorga de poderes especiais à diretoria do Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, para promoverem entendimentos objetivando a celebração de convenção ou acordo coletivo, prorrogação ou aditamento de convenção ou acordo coletivo de trabalho, junto aos representantes e/ou dos "Caixas Escolares", da base territorial, ou instauração de dissídio coletivo de interesse da categoria. **D**) A assembleia deliberará também sobre cláusulas e reivindicações de natureza econômica, jurídica, social e sindical já estabelecidas em convenção e acordos coletivos e sobre cláusulas e reivindicações que ainda não estejam estabelecidas em acordos e/ou convenções anteriores, submeterá a aprovação. **E)** Situação do Acordo Coletivo dos Caixas Escolares 2019/2020; **F)** Campanha Salarial 2019/2020 e em defesa do emprego. Belo Horizonte, 05 de março de 2020. Diretoria Colegiada Administrativo e Financeiro. Daniel Lages Wardil, Clayton Márcio Santos, Claudia Lopes da Costa, Luci de Fatima Pereira Lobato Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020 - PROCESSO Nº 017/2020. Tipo: Menor Valor por Lote. Objeto: Promover Registro de Preço, consignado em Ata para futura e eventual aquisição de produtos odontológicos diversos, materiais e instrumentais para manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Consultórios Odontológicos do Município da rede SUS/Esmeraldas. Abertura das Propostas por meio eletrônico dia 17/03/2020, às 09h00min e Abertura da Sessão às 13h00min. O Edital da referida licitação se encontra disponível no site www.licitacoes-e.com.br. Informações: Avenida José Pinto da Silva, n° 409, /2° andar, Bairro São José, Esmeraldas/MG. Tel.: (31) 3538-8885

Bruna Flávia Ferreira Xavier - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAI/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE UBAÍ/MG - torna público processo licitatório nº 36/2020 - Tomada de Preços Nº 02/2020 tendo como **Objeto**: Contratação de empresa de Construção Civil para construção de Arquibancadas e Sanitários no Estádio Municipal Manoel Farias, localizado na sede do Município de Ubaí/MG, conforme projeto anexo. **DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**: 23/03/2020 - Horário: às 09h00min. **EDITAL** disponível no site: www.ubai.mg.gov.br ou através do e-mail licitacao@ubai.mg.gov.br ou licitacaoubai@gmail.com e ainda na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ubaí/MG.

Maria Helena Martins Neta - Presidente da CPL.

Ubaí/MG 04 de março 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 099/2019, PROCESSO 232/2019,** cujo objeto consiste na **Aquisição de televisor, ar-condicionado, purificador de água, projetor, caixa de som, microfone, cadeira fixa, armário, estante, roupeiro, mesa de escritório, mesa linear, mesa com banco coletivo, cavalete, luminária para iluminação de emergência, bebe conforto, cadeira e assento para auto, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito e das diversas Secretarias do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência – do Edital.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **17/03/2020** às 12 **horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no **dia 17/03/2020** às **13 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia **05/03/2020** e na Diretoria de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2740 – 3839-2118, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas.

Itabira, 04 de março de 2020.

Maria Regina Silva Oliveira Camilo
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG

A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que realizará **Tomada de Preços nº 002/2020**, Processo Licitatório nº 013/2020. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para a Execução de Obra de Revitalização da Orla da Lagoa**, Conforme Contrato De Repasse OGU N° 862653/2017/MTUR/CAIXA. Credenciamento: 23/03/2020, às 09:00. Sessão oficial: 23/03/2020, às 09:15 horas. Informações: site www.saojoaodalagoa.mg.gov.br, email licita.pmsjl@yahoo.com.br. Telefone: (38) 3228-8133. São João da Lagoa, 04 de março de 2020. José Rodrigo de Jesus Fonseca - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 11/2020 - Objeto: Aquisição de materiais escolares e de expediente. Dia da licitação: 17/03/2020 às 07:00hs. Local: Pça. Presidente Vargas, 01 – Centro, Porteirinha/MG. Edital disponível www.porteirinha.mg.gov.br. Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail: licitacao@porteirinha.mg.gov.br.

Porteirinha/MG, 04/03/2020. Advá Mendes Silva – Pregoeiro.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, ficam todos os Profissionais da Categoria, Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Juiz de Fora, Sócios e não Sócios da Entidade que contribuem com o Sindicato, ficam convocados para uma Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na Sede Social do Sindicato, sita à Rua Barão de Cataguases, nº- 55, centro, nesta cidade de Juiz de Fora, no dia 16/03 /2020 às 09:00hs em Primeira Convocação que deliberará com o número previsto no Estatuto, ou às 09:30hs, em Segunda e Última Convocação, com qualquer número de presentes a fim de tratar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Leitura do presente Edital com a finalidade de dar início à Assembléia Extraordinária;
2. Discussão, votação e aprovação da Minuta da Proposta de CCT para iniciarmos as Negociações com a Classe Patronal;
3. Delegar poderes à Direção do Sindicato para negociar, fechar Acordo assinando a Convenção Coletiva, ou Acordos Coletivos por Empresa e ainda na hipótese de não lograr êxito no Acordo, ingressar com o Dissídio Coletivo junto ao TRT 3ª- Região, referente à Data Base da Categoria Profissional;
4. Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Certidões de Quitação do Contrato de Trabalho, bem como qualquer outra Certidão prevista na Nova Legislação;
5. Discussão, votação e aprovação do desconto coletivo da Taxa Assistencial Negocial oriunda do Dissídio Coletivo, bem como a Contribuição Negocial Mensal;
6. Autorização para as Empresas efetuarem o desconto da Contribuição Sindical 2020 na Folha de Pagamento;
7. Deliberações consequentes;
8. Autorização para transformação desta Assembléia Geral Extraordinária em Assembléia Permanente até o encerramento da Campanha Salarial;
9. Assuntos Gerais.
10. Aprovação da Ata desta Assembléia;

Juiz de Fora, 05 de Março de 2020

Anderson Miranda Sá Stehling - Presidente

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 50E0-DCDD-F26B-38D7.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS CASEMG - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ nº 17.186.370/0001-68

Relatório do Liquidante a ser Apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas

Senhores Acionistas, **1. Caracterização:** A **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG - Em liquidação** é uma empresa de economia mista de capital fechado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com sede em Belo Horizonte MG. O seu capital subscrito e integralizado é de R$ 26.814.711 (vinte e seis milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e onze reais), representado por 40.212.516.561 ações sem valor nominal, sendo a União detentora de 92,95% do total das ações da empresa. Em 16 de outubro de 2018, por meio da Resolução nº 50, a CASEMG foi incluída no processo de dissolução e liquidação, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/12/2018 fixou o prazo para conclusão da liquidação em até 180 (cento e oitenta dias) a partir da data da Assembleia, com a possibilidade de ser prorrogado por igual período, desde que autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, mediante proposta motivada pelo Liquidante. Em 07/06/2019 em reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária conjunta, foi prorrogado o prazo da liquidação a partir do dia 14 de junho de 2019 por 180 dias. O Decreto nº 9.589 de 29 de novembro de 2018 dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União. **2. Diretrizes:** As gestões do Presidente, Diretores e dos membros do Conselho de Administração da **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG - Em liquidação** foram extintas em 13/12/2018, bem como os prazos de atuação dos membros do Conselho Fiscal. Foi nomeado o liquidante **José Rodrigues Pinheiro Doria**, indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia. A prorrogação da data de finalização do processo de liquidação para 13/12/2019 foi justificada pela necessidade de manutenção das atividades operacionais visando à captação de recursos financeiros até que seja realizada alienação de imóveis e concluídas as ações previstas no Plano de Trabalho. Dessa forma foram realizadas as assembleias para prorrogação do prazo da liquidação e continuidade das atividades conforme síntese das deliberações descritas abaixo: **a) 29/03/2019 - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:** • Deliberou pela continuidade das atividades comerciais da CASEMG matriz e filiais em: Uberlândia, Uberaba, Patrocínio I e II, Capinópolis, Ituiutaba, Monte Carmelo, Conceição das Alagoas, Frutal, conforme dispõe o art. 211 da Lei nº 6.404, de 1976, até que os negócios da safra 2018/2019 fossem finalizados, ou que os contratos vigentes se encerrassem o que acontecesse primeiro. **b) 07/06/2019 - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:** • Prorrogação e fixação do prazo de encerramento da liquidação da empresa até 13/12/2019 com autorização para continuidade das atividades comerciais até que os negócios da safra 2018/2019 sejam finalizados, ou que os contratos vigentes se encerrem o que acontecer primeiro, devendo ainda o liquidante: I. Não aditar nenhum contrato e encerrar as atividades destinando-as para alienação, tão logo os estoques finalize; II. Extinguir as atividades econômicas nas unidades, imediatamente após o encerramento da safra; III. Realizar, de forma célere a alienação dos bens imóveis, a fim de honrar as despesas da liquidação, em especial às relativas à desmobilização de empregados; IV. Aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício 2018, acompanhadas do Relatório da Auditoria externa, parecer do Conselho Fiscal, lembrando que os próximos balanços devem avaliar os ativos e passivos a valor de liquidação, recomendando, ainda que, por ocasião da apresentação das próximas demonstrações contábeis, a CASEMG atente para o correto registro das referências cruzadas na DRE, às quais não correspondem ao texto das notas explicativas. V. Não aprovação do relatório do liquidante do período de 2018 sugerindo, conforme orientação da SEST, sua reformulação e detalhamento dentro das atividades típicas de um processo de liquidação e reapresentado o relatório para aprovação em AGE. **• Providências do Liquidante:** O Relatório do Liquidante foi reformulado com inserção das atividades do período de 17 dias da liquidação, relativas ao período da liquidação -13/12/18 à 31/12/18 e foi reencaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU em função do prazo para prestação de contas do exercício de 2018 até 31/05/2019. Foi encaminhado à PGFN o relatório para aprovação e inclusão em pauta de convocação de próxima AGE. Em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.589, o Liquidante apresentou ao Ministério da Economia, e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Plano de Trabalho da Liquidação; e os relatórios trimestrais relativos à execução das ações. A medida adotada pelo liquidante em manter parte da atividade comercial da Companhia, com a permanência de 08 (oito) unidades de armazenagens e negócios em operação conforme aprovado nas Assembleias, especificamente as localizadas no Triângulo Mineiro, foram importantes para a execução do plano de trabalho, uma vez que para todas as etapas seriam necessário recursos financeiros de grande porte, visando cumprimento de obrigações, como salários, indenizações, encargos sociais, tributos, manutenção de serviços essenciais, como água, luz, telefonia fixa e móvel, equipamentos de informática, suprimentos de informática, manutenção de sistemas, aluguel de imóvel, transportes, despesas com viagens, dentre outros. A manutenção da atividade social da empresa possibilitou o recebimento de recursos financeiros, já que o pedido de repasse do subsidio do Tesouro Nacional estimado em 27 milhões encaminhados para apreciação ao Ministério da Economia, não foi atendido. Importante destacar que as atividades econômicas nas unidades estão sendo gradativamente encerrada ao longo da execução do Plano de Ação do Liquidante, vez que os contratos operacionais possuem prazos limitados para o período da liquidação, sem expectativa de renovações. Destacamos também que todas as empresas que possuem concessão de uso dos imóveis da CASEMG foram devidamente notificadas para que procedam com a saída no prazo previsto para o final da liquidação. O 1º Plano de Trabalho da Liquidação foi elaborado e revisado pela Equipe de Liquidação conforme orientações da SEST, e o Plano de Ação aprovado foram previstas 06 (sete) ações e 04 (quatro) Sub. Processos; além do cronograma por etapa, a saber: **Plano de Ação do Processo de Liquidação - 1º Plano de Trabalho:** 1-Auditoria Independente; 2-Consultoria Especializada; 3-Contratação de Prestação de Serviço de Avaliação e Elaboração de Laudos Mercadológicos; 4-Tratamento do Acervo Documental; 5-Levantamento do Passivo da Companhia; 6-Manutenção da Atividade Econômica. **Sub-Processos:** 1-Levantamento Geral da Companhia: Bens Móveis e Imóveis; 2-Desmobilização dos Colaboradores; 3-Cronograma de Desmobilização dos Colaboradores; 4-Desembolso Financeiro; 5-Cronograma por etapa. Foram apresentados no período, 02 (dois) relatórios trimestrais (13/12/2018 à 13/03/2019 e 14/03/2019 a 13/06/2019) referentes ao andamento dos trabalhos da liquidação, encaminhados aos Ministérios da Economia e Agricultura. **2.1. Atividades Iniciais do Período - CASEMG em Liquidação:** Após realização da Assembleia Geral Extraordinária em 13 de dezembro de 2018 para nomeação do liquidante e extinção da gestão do Diretor Presidente, Diretores e Conselho de Administração, ações iniciais foram realizadas com composição do quadro de empregados para atuar na equipe de liquidação, e as primeiras ações foram diretamente ligadas às atividades da área administrativa e operacional da Companhia visando obter dados para a elaboração e propositura do Plano de Trabalho conforme relacionado: **a) Registro do Instrumento Legal da Ata da Assembleia Geral Extraordinária** junto à JUCEMG e Receita Federal do Brasil- RFB para efetivação dos poderes do liquidante. Destaca-se que o Registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária somente ocorreu em 11 de janeiro de 2019, uma vez que a JUCEMG solicitou diversos ajustes no texto da Ata da Assembleia para possível aprovação nos termos da legislação vigente. Após o registro do ato na JUCEMG foi possível promover a inclusão do liquidante como responsável pela empresa perante as instituições financeiras, e assim iniciar definitivamente o processo de liquidação. Em razão da personalidade jurídica da Companhia foi tramitado junto à Receita Federal a mudança da razão social conforme consta na ata da AGE, passando o nome empresarial para **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG em Liquidação,** e também a alteração do administrador perante a Receita, iniciando assim o processo de liquidação junto aos órgãos fiscais. As Instituições Financeiras ao tomarem ciência da liquidação da Companhia e da nomeação do liquidante suspenderam os acessos às contas correntes até que fosse promovido o registro do ato junto à JUCEMG, sendo necessário a solução de diversas questões burocráticas para que o Liquidante pudesse estar apto a gerir as operações financeiras, administrativas, contábeis e jurídicas da Companhia. a.1) Após a liberação das operações financeiras pelos bancos, o Liquidante promoveu um acompanhamento diário do fluxo de caixa da Companhia, de forma a cumprir com as obrigações de pagamento das despesas inadiáveis e também das despesas correntes. **b) Aprovação das Demonstrações Contábeis Exercício 2018.** As Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o parecer de auditoria independente foram elaboradas e levados a aprovação da Assembleia Geral Ordinária e do Conselho Fiscal conforme legislação vigente, em 07/06/19. **c) Levantamento dos processos de prestação de serviços continuados.** Os processos de serviços continuados da Companhia foram revisados de acordo com a nova conjuntura da Companhia e sofreram reduções dentro do permitido pela lei. Os prazos das renovações se limitaram ao prazo limite da liquidação, ou seja os contratos foram renovados inicialmente até 13 de junho de 2019. Importante destacar que alguns contratos tiveram prorrogação por período superior ao limite da liquidação dado ao seu objeto ser indispensável para a obtenção de dados importantes pelos órgãos setoriais, pois trata-se de informações dos sistemas que armazenam dados contábeis, financeiros e de recursos humanos. Com a prorrogação da liquidação para 13/12/19 alguns contratos tiveram a sua vigência prorrogada. **d) Levantamento do quadro de empregados efetivos, licenciados, afastados.** Para avaliar as ações a serem tomadas quanto aos empregados, foram realizados levantamentos de custo dos desligamentos de todos os empregados efetivos e de recrutamento amplo, considerando para elaboração do plano de trabalho os empregados aposentados, licenciados, afastados, com análise e avaliação pelo Departamento Jurídico sob a situação de cada empregado. O Ministério Público do Trabalho realizou audiência com a CASEMG em razão de a mesma ter sofrido denúncia por parte dos empregados e ficou acordado com a promotoria que os empregados somente seriam demitidos depois do dia 13 de janeiro de 2019, prazo para a apresentação do plano de trabalho, bem como a elaboração de um processo administrativo de motivação de demissão para cada empregado demitido. **e) Levantamento das Ações Judiciais Trabalhistas e Cíveis da Companhia.** O Departamento Jurídico promoveu a atualização do passivo trabalhista e cível apresentado no Plano de Trabalho e atualizado mensalmente para as reuniões do Conselho Fiscal-CONFIS. **f) Levantamento do Ativo Imóvel e Móvel da Companhia.** O liquidante verificou que a Companhia possuía levantamento de bens móveis e imóveis revisados pela Comissão de Inventário criada na gestão anterior. Os trabalhos da Comissão foi concluído ao final de 2018, quando se obteve o relatório geral de todos os bens móveis da Companhia. Com relação aos bens imóveis da Companhia, o trabalho foi realizado de forma a inserir no plano de trabalho cronograma com a perspectiva de venda dos bens imóveis. Verificou-se a necessidade de analisar de cada registro de imóvel, e promover a regularização dos imóveis com pendência. Dessa forma, foi incluído no Plano de Ação a contratação de Consultoria Especializada para promover os levantamentos necessários para subsidiar o setor administrativo e jurídico. **g) Levantamento dos Contratos Operacionais.** Considerando que a atividade da CASEMG é armazenagem de grãos e que os contratos de prestação de serviços são realizados com antecedência a colheita da safra, verificou-se que a gestão anterior havia assinado contratos para 08 (oito) unidades operacionais (Uberlândia, Uberaba, Patrocinio I e II, Monte Carmelo, Ituiutaba, Capinópolis, Conceição das Alagoas e Frutal) com clientes de grande porte, além de alguns contratos de adesão, e continuidade de alguns contratos da safra de 2018 em caráter de termo aditivo, uma vez que os clientes não promoveram a expedição dos produtos. Constatou-se que nos contratos operacionais foi inserido pelo departamento jurídico da Companhia clausulas informando sobre a possibilidade de privatização ou liquidação da empresa, portanto todos os clientes já tinham ciência das perspectivas da empresa. **h) Levantamento dos Contratos de Concessão e Permissão de Uso.** Foi realizado levantamento dos contrato de concessão de uso e permissão de uso e comunicado oficialmente a todos sobre a retirada dos imóveis dentro do prazo da liquidação. **3. Dos Objetivos e Resultados: 3.1. Plano de Ação do Processo de Liquidação - 1º Plano de Trabalho:** A CASEMG em Liquidação elaborou o 1º Plano de Trabalho da Liquidação e encaminhou através do Serviço Eletrônico de Protocolo - SEI que foi revisado de acordo com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais- SEST. O Plano de Ação foi apresentado com o escopo, as etapas e o valor estimado para execução de cada ação conforme discriminado abaixo: **a) Auditoria Independente:** Elaborado processo para contratação de serviços de auditoria independente para análise das demonstrações contábeis e financeiras da CASEMG relativas ao período da liquidação. Processo licitatório nº 161/2019 com publicação de edital e pregão eletrônico realizado no dia 13/06/2019. Contrato nº 021/2019 assinado para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis e financeiras trimestrais da CASEMG relativas ao exercício de 2019. O primeiro semestre de 2019 já foi auditado. **b) Consultoria Especializada:** Previsto no Plano de Ação a contratação de empresa especializada para analisar a regularização dos bens da CASEMG, com apuração de documentação de registros cartoriais, inventário dos bens imóveis e assessoria jurídica especializada. Devida às dificuldades financeiras e a orientação da SEST para que consultasse a Secretaria do Patrimônio da União- SPU requerendo orientações quanto à transferência dos imóveis da CASEMG para a União quando da sua definitiva extinção, foi interagido o assunto com a SPU que definiu que os imóveis serão repassados àquele Órgão somente após a sua regularização e somente com a extinção da empresa. **Status:** Processo Licitatório nº 240/19 em andamento. **c) Contratação de Prestação de Serviço de Avaliação e Elaboração de Laudos Mercadológicos:** Contratação de empresa para avaliação dos bens imóveis da CASEMG visando à realização dos leilões para venda do ativo da Companhia. Para agilizar o processo de alienação dos imóveis inicialmente foi elaborado Processo de dispensa para contratação de avaliador de imóveis regulares de unidades desativadas e com possibilidade de êxito na alienação, Imóveis selecionados: Alfenas, Canápolis, Centralina, Sacramento, Governador Valadares, Uberaba, Conceição das Alagoas, Frutal, Ituiutaba, Patrocinio unidade graneleiro, Monte Carmelo, Santa Vitória e Tupaciguara. Mas logo, o liquidante achou prudente a elaboração de processo licitatório de pregão eletrônico para avaliação de todos os imóveis. Processo nº 243/19- PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019. **d) Tratamento do Acervo Documental:** Previsão de contratação de empresa para prestação de serviços de digitalização do acervo documental da CASEMG, dos processos administrativos, documentos contábeis e fiscais, processos judiciais e dos processos da liquidação, conforme orientação da equipe do Arquivo Nacional e normas vigentes. Processo de Licitação nº 240/19. Nos dias 25 e 26/03/19 foi realizada visita de 02(dois) técnicos do Arquivo Nacional/Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, objetivando a verificação do acervo da CASEMG, elaboração do diagnóstico e plano de ação para tratamento dos documentos, bem como orientações técnicas. Constituída por meio da Portaria nº 020 de 08/04/2019, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD de forma a atender as normativas e orientações do Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional enviou através do Ofício nº 020/2019/COGED/ NA/MJSP de 10/04/2019, o Relatório de Visita Técnica realizada em 25 e 26 de março/19 e Orientação Técnica do Arquivo Nacional. A CASEMG consultou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, por meio do ofício nº 038/2019 de 22/05/2019, quanto ao recebimento por aquele Ministério setorial do acervo documental da CASEMG nos termos do disposto no artigo 11 do Decreto 9.589/2018. Através do ofício nº 081/2019/SE-CGVOC de 17/06/19, o MAPA informou que a CASEMG deverá atender todas as orientações para tratamento técnico arquivístico dos documentos contidos no Relatório de visita do Arquivo Nacional, e assim que estiver pronta a documentação informar ao Ministério. **e) Levantamento do Passivo da Companhia: "**Promover o levantamento de todas as ações em tramitação nas esferas cíveis e trabalhistas, ambiental e justiça federal em que a CASEMG seja autora, ré ou interessada". O Departamento Jurídico da Companhia elaborou planilha de acompanhamento contendo os processos judiciais de ações cíveis e trabalhistas com a discriminação das ações prováveis, possíveis e remotas, sendo que as ações prováveis estão registradas no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial da Companhia. Assim como os valores relativos de parcelamentos de tributos federais que são acompanhados pela Gerência Contábil e Financeira. **f) Manutenção da Atividade Econômica: Em Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 29/03/19 foi deliberada a continuidade das atividades comerciais da CASEMG matriz e filiais em Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Capinópolis, Ituiutaba, Monte Carmelo, Conceição das Alagoas e Frutal conforme dispõe o artigo nº 211 da lei 6404 de 1976 e, em 07/06/2019 em AGE e AGO conjunta foi deliberado pela prorrogação do prazo da liquidação por 180 dias e ainda pela continuidade das atividades comerciais das unidades, até que os negócios da safra 2018/2019 sejam finalizados, ou que os contratos vigentes se encerrem o que acontecer primeiro. **Sub-Processos: a) Levantamento Geral da Companhia: Bens Móveis e Imóveis: I. Bens móveis:** Foi considerado o último levantamento patrimonial realizado em dezembro de 2018, pela Comissão de Patrimônio da Companhia. Iniciada a análise dos bens móveis inservíveis/sucata que poderão ser alienados nos termos da legislação vigente. **II. Bens Imóveis:** Prevista a contratação dos serviços de Consultoria especializada para a regularização dos imóveis, bem como contratação de empresa para elaboração de laudos mercadológicos à alienação dos bens imóveis; e contratação de leiloeiro oficial. **III. Imóveis com avaliação vigente:** Os 02 (dois) imóveis com laudo de avaliação vigente no início da liquidação foram levados a leilão: **Araguari:** Imóvel leiloado por meio de Leilão nº 001/2019 em 03/04/2019 no valor de R$5.380.000,00, sendo recebida a entrada de 50% no valor de R$2.690.000 e a 1ª parcela na importância de R$74.722,00, das 36 previstas no edital. **Buritis: Leilão do imóvel fracassado após a realização de 02(dois) certames.** A vigência do laudo de avaliação do imóvel expirou o prazo de 12 meses, pois a contratação do referido laudo foi anterior ao início da liquidação. Foi solicitado manifestação da CGU quanto à alienação pelo preço mínimo no 3º leilão, mas o liquidante achou prudente que fosse realizado novo processo licitatório por meio de Pregão Eletrônico nº 003/2019, com objetivo de Registro de Preços para contratação de prestação de serviços por meio de pessoa (s) jurídica (s) com profissionais avaliadores regularmente registrados e habilitados nos respectivos Conselhos (COFECI ou CREA ou CAU), para elaboração e fornecimento de Laudo de Avaliação Mercadológica para todos os bens móveis/ Imóveis da CASEMG. **b) Desmobilização dos Colaboradores:** Do total de 126 empregados no início da liquidação em 13/12/2018, no final de junho a CASEMG totalizava 67 empregados (55 efetivos e 12 recrutamento amplo- RA), ou seja, foram demitidos 59 empregados, sendo (56 efetivos e 03 de recrutamento amplo). As etapas de demissões foram cumpridas parcialmente já que a previsão de desmobilização operacional e de empregados discriminadas no 1º Plano de Trabalho foi considerada para liquidação em 180 dias, considerando a previsão de entrada de recursos do Tesouro Nacional, o que não ocorreu; e ainda a previsão de alienação de imóveis, o qual foi realizado apenas de 01(um) imóvel cuja receita foi utilizada para a desmobilização de pessoal. Em virtude da prorrogação do prazo da liquidação para mais 180 dias, para realização das ações em andamento que foram motivação para autorização e ratificado pela Assembleia Geral de Acionistas, foi dada a continuidade da desmobilização dos empregados de acordo com o novo cronograma apresentado, utilizando dos recursos da atividade operacional e da alienação do único imóvel localizado no Município de Araguari. **c) Desembolso Financeiro:** A CASEMG em Liquidação encaminhou inicialmente via sistema para a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST a proposta de Reprogramação do Programa de Dispêndios Globais- PDG para o exercício de 2019, incluindo pedido de subsidio de capital do Tesouro Nacional. O PDG 2019 foi elaborado com base na necessidade disposta no Plano de Ação para o Processo de Liquidação nas diversas fases de execução, entre elas a desmobilização dos colaboradores da Companhia; avaliação de imóveis para desfazimento; e outros dispêndios previstos. O recurso de subsidio solicitado não foi autorizado, ficando desta forma, sendo utilizados os recursos oriundos das atividades operacionais de 08 unidades armazenadoras e da alienação de 01(um) imóvel.

Demonstramos o Fluxo de Caixa realizado do período de janeiro a junho:

CASEMG - Fluxo de Caixa - Realizado - Mensal - Período: Janeiro a Junho/2019

Nome da Rubrica	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Saldo Acumulado
Disponível Inicial	2.402.731	2.429.647	2.422.226	2.759.175	4.497.054	3.979.115	2.402.731
Entradas de Capital	131.601	185.842	332.704	2.801.974	111.974	186.696	3.750.791
Entradas Correntes	1.569.851	1.427.880	1.923.461	2.471.969	2.263.840	1.155.644	10.812.645
Total das Entradas	1.701.452	1.613.722	2.256.165	5.273.943	2.375.814	1.342.340	14.563.436
Saídas de Capital	(26.315)	-	-	-	-	-	(26.315)
Saídas Correntes	(1.648.221)	(1.621.144)	(1.919.216)	(3.536.064)	(2.893.754)	(1.645.600)	(13.263.999)
Total de Saídas	(1.674.536)	(1.621.143)	(1.919.217)	(3.536.063)	(2.893.753)	(1.645.600)	(13.290.312)
Disponível Final	2.429.647	2.422.226	2.759.174	4.497.055	3.979.115	3.659.508	3.675.855

d) Cronograma por etapa: Foi elaborado o cronograma de realização para as etapas previstas no Plano de Ação e as alterações/não realizações foram devidamente justificadas nos Relatórios Trimestrais. **4. As ações do 2º Plano de Trabalho do Processo de Liquidação para o período de 13/06/2019 à 13/12/2019 estão abaixo resumidas e foram aprovadas as seguintes ações:** a) Alienação de imóveis - Processos Realizados; b) Contratação de Prestação de Serviço de Avaliação e Elaboração de laudos Mercadológicos; c) Alienação/Leilão de Bens móveis/imóveis e sucata; d) Contratação de Consultoria Especializada; e) Contratação de vigia; f) Auditoria Independente; g) Acompanhamento dos Ativos e Passivos da Companhia; h) Tratamento do Acervo Documental. i) Desmobilização Operacional e Encerramento de Atividades: I) Encerramento das atividades operacionais; II) Cronograma de desmobilização de colaboradores. **5. Conclusão:** No primeiro período do processo de liquidação - 13/12/2018 a 13/06/2019, a CASEMG em Liquidação, teve como objetivo principal o cumprimento de suas atribuições institucionais, além de manter as atividades operacionais mínimas necessárias para o equilíbrio financeiro da Companhia, auferindo receitas dentro do limite autorizado pela Assembleia Geral. Neste sentido, tem-se que enfatizar alguns pontos nodais que impactaram diretamente no cronograma de liquidação da CASEMG no qual destacamos: **• O Processo:** Primeiramente o processo para registro de instrumento legal, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que nomeou o liquidante e excluiu o mandado dos diretores. Durante esse processo ocorreram alguns entraves para registro na Junta Comercial de Minas Gerais atrasando o processo da liquidação, pois foi necessário proceder após a Assembleia, alguns ajustes no próprio texto da ata por exigência do órgão e assim dar prosseguimento ao processo de registro, o mesmo ocorrendo com a Receita Federal do Brasil. **• Diretrizes:** Devido a ser um processo novo no âmbito dos Órgãos de controle do governo federal, responsáveis pelo acompanhamento do processo de liquidação da Companhia, assim como da própria Equipe de Liquidação da CASEMG acabou criando uma morosidade do processo, pois foi consumido muito tempo na interface entre a CASEMG e os referidos Órgãos, ocorrendo atraso na execução das ações necessárias a serem definidas no 1º Plano de Trabalho. **• Desmobilização de mão de obra Efetiva:** O processo de liquidação da CASEMG iniciou-se com um quadro de pessoal muito reduzido, que já havia sendo utilizado com mão de obra avulsa intermediada pelo Sindicato de Braçagistas nas Unidades operacionais. Segundo o Plano de Cargos e Salários da CASEMG aprovado no último concurso em 2006, o quadro de pessoal da Companhia contemplava 220 empregados, sendo: Sede Administrativa: 51 funcionários; Unidades Operacionais: 169 funcionários. O novo PCCS da CASEMG elaborado para realização de novo concurso público não foi autorizado pela SEST. Em dezembro de 2018, início da liquidação, o quadro de pessoal efetivo se resumia no total de 111 funcionários: Sede Administrativa: 26 funcionários; (Redução de 49%); Unidades Operacionais: 85 funcionários. (Redução de 50%), redução total de 109 funcionários, o que representa 50% da força de trabalho da Companhia nos termos do Plano de Cargos e Salários - PCS. No que tange as contratações de funcionários de Recrutamento amplo, em 13/12/2018 dezembro totalizava 15 empregados (sendo que a maioria já prestava serviços estratégicos há mais de 05 anos em virtude da não realização do concurso citado acima), ou seja, totalizando no geral 126 empregados completando a força de trabalho da Companhia. Diante desse cenário, com a continuidade das atividades operacionais em 08 unidades autorizadas pela Assembleia Geral, a desmobilização de mão de obra somente ocorreu e poderá ocorrer na medida em que as Unidades encerrem suas atividades com a expedição de todas as mercadorias de clientes com contratos em andamento. **• Recursos Financeiros:** Conforme dispõe o Art. 8º - Parágrafo Único da Resolução nº 50 - "A União disponibilizará os recursos necessários às despesas remanescentes, observada a disponibilidade orçamentária e financeira". Tendo em vista que os recursos que foram solicitados, necessários às despesas remanescentes para a liquidação da CASEMG não foram disponibilizados, e considerando que a única fonte de receita, além da alienação de imóveis, é oriunda da prestação de serviços com armazenagem de grãos, motivo pelo qual foi solicitada a manutenção das atividades operacionais com lucratividade para a CASEMG, dessa forma ficou comprometido o processo de liquidação. **• Inventário Patrimonial - Bens Imóveis:** A CASEMG possui 33 imóveis difundidos dentro do estado de Minas Gerais, ou seja, em 32 Municípios, sendo que somente 20 imóveis em condições de alienação no status "Ad Corpus", os demais 13 imóveis apresentam alguma irregularidade, seja na documentação (inexistência de registro/escrituras), ou ocupação irregular por terceiros. Como liquidante, diante dos pontos que impactaram o processo da liquidação, expresso que o prazo estipulado inicialmente não foi suficiente para execução das ações para o cumprimento do Plano de Trabalho. **José Rodrigues Pinheiro Dória** - Liquidante da CASEMG

Balanços Patrimoniais em 30/06/2019 e em 31/12/2018 - Em reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**7.100.865**	**5.571.170**
Caixa e Bancos		15.812	467.606
Aplicações Financeiras		3.660.043	1.940.769
Duplicatas a Receber	4	876.923	1.148.487
Adiantamentos		23.393	22.438
Tributos a Compensar	6	151.538	129.952
Concessão de Direito Real de Uso	7	354.367	215.862
Outros Créditos	8	1.853.621	1.273.798
Estoque		61.382	59.752
Despesas Antecipadas		56.299	281.397
Ressarcimento de Clientes	9	63.778	47.400
Perdas no Recebimento de Crédito	5	(16.291)	(16.291)
Não Circulante		**9.799.550**	**8.748.451**
Realizável a Longo Prazo		**4.534.202**	**3.101.784**
Depósitos Recursais	10	117.739	146.600
Valores Bloqueados pela Justiça	10	1.091.060	816.629
Créditos a Receber de Precatório Judicial	10	1.437.832	1.437.832
Créditos a Receber de Alienação de Ativo	10	1.320.846	125.291
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic.	10	566.725	575.432
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial	11	492.462	492.462
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	12	(492.462)	(492.462)
Imobilizado Liquido	13	**5.262.323**	**5.641.126**
Imobilizado Bruto		141.180.961	144.062.317
(-) Depreciações Acumuladas		(135.918.638)	(138.421.191)
Ativo Intangível	13	**402.333**	**402.760**
(-) Amortização Acumulada		**(399.308)**	**(397.219)**
Total do Ativo		**16.900.415**	**14.319.621**

Balanços Patrimoniais em 30/06/2019 e em 31/12/2018 - Em reais

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		**5.908.842**	**6.147.081**
Fornecedores	14	703.484	790.956
Obrigações Fiscais	15	510.906	240.859
Salários e Contribuições Previdenciárias	16	1.774.960	1.576.657
Obrigações a Terceiros		122.629	93.648
Parcelamento Salário- Educação	17	16.624	33.741
Parcelamento Lei 11.941/2009	18	186.796	377.581
Parcelamento Lei 12.996/2014	19	205.432	561.444
Parcelamento Lei 13.496/2017	20	47.107	101.732
Provisão p/ Ações Trabalhistas e Cíveis	21	2.335.214	2.363.372
Pensões Judiciais		5.690	7.091
Não Circulante		**1.721.889**	**1.674.248**
Parcelamento Lei 11.941/2009	18	580.357	566.374
Parcelamento Salário- Educação	17	12.098	11.247
Parcelamento PGFN Lei 13.496/2017	20	1.129.434	1.096.627
Patrimônio Líquido		**9.269.684**	**6.498.292**
Capital Social	22	26.814.711	26.814.711
Prejuízos Acumulados		(17.545.027)	(20.316.419)
Total do Passivo		**16.900.415**	**14.319.621**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Outros resultados abrangentes
Saldo em 31/12/2017	**3.983.069**
Ajuste de exercícios anteriores	210.158
Créd. PF e Base de cálculo de CSLL utilizado p/amortiz. do PERT.	7.364.889
Prejuízo do Exercício 2018	(5.059.824)
Saldo em 31/12/2018	**6.498.292**
Ajuste de exercícios anteriores	(163.602)
Resultado de exercício	2.934.994
Saldo em 30/06/2019	**9.269.684**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 30/06/2019 e 31/12/2018 - Em reais

	Nota	Capital Social Integralizado	Lucros/Prej. Acumulados	Patrim. Líquido Consolidado
Saldos Finais em 31/12/2018		**26.814.711**	**(20.316.419)**	**6.498.292**
Ajustes de exercícios anteriores	23	-	(163.602)	(163.602)
Lucro do semestre de 2019	33	-	2.934.994	2.934.994
Saldos Finais em 30/06/2019		**26.814.711**	**(17.545.027)**	**9.269.684**
Saldos em 31/12/2017		**26.814.711**	**(22.831.642)**	**3.983.069**
Ajustes de exercícios anteriores		-	210.158	210.158
Créd. PF e Base de cálculo de CSLL utilizado p/amortização do PERT.		-	7.364.889	7.364.889
Prejuízo do Exercício 2018		-	(5.059.824)	(5.059.824)
Saldos Finais em 31/12/2018		**26.814.711**	**(20.316.419)**	**6.498.292**

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 - Em reais

	Nota	2019	2018
Receita de Venda de Serviços e Mercadorias	24	**9.059.231**	**11.457.327**
(-) Deduções da Rec. Vendas de Serviços e Mercadorias		**(909.272)**	**(1.270.137)**
(-) Cofins e PIS não Cumulativo, ISSQN, ICMS		(1.047.668)	(1.420.151)
(+) Créditos PIS/Cofins Não Cumulativo		138.396	150.014
Receita Liquida de Vendas de Serviços		**8.149.959**	**10.187.190**
(-) Custo das Vendas		**(8.366.604)**	**(9.535.742)**
Custo dos Serviços Prestados	25	(7.662.516)	(8.108.550)
Custo das Mercadorias		(704.088)	(1.427.193)
Resultado Operacional Bruto		**(216.645)**	**651.448**
(-) Despesas Administrativas	29	**(3.881.785)**	**(3.859.636)**
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(3.866.857)	(3.693.304)
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis	28	(14.928)	(166.332)
Outras Receitas (Despesas)		**1.726.356**	**2.528.574**
Outras Receitas	30	1.727.519	2.530.505
(-) Outras Despesas		(1.163)	(1.931)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	31	**63.208**	**(85.350)**
Receitas Financeiras		171.312	167.604
(-) Despesas Financeiras		(108.104)	(252.955)
Resultado Operacional		**(2.308.866)**	**(1.614.273)**
Outros Resultados			
(+) Ganho de Capital	32	5.625.987	-
Resultado antes do IR e CSLL		**3.317.121**	**(764.965)**
Imposto de Renda e CSLL		(382.127)	(424.654)
Resultado do Exercício	33	**2.934.994**	**(1.189.619)**
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social		0,071	(0,029)
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516.561	40.212.516.561

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - para o Exercício findo em 30/06/2019 e 31/12/2018 - Em Reais

Atividades Operacionais	06/2019	12/2018
Lucro/Prejuízo do exercício	2.934.994	(5.059.824)
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	249.746	1.329.860
Ajuste de exercício anterior	(163.601)	210.158
Perda do imobilizado	134.012	253
Amortização	2.089	4.178
Créditos utilizados amortização PERT	-	7.364.889
Lucro do Exercício Ajustado	**3.157.240**	**3.849.514**
Variações Ativo		
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	271.565	(253.369)
Aumento (Dim.) de Concessão Direito Real de Uso	(138.504)	63.319
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	225.097	(14.714)
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	(16.378)	15.598
Aumento (Diminuição) Estoque	(1.630)	151.841
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	(21.586)	51.783
Aumento (Dim.) de Adiant. Internos e a Terceiros	(955)	25.934
Aumento (Dim.) de Créditos a Receber de Precatório	168.057	(12.918)
Aumento (Diminuição) Alienação de imóveis	(1.943.436)	4.527.584
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	28.861	26.868
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	(274.430)	1.924.394
Aumento (Diminuição) Prefeitura de Frutal	8.706	39.586
Aumento (Diminuição) de Provisão de Perdas	-	(5.942)
Aumento (Diminuição) de outros créditos	-	90.000
Total	**(1.694.633)**	**6.629.964**
Variações Passivo		
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(87.471)	(256.612)
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	270.047	(339.283)
Aumento (Dim.) Salários e Contribuições Fiscais	198.302	70.832
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	28.981	(399.411)
Aumento (Dim.)Prov.Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(28.159)	85.772
Aumento (Dim.) de Acordos Trabalhistas (CP/LP)	-	(333.417)
Aumento (Dim.) de Ações civis e Pensões (CP/LP)	(1.401)	1.637.772
Aumento (Dim.) Parc. da Lei 11.941/2009 (CP/LP)	(176.802)	(332.500)
Aumento (Dim.) Parc. Lei 12.996/2014 (CP/LP)	(356.012)	(662.671)
Aumento (Dim.) Parc. Lei 13.496/2017 (CP/LP)	(21.818)	(7.634.498)
Aumento (Diminuição) Salário Educação (CP/LP)	(16.265)	(29.980)
Total	**(190.598)**	**(8.193.996)**
Atividades de Investimentos		
Aquisições/ Ajustes do Ativo Imobilizado	**(4.529)**	**(201.630)**
Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	**1.267.480**	**2.083.852**
Caixa no início do período	2.408.375	324.523
Caixa no fim do período	3.675.855	2.408.375

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30/06/2019 - Em reais

1. Contexto Operacional: A Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG EM LIQUIDAÇÃO é uma sociedade por ações, constituída através da Lei 1.643/1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Em 26/05/2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União. A empresa se encontra em processo de dissolução e liquidação conforme Resolução nº 50, de 16/10/2018, Ata de Assembleia Geral realizada em 13/12/2018 e Ata de Assembleia de 17/06/2019. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das S.A., Lei 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007, 11.941/2009 e CPC- 21 (Demonstração Intermediária). As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1 Ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados por valores de custo. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á até o curso do exercício subsequente e no não circulante os ativos cuja realização dará em período superior a um ano. **3.1.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3.284/2005 a Cia. efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil. **3.1.2 Contas a receber:** São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei 9.430/96. **3.1.3 Estoques:** Os estoques estão representados por dois tipos: um de apropriação de sobras de mercadorias e outro por aquisição de materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras. **3.1.4 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº 162/98. **3.1.5 Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, e incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. **3.2 Classificação dos passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. **3.2.1 Provisão para contingências:** A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Cia. como resultado de eventos passados, tendo como base as ações em andamento acompanhadas pelo setor jurídico. **3.2.2 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço. **3.3 Apuração do resultado:** O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício. **4. Duplicatas a Receber de Clientes (Ativo Circulante):** Os saldos de R$876.923 em 30/06/2019 e R$1.148.487 em dezembro de 2018 se referem a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos, conforme detalhamos a seguir. A redução dos valores a receber se deu em virtude da redução de contratos com clientes em função da publicação da Resolução nº 50, de 16/10/2018.

Unidades Armazenadoras	Posição em 30/06/2019	Posição em 31/12/2018
Capinópolis	137.755	458.854
Centralina	-	14.000
Conceição das Alagoas	23.592	-
Frutal	16.277	53.312
Ituiutaba	32.911	38.433
Monte Carmelo	2.133	80.500
Patos de Minas	-	95.999
Patrocínio	208.836	239.175
Santa Vitória	-	22.473
Uberaba	44.411	28.610
Uberlândia	411.008	117.131
Total	**876.923**	**1.148.487**

5. Perdas no Recebimento de Créditos (Ativo Circulante): O valor de R$16.291 corresponde ao valor registrado acumulado de perdas no recebimento de créditos em curto prazo sobre a conta duplicatas a receber. No semestre não houve movimentações. **6 - Tributos a Compensar (Ativo Circulante):** O total de R$151.538 estão compostos por: IRRF a Compensar: R$84 de retenções sobre notas fiscais de clientes que foram compensados em 23/08/2019; CSLL a Compensar de R$29.861: formados por pagamento por estimativa no exercício de 2018 (R$29.593) e sobre retenções de notas fiscais de clientes de 2018 (R$268) que foram compensados em 23/08/2019; IRPJ a compensar de R$121.593, compostos por R$17.934 sobre retenção de valores bloqueados, R$2.735 sobre retenção de nota fiscal de cliente, R$20.567 sobre aplicação financeira e R$80.357 de IRPJ pago por estimativa no exercício de 2018. A compensação dos valores do exercício de 2018 (R$103.036) foi efetuada em 25/07/2019 e 23/08/2019 respectivamente. **7. Concessão de Direito Real de Uso (Ativo Circulante):** Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmado pela Cia. no valor total de R$354.367. **8. Outros Créditos (Ativo Circulante):** O saldo de R$1.853.621 é composto por: R$4.660 de depósito de FGTS efetuado indevidamente em 21/05/2013 pela Cia. onde o processo de restituição se encontra em andamento; e R$186.730 referentes a 10 parcelas a receber de R$18.673, firmadas com o Município de Ipanema onde se obteve procedência em favor da Cia., culminado no Precatório 13/2001; e R$214.667 de duas parcelas a receber de R$107.333

continua...

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D13A-D4B3-502F-785A.

...continuação

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS CASEMG - EM LIQUIDAÇÃO - CNPJ nº 17.186.370/0001-68

do processo de concorrência 01/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Frutal em 07/08/2017; R$27.842 de 06 (seis) parcelas a receber de R$4.640 do precatório firmado com o Município de Espinosa sobre concessão de uso do imóvel; R$1.419.722 de 19 parcelas a receber de R$74.722 da alienação do imóvel de Araguari, de acordo com o Edital Leilão nº 001/2019, entrada de 50% da arrematação e o restante parcelado em 36 parcelas. **9. Ressarcimento de Clientes (Ativo Circulante):** O saldo de R$63.778 é composto por valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga, descarga e respectivos encargos sociais executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas. A maior parte dos valores a receber é das Unidades de Capinópolis, Patrocínio e Uberlândia. **10. Créditos e Valores (Ativo Não Circulante):** Compostos por: depósitos recursais R$117.739 e valores bloqueados pela justiça R$1.091.060 para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub judice; No semestre houve desbloqueio de R$23.167 para pagamento de despesas trabalhistas. R$1.437.832 a receber se refere ao precatório nº 13/2001 firmado em 04/2014 com o Município de Ipanema referente ao processo de imóvel da CASEMG nesse município; Créditos de alienações de ativos são compostos por: R$125.291 se refere a 27 parcelas a receber de R$4.640 referente ao precatório firmado com o Município de Espinosa sobre concessão de uso do imóvel e R$1.195.555 referente a 16 (dezesseis) parcelas a receber de R$74.722 da alienação do imóvel de Araguari, de acordo com o Edital Leilão nº 001/2019, entrada de 50% da arrematação e o restante parcelado em 36 parcelas. O montante de R$566.725 é referente ao saldo do crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG está sendo revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Cia. na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem. No semestre foram compensados valores de R$8.706. **11. Duplicatas a Receber de Clientes em Cobrança Judicial (R. L. Prazo):** O saldo de R$492.462 decorre de valores a receber de clientes em cobrança judicial. Não houve movimentações no semestre. **12. Perdas no Recebimento de Créditos (R. L. Prazo):** Constituída a provisão para perdas com base na Lei 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos registrados na conta Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial. Não houve movimentações no semestre.

Saldo Inicial	**492.462**
Saldo Final	492.462

13. Imobilizado/Intangível (Ativo Não Circulante):

	06/2019	12/2018
Imóveis	88.380.688	89.340.047
Equipamentos	43.226.889	44.435.942
Veículos	411.215	412.639
Material Permanente	2.714.841	2.746.355
Armazéns e Silos	6.402.763	7.016.728
Obras em andamento	44.565	110.606
Imobilizado Bruto	**141.180.961**	**144.062.317**
(-) Depreciação Acumulada	(135.918.638)	(138.421.191)
Total Imobilizado	**5.262.323**	**5.641.126**
Intangível		
Direitos e Propriedades	**402.333**	**402.760**
(-) Amortização Acumulada	**(399.308)**	**(397.219)**

Principais alterações no Ativo Imobilizado em 2019: Baixa do imóvel e bens de Felixlândia em 26/03/2019 referente a levantamento de valores da arrematação judicial do imóvel em processo trabalhista ajuizado por Valdira Pereira Ramos, valor residual de R$13.192; Baixa do imóvel e bens referente à alienação do imóvel de Araguari em 08/04/2019, conforme Edital Leilão nº 001/2019, valor residual R$113.572; Baixa do imóvel de Perdizes referente à reversão do mesmo ao patrimônio público municipal, valor residual R$7.247. Obras em andamento: Unidade de Monte Carmelo do processo de implantação de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (R$11.456) desde julho/2016; Unidade de Uberlândia construção do Laboratório para coletor (R$1.489) desde junho/2018; Unidade de Uberaba ampliação do cômodo da balança rodoviária (R$5.972) desde novembro/2017, reforma de sanitário (R$1.833) desde dezembro/2017 e projeto escoamento água pluvial área operacional (R$4.996) desde novembro/2017; Na Unidade de Ituiutaba construção de cômodo para instalação do centro de distribuição de energia geral da Unidade (R$18.819) desde maio de 2017; Não houve investimentos no primeiro semestre de 2019. Apenas ajustes contábeis para acerto de sistemas PAT/CON no valor de R$4.529; Depreciação Acumulada: Esta conta registra as depreciações calculadas sobre os bens do Ativo Imobilizado acumuladas ao longo dos exercícios. Em 2019 foram registradas despesas de depreciação no valor de R$249.746 e baixas nas depreciações de R$2.752.299 resultantes da alienação do imóvel de Araguari, reversão do imóvel de Perdizes ao município e baixa por arrematação do imóvel de Felixlândia. Amortização Acumulada: Registra as variações das amortizações calculadas sobre os bens do Ativo Intangível. Em 2019 houve despesas de amortizações de R$2.089. **14. Fornecedores (Passivo Circulante):** O saldo de R$703.484 é composto por aquisições de materiais e serviços de Fornecedores a pagar. Deste valor constam bloqueios de pagamentos no montante de R$83.403 de dois fornecedores dos serviços terceirizados de limpeza e segurança. Os bloqueios se deram devido a descumprimento de cláusulas contratuais e de processo em trâmite na Justiça do Trabalho em que a Cia. pode ser condenada como responsável solidária. **15. Obrigações Fiscais (Passivo Circulante):**

	06/2019
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	75.651
Imposto s/Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	32.006
IPTU e outras taxas Municipais	21.122
IRPJ E CSLL a Recolher	382.127
Total	**510.906**

O saldo de IRRF/COFINS/PIS e Outros Impostos Retidos são compostos pelas provisões de IRRF: (R$56.170). Impostos retidos referentes à retenção da Lei 10.833 do mês de dezembro 2018 (R$19.481); O valor de R$32.006 é composto pela provisão do ISS das Unidades prestadoras de serviços R$31.943 a recolher e R$63 de ISS da Unidade de Frutal que serão compensados conforme a Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. IPTU e outras taxas Municipais: Provisão de IPTU da Sede Administrativa e das Unidades de Uberlândia e Centralina. IRPJ e CSLL a Recolher: Referente à provisão trimestral de IRPJ de R$277.799 e CSLL de R$104.328 devido principalmente por recebimentos da alienação de Araguari e os recebimentos de parcelas das alienações dos imóveis de Ipanema e Frutal. **16. Salários e Contribuições Previdenciárias (Passivo Circulante):**

	06/2019	12/2018
Salários e Honorários a Pagar	500.643	300.418
INSS a Recolher	139.275	167.068
INSS a Recolher (Avulsos)	66.227	55.805
INSS s/cessão de mão de obra	7.219	8.166
FGTS a Recolher	23.552	54.622
Provisão para Férias/13º salário e encargos	1.023.843	978.431
FGTS a Recolher (Avulsos)	14.124	12.147
INSS a Recolher (Autônomo)	77	-
Total	**1.774.960**	**1.576.657**

O saldo de R$1.774.960 em 2019 é constituído pelas obrigações com Pessoal. O aumento da conta salários e honorários a pagar de dez/2018 para jun/2019 é devido às demissões de funcionários provisionadas em junho e pagas somente no inicio do mês de jul/2019. O aumento da conta provisão para Férias/13º salário e encargos de dez/2018 para jun/2019 é devido dez/2018 não incluir as provisões de 13º e encargos já que são pagos em dezembro antes do encerramento do exercício. **17. Parcelamento de Salário-Educação (Passivo Circulante e Não Circulante):** Esta conta é composta por débito de salário-educação referente ao período de jan/1999 a abr/2000 parcelados na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN em 60 parcelas. Foram pagas 50 parcelas até jun/2019.

	06/2019	12/2018
Dívida Consolidada	**44.988**	**74.967**
(-) Pagamento de parcelas	(17.116)	(33.158)
(+) Apropriação de juros	851	3.179
Saldo devedor do parcelamento	**28.723**	**44.988**
Dividido em:		
Passivo Circulante	16.624	33.741
Exigível em Longo Prazo	12.099	11.247
Total	**28.723**	**44.988**

18. Parcelamento da Lei 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante): Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no programa REFIS cuja dívida foi reparcelada em 120 meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Foram pagas 96 parcelas pagas até junho de 2019.

	06/2019	12/2018
Dívida Consolidada	**943.955**	**1.276.455**
(-) Pagamento de parcelas	(190.785)	(371.974)
(+) Apropriação de juros	13.983	39.474
Saldo devedor do parcelamento	**767.153**	**943.955**
Dividido em:		
Passivo Circulante	186.796	377.581
Exigível em Longo Prazo	580.357	566.374
Total	**767.153**	**943.955**

19. Parcelamento da Lei 12.996/2014 (Passivo Circulante e Não Circulante): Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS, IRRF e Retenção da Lei 10.833 vencidos em 2012 e 2013 cuja dívida foi reparcelada em 60 (sessenta parcelas), nos termos da Lei 12.996/2014. Foram pagas 55 parcelas até junho de 2019.

	06/2019	12/2018
Dívida Consolidada	**561.444**	**1.224.115**
(-) Pagamento de parcelas	(364.804)	(707.298)
(+) Apropriação de juros	8.792	44.627
Saldo devedor do parcelamento	**205.432**	**561.444**
Dividido em:		
Passivo Circulante	205.432	561.444
Total	**205.432**	**561.444**

20. Programa Especial de regularização tributária - pert - lei 13.496/2017 (Passivo Circulante e Não Circulante): A Cia. aderiu em 25/08/2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. O Programa Especial de Regularização Tributária está regulamentado nos normativos: MP 783 de 31/05/2017, IN RFB 1.711 de 16/06/2017, Portaria PGFN 690 de 29/06/2017, Lei 13.496 de 24/10/2017, Portaria PGFN 1.032 de 25/10/2017, IN RFB 1.752 de 25/10/2017, Portaria PGFN 1.207 de 28/12/2017, IN RFB nº 1.822 de 02/08/2018 e IN RFB nº 1.855, de 07/12/2018.

	06/2019	12/2018
Dívida Consolidada	**1.198.359**	**8.832.857**
(-) Pagamento de parcelas	(54.625)	(104.774)
(+) Apropriação de juros	32.807	65.980
Amort.saldo devedor c/créd.prej.fiscal e base cálculo negativa de CSLL.	-	(7.364.889)
Estorno de provisão efetuado a maior/juros e multas.	-	(230.815)
Saldo devedor do Parcelamento		
Dividido em:	**1.176.541**	**1.198.359**
Passivo Circulante	47.107	101.732
Exigível em Longo Prazo	1.129.434	1.096.627
Total	**1.176.541**	**1.198.359**

O saldo desta conta é composto por débitos de INSS do período de dez/2014 a nov/2015 na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN no valor de R$1.176.541 (126 parcelas restantes de 144). **21. Provisão para Ações Trabalhistas/Cíveis (Passivo Circulante):** Constam registradas as provisões de R$2.335.214, sendo para ações trabalhistas o valor de R$381.008 de 8 reclamantes e provisões para ações cíveis de R$1.954.206 de 6 processos, conforme relatório do Departamento Jurídico da Cia.-DEJUR. **22. Capital Social:** Em jun/2019, o capital social de R$26.814.711, é formado por 95,11% em ações ordinárias e 4,89% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,96%); CONAB (6,73%); BDMG (0,20%); Outros (0,11%). **23. Ajustes de Exercícios Anteriores:** No 1º semestre de 2019, houve ajustes de exercícios anteriores de R$163.602 para correção de lançamentos. **24. Receita Bruta de Vendas de Mercadorias e Serviços (Contas de Resultado):**

	06/2019	06/2018
Receita Bruta de Vendas	**9.059.231**	**11.457.327**
Receita de vendas de serviços	8.355.143	10.126.518
Vendas de mercadorias	704.088	1.330.809

A redução da receita se deu principalmente à redução de contratos com clientes, tendo em vista a publicação da Resolução nº 50, de 16/10/2018. No 1º semestre de 2019, foram baixados os CNPJs e encerradas as atividades operacionais das Unidades de Alfenas, Araguari, Buritis, Santa Vitória e Unaí. Em operação restaram apenas 9 Unidades. **25. Custos Operacionais (Contas de Resultado):**

	06/2019	06/2018
Pessoal e encargos sociais	2.743.292	1.966.445
Materiais e Produtos	397.908	736.339
Serviços de Terceiros	3.240.641	3.342.306
Utilidades e serviços	835.879	807.579
Impostos e taxas	263.638	277.600
Custos gerais	35.034	94.469
Depreciação/Amortização	241.960	970.974
Participação descontada funcionários	(95.836)	(87.162)
Total:	**7.662.516**	**8.108.550**

Em relação a 2018 houve aumento na conta despesa com Pessoal e encargos sociais devido à contabilização de indenizações e aviso prévio de 42 funcionários que foram demitidos; A variação na conta Utilidades e serviços foram aumentos nas despesas com telefone, água e energia elétrica. As reduções nas contas de materiais e produtos e serviços de terceiros foram devidos a redução de contratos com clientes em função da publicação da Resolução nº 50, de 16/10/2018; A redução na conta de depreciação é devido a bens que foram totalmente depreciados no período e a baixa de bens pela alienação do imóvel de Araguari. **26. Despesas de Viagem/km (Custos e Despesas/Contas de Resultado):** Nas Unidades os custos no semestre de 2019 com viagens foram de R$37.658 para prestação de serviços na manutenção dos equipamentos, visitas periódicas dos supervisores técnicos para verificar a qualidade dos grãos e visitas do Gerente de Operações e Controle para encerramento das Unidades desativadas. Na Sede Administrativa as despesas no semestre c/viagens foram de R$49.761 principalmente com passagens aéreas dos conselheiros e liquidante da Cia. para participar de reuniões. **27. Assistência Médica (Custos e Despesas/Contas de Resultado):** Os gastos com assistência médica no semestre totalizaram R$720.827. A participação descontada dos funcionários foi de R$87.319, de acordo c/o §1º e 3º da cláusula 9ª do acordo coletivo de trabalho 2016/2017. **28. Demandas Trabalhistas/Cíveis (Despesas Administrativas/Contas de Resultado):** No semestre houve despesas de processos trabalhistas no valor de R$2.382 e de despesas com processos cíveis foram R$12.546. **29. Despesas Administrativas (Conta de Resultado):** Em relação a 2018 houve aumento na conta despesa c/Pessoal e encargos sociais devido à contabilização de indenizações e aviso prévio de 14 funcionários que foram demitidos. A variação na conta Utilidades e serviços foram aumentos nas despesas com telefone e energia elétrica. As reduções nas contas de materiais e produtos e serviços de terceiros foram devidas as reduções de contratos com clientes em função da publicação da Resolução nº 50, de 16/10/2018.

	06/2019	06/2018
Pessoal e encargos sociais	2.627.825	2.511.677
Materiais e Produtos	12.196	20.842
Serviços de Terceiros	655.755	725.445
Utilidades e serviços	72.275	52.567
Impostos e taxas	23.334	21.333
Despesas gerais	542.179	575.403
Depreciação/Amortização	9.875	10.144
Participação descontada funcionários	(61.654)	(57.775)
Total:	**3.881.785**	**3.859.636**

30. Outras Receitas(Conta Resultado): Esta conta é composta por R$1.727.519,distribuídos em:

Receitas eventuais:	777.622
Recuperação de despesas:	112.482
Concessão Direito R.Uso:	824.638
Desconto obtido:	12.777

Na conta Receitas Eventuais são apropriadas as receitas que eventualmente ocorrem e as contrapartidas dos Estoques de sobras de mercadorias apropriadas pela Cia.. No 1º semestre de 2019 os valores das apropriações das sobras totalizaram R$704.088. **31. Outras Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (Conta de Resultado):** Os saldos em 30/06/2019 e 2018 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	06/2019	06/2018
Despesas Financeiras	**(108.103)**	**(252.955)**
Juros pagos ou incorridos	58.169	117.615
Multas dedutíveis e indedutíveis	28.173	114.337
Comissões, despesas bancárias e outras.	21.761	21.003
Receitas Financeiras	**171.311**	**167.605**
Taxa de Permanência	35.079	45.144
Apropriação de juros e multas	55.859	111.563
Renda de aplicação financeira	80.373	10.897
Despesas Financeiras - Receitas Financeiras:	**(63.208)**	**(85.350)**

Em 2019, os juros contabilizados decorreram de Parcelamentos sobre a dívida da Lei 11.941/09 (R$13.983), do Parcelamento da Lei 12.996/2014 (R$8.793), Parcelamento de Salário Educação (R$851), Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (R$32.806) e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos. A redução em 2019 dos juros é devida a amortização de parcelamentos com impostos em agosto e dezembro de 2018 com créditos de base de cálculo negativa de CSLL e prejuízo fiscal. As multas contabilizadas são sobre valores pagos em atraso a Fornecedores e impostos. Os valores de R$21.761 contabilizados na conta comissões e despesas bancárias se referem exclusivamente a tarifas bancárias no semestre. O aumento nas Receitas Financeiras é devido ao aumento das aplicações financeiras principalmente com os valores recebidos da alienação do imóvel de Araguari. **32. Ganho de Capital:** Em 2019, o saldo de R$5.625.987 teve como resultados: o levantamento de valores da arrematação judicial do imóvel de Felixlândia em 26/03/2019; a alienação do imóvel de Araguari em 08/04/2019, conforme Edital Leilão nº 001/2019 e a reversão do imóvel de Perdizes ao patrimônio público municipal. **33. Dos Resultados:** Resultado do Exercício: Lucro de R$2.934.994 devido principalmente pela contabilização da alienação do imóvel de Araguari em 08/04/2019 pelo valor de R$5.380.000. **34. Remuneração de Empregados:** O valor da remuneração do Administrador da Cia. é de R$12.870 e dos empregados o maior e o menor são R$13.052 e R$998, respectivamente. **35. Eventos Subsequentes a Data de Encerramento do Semestre que possam a vir a ter efeito relevante sobre a situação Patrimonial da Cia..: Evento 1.** Através do Pregão Eletrônico nº 003/2019 foi efetuado o registro de preços para contratação de serviço de elaboração de laudo de avaliação mercadológica dos bens imóveis e móveis da CASEMG. As avaliações serão feitas em 31 Unidades e estão com o processo em andamento. Consta publicado o Edital do processo para a alienação do imóvel de Alfenas que ocorrerá no dia 18/11/2019. **Evento 2.** A compradora da alienação do imóvel de Araguari G.P. Rio Preto Administração Empreendimentos Ltda, notificou a CASEMG, em 30/07/2019, informando sobre a impossibilidade de cumprimento do contrato de Promessa de Compra e Venda e solicitando a redução de multas por rescisão contratual, onde restam a pagar pela compradora o montante de R$2.615.277 referente a 35 parcelas de R$74.722 com vencimentos a partir de 05/06/2019. Em contranotificação, a CASEMG através do liquidante informou as disposições previstas no Edital e contrato celebrado relatando a impossibilidade da Cia. de acatar a redução de multas em virtude da rescisão contratual.

José Rodrigues Pinheiro Dória - Liquidante
Marcely Aparecida da Silva - Contadora - CRC: MG: 087817/O -3

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASEMG - EM LIQUIDAÇÃO

O Conselho Fiscal da Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, em Liquidação, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Ordinária realizada nesta data, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, das Demonstrações dos Resultados do Exercício - DRE, das Demonstrações do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas referentes ao primeiro semestre de 2019, findo em 30/06/2019, tendo por base o exame do Relatório e Parecer da Auditoria Independente, realizado pela Davi & Corrêa Auditores Independentes S.S., exarado em 29/10/2019, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, reunindo as condições para serem submetidos á apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Belo Horizonte (MG), 04/12/2019. **(a) Valdir Silveira Lisboa -** Presidente, **(a) Fabio Jose Pereira -** Conselheiro Titular, **(a) Lizane Soares Ferreira -** Conselheiro Titular.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASEMG - EM LIQUIDAÇÃO - RELATÓRIO DO LIQUIDANTE

O Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, em Liquidação, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Ordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório do Liquidante que contemplou as ações e justificativas relativas ao período de 13.12.2018 á 13.06.2019, que, por unanimidade, é de opinião que o documento em questão retrata as principais ações contempladas do Plano de Trabalho de Liquidação para o referido período. Encaminha-se este parecer para apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Belo Horizonte (MG), 04 de dezembro de 2019. **(a) Valdir Silveira Lisboa** - Presidente, **(a) Fabio Jose Pereira** - Conselheiro Titular, **(a) Lizane Soares Ferreira** - Conselheiro Titular.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1 - Considerações Iniciais: Estamos apresentando o relatório sobre os trabalhos de auditoria externa, especificamente nas áreas contábil e controles internos, realizado na entidade durante o mês de agosto de 2019, utilizando como base as informações contábeis do primeiro semestre de 2019. O trabalho abrangeu a revisão da documentação comprobatória, avaliação dos controles internos, procedimentos e rotinas praticadas pelas áreas, bem como as informações gerenciais, contábeis, sistêmicas e legais. Os exames foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo aplicação de testes e exames sobre operações, livros, registros, documentos e controles subsidiários, bem como entrevistas e questionamentos aos responsáveis por cada rotina/procedimento na extensão e profundidade julgadas necessárias. No decorrer de nossos trabalhos, com a aplicação dos procedimentos em cada ponto, aprofundamos aqueles assuntos que por relevância, insegurança nos controles e informações ou por não conformidade constatada exigiram maior detalhamento e possuem comentários específicos a respeito. Observamos que a CASEMG se encontra em processo de dissolução e liquidação, conforme Resolução nº 50 de 16/10/2018 e Ata de AGE realizada em 13/12/2018. Agradecemos a todos da Cia. de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A. - CASEMG, a seguir denominada CASEMG, que colaboraram dando-nos as informações e a atenção necessária para a realização deste trabalho. **2 - Relatório dos auditores independentes referente ao 1º semestre de 2019:** Aos Diretores e Conselheiros **Cia. de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A. - CASEMG -** Belo Horizonte - MG; Examinamos os registros contábeis e os controles internos da Cia. de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A. - CASEMG (em liquidação), referente ao primeiro semestre de 2019, encerradas em 30/06/2019, assim como as principais práticas contábeis adotadas, elaboradas sob a responsabilidade da administração. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os registros contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as informações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas informações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das informações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as informações contábeis do primeiro semestre de 2019 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A. - CASEMG (em liquidação) em 30/06/2019 e o desempenho de suas operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Porto Alegre/RS, 29 de outubro de 2019. **Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S -** CRC - RS 3.797, **Pedro Osório Corrêa -** Contador CRC - RS 42.462/0-8.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Itambacuri

lucasleiloeiro.com.br

Edital de Leilão 01/2020–**Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão simultâneo, em 30/03/2020 09:00 horas, na Câmara Municipal-Praça do Monumento, nº 269, Centro, Itambacuri/MG, seus bens inservíveis: veículos diversos e máquinas. Local de visitação: Secretaria de Saúde de Itambacuri- Presidente Costa e Silva, nº 94, Várzea, Itambacuri/MG. Dias de visitação: 23/03/2020 a 30/03/2020 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

CIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MG – CASEMG EM LIQUIDAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO – LEILÕES OFICIAIS 016 e 019 de 2020 - OBJETO: Alienação de imóveis OPERACIONAIS DESATIVOS de propriedade da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG EM LIQUIDAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, Lei Federal nº 9.491/97, do Decreto Federal nº 9.589/2018 e da Resolução da Presidência da República – Secretaria da Casa Civil, nº 050/2018 de 16 de outubro de 2018. Leilão 016: referente ao imóvel localizado no Distrito de Cisneiros no Município de Palma - MG, com a Sessão de Licitação: 26/03/2020 das 9h00min às 9h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 26/03/2020 às 10h00min. Leilão 019: referente ao imóvel localizado no município de Conceição das Alagoas, com a Sessão de Licitação: 23/03/2020 das 15h00min às 15h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 23/03/2020 às 16h00min. Local: Conforme item 7.3 dos respectivos editais. Editais disponíveis no site da CASEMG www.casemg.gov.br. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida através do e-mail cpl@casemg.gov.br. 04/03/2020 - Comissão Permanente de Licitação

---

A REALCOOP-COPERATIVA REALIDADE EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA. EDITAL - CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - O Presidente da A REALCOOP- Cooperativa Realidade em Transportes e Logística Ltda, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Cooperados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 28 de março de 2020, na rua Deputado Quintino Vargas,205, Bairro Candelária, em Belo Horizonte - MG, não será no endereço da seda da RELACOOP por não conter espaço o suficiente para grandes reuniões, na qual será deliberada a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas do exercício de 2019 compreendendo: a) Relatório de Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstração de Sobras ou Perdas e demais Demonstrações; d) Relatório do Conselho Fiscal; 2) Eleição para Conselho fiscal para o exercício de 2020, e 3) Outros assuntos de interesse social. A Assembleia se realizará às 09h00min, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Associados com direito a voto; às 09h30min, em segunda convocação, com metade mais um dos Associados presentes com direito a voto ou, ainda, em terceira convocação, às 10 h00min, com a presença mínima de 10 (dez) Associados em condição de voto. Para os efeitos legais, o número de Associados com direito a voto nesta data é de 29. Belo Horizonte, 04 de março de 2020. Rudney Carlos Ventura – Presidente

---

MUNICÍPIO DE CURVELO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020

Objeto: Registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios - exclusivo p/ ME, EPP ou Equiparadas. Abertura da sessão dia 18/3/20 às 14h, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até 8h do mesmo dia.

Curvelo, 4/3/20 – Gilvânia A Oliveira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG

A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 - Centro - 39.575-000, torna-se público que, por ausência de interessados na sessão pública realizada no dia 29/01/2020, foi declarado deserto o Pregão Presencial n° 01/2020, que tem por objeto a contratação exclusiva de ME/EPP ou equiparadas para prestação de serviços de assessoria de imprensa, divulgação eletrônica de atos oficiais e dos eventos municipais, criação e gestão das redes sociais oficiais do Município. O Pregoeiro comunica aos interessados que o certame será repetido, em sessão pública a ser realizada no dia 18/03/2020, as 09:00 horas, na sede da Prefeitura. Informações complementares pelo telefone (38) 3736-9142, no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com.

Jose G. Teixeira - Pregoeiro

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SAAE DE FRANCISCO SÁ/MG

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Francisco Sá/MG, torna pública as publicações dos Editais dos Processo Licitatório nº 008/2020 - Registro de Preços nº 006/2020 - Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO PARA CAIXA DIFERENCIAL E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE - FRANCISCO SÁ/MG, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA."** A abertura da sessão será no dia 18 de março de 2020 às 09h00min, na Avenida Getúlio Vargas, nº 222, Centro, Francisco Sá/MG, CEP: 39.580-000. Telefone: (38) 3233-1212, (38) 3233-1000, endereço eletrônico: http://saaefranciscosa.com.br/ ou e-mail: saaefsa@hotmail.com - Pregoeiro Titular: Antônio Isac Gonçalves Xavier.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 012/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 - Torna público o aviso de licitação, objetivando a **contratação para prestação de serviços de menor preço por quilometragem diária de transporte escolar na zona rural do município de Monte Azul/MG, para o exercício de 2020**. Credenciamento: 17/03/2020 às 08h30min. Abertura: 17/03/2020 às 08h45min. Interessados manter contato: (38) 3811-1597 / 3811-1050, e-mail: licitacaomoa@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro, Monte Azul/MG, 04/03/2020.

Carlos Carmelo José Santos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
RETIFICAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 002/2020

O Município de Itaobim/MG - torna público a Retificação do **Credenciamento de Empresa para Prestação de Serviços de Hospedagem e Alimentação** para atender o Município de Itaobim. **ONDE SE LÊ:** Credenciamento nº 001/2020; **LEIA-SE:** Credenciamento nº 002/2020. Célio Geraldo Dutra Menezes - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR S/A CNPJ nº 25.658.691/0001-46 - NIRE 31300015670 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os senhores acionistas de SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Rua Adolfo Engel, 19, Bloco II, bairro Jardim Tropical, em Alfenas, MG, no dia 07/04/2020, às 20:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) *tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da diretoria e demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019*; b) *deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do referido exercício*; c) *eleger os administradores para o período de 01/05/2020 a 30/04/2022 e fixar honorários para o período 05/2020 a 04/2021*. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019.

Alfenas, 03 de março de 2020.
Dr. José Carlos Miranda - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG torna público o Processo Licitatório nº 012/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2020. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM ENTREGA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL E ÓLEO DIESEL S-10), PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FRUTA DE LEITE/MG.** Abertura da sessão: 20/03/2020 às 09h00min. Edital disponível através do email: licitacao.frutadeleitemg@gmail.com

Pregoeira Oficial: Tamires Ribeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO/MG
TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/20

A Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, torna público a TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/20, tipo "Menor preço Global". Objeto: Execução de pavimentação em bloquetes sextavados em trechos das Ruas 02, 03 e Rua Paulista no Bairro Madragoa, Rua Raimundo José Solto, Centro neste município. Rua Viana na localidade de Viana, Zona Rural do município de Rio Vermelho, Rua Fernando Pereira da Silva e Rua Milton Fróis Costa, na localidade de Pedra Menina, Distrito deste município. Entrega dos envelopes "documentação e propostas": Dia 24 de março de 2020 até às 09:00 horas, na Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Centro, Rio Vermelho/MG. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, na Praça Nossa Senhora da Pena nº 380 - Centro, Tel.: (33) 3436-1361, E-mail: licitar@riovermelho.mg.gov.br - Site: www.riovermelho.mg.gov.br.

Viviane Costa - Presidente da CPL.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2963-9E7C-C80D-3ED8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA

Aviso de Licitação. Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório Nº011/2020, na modalidade **Tomada de Preços 001/2020,** tipo menor preço global, em 20/03/2020 às 09h00min,objetivando a contratação de sociedade empresária especializada para a execução de obra de pavimentação em bloquete sextavado em vias públicas da Sede do Município, pagt° com Recurso de financiamento BDMG Urbaniza, Edital nº2019/01, Operação de Crédito PVL nº 02.003050/2019-47, autorizado pela Lei Municipal nº 915 de 15 de julho de 2019. Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br.em 04/03/2020 - Edileuza Miranda Jardim - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

Torna público o **CANCELAMENTO** do Proc. Lic. nº 029/2020 - T. P. nº 004/2020. Objeto: Reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS GERALDO GORUTUBA, situada na Avenida Montes Claros/Bairro Denise, na sede do município de São João da Ponte. Com amparo no art. 49 da Lei 8.666/93. Em virtude do surgimento de despesas urgentes que comprometeram os recursos alocados para a referida obra.

São João da Ponte - MG, 04 de março de 2020.
Rafaela Rosana Pereira - Presidente de CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 018/2020

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 018/2020. Objeto:** Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos sob demanda, constando de elaboração de projetos executivos de rede de comunicação (cabeamento estruturado, wireless e de energia elétrica), execução de infraestrutura de rede comunicação (cabeamento lógico e energia elétrica), com fornecimento de materiais e de equipamentos e ativos de rede, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Nova Lima. Data de realização **17/03/2020 às 09:30 h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações**.

Nova Lima, 04 de março de 2020.
O Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE PAJEÚ/MG
Aviso de Licitações

A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú/MG, torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 007/2020**, tipo menor preço por km rodado, destinado a contratação de pessoa jurídica/e ou física especializada no transportes de estudantes da Educação Básica e Educação Infantil (Transporte Escolar), conforme especificações contidas no edital, cujo credenciamento se dará às 09:00 (nove) horas do dia 18 (dezoito) de março de 2020 e **PREGÃO PRESENCIAL 008/2020**, tipo menor preço por item, destinado ao REGISTRO DE PREÇO para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores destinados a manutenção da frota municipal, conforme especificações contidas no edital, cujo credenciamento se dará às 10:00 (dez) horas do dia 18 (dezoito) de março de 2020. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú/MG, com sede na Rua Afonso Pena, 14 - Centro, pelo telefone (33) 3754-1200 - E-mail: licitacaopmcp@yahoo.com.br ou site: www.cachoeiradepajeu.mg.gov.br - Cachoeira de Pajeú/MG, 04 de março de 2020. Pregoeiro Oficial.

MUNICÍPIO DE NOVA PORTEIRINHA/MG

Torna público que fará realizar CHAMADA PÚBLICA nº 001/2020, através do Proc. Administrativo nº 015/2020 – Dispensa de Licitação nº. 002/2020, cujo prazo para recebimento das propostas e documentação será do dia 06/03/2020 ao dia 26/03/2020 de 11:00hs ás 16:00hs – Objeto: Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados para o ano letivo 2020 nas Escolas Municipais que oferecem Educação Infantil (creche), Ensino Fundamental, Médio e os Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAS, da Rede Pública Municipal (PNAE) conforme Resolução CD/FNDE nº 26/2013 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015. O edital poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br. Telefax: (38) 3834-1748.

Fábio Almeida Alves – Presidente da CPL.

EDITAL – RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2020 – AGRICULTORES FAMILIARES- Pelo presente Edital a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FETAEMG**, entidade sindical de segundo grau representativa da categoria de trabalhadores rurais, inscrita no CNPJ- 17.388.158/0001-83, agrupada no Plano da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, com sede na Rua Álvares Maciel, 154, Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte – MG, Fone (31)3073-0000, faz saber aos trabalhadores rurais, agricultores familiares, proprietários ou não, que exercem atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros; Assentados e parceleiros da reforma agrária, meeiros, posseiros, arrendatários, comodatários que trabalham por conta própria e não tenham empregados rurais; nos termos do artigo 605 da CLT; Decreto-Lei nº 1.166/71, alterado pela Lei 9.701/96, que o recolhimento da Contribuição Sindical deverá ser efetuado, até o último dia útil do mês de maio de 2020, nas agências do Banco do Brasil e agências bancárias credenciadas. As guias poderão ser adquiridas no Site www.fetaemg.org.br, na sede da FETAEMG ou na sede dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O recolhimento da referida contribuição fora do prazo será acrescido de multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subseqüente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, conforme disposto no artigo 600 da CLT. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020. Vilson Luiz da Silva – PRESIDENTE

EDITAL – RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2020– EMPREGADOS – ASSALARIADOS RURAIS – Pelo presente Edital a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FETAEMG**, entidade sindical de segundo grau representativa dos trabalhadores rurais no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ-17.388.158/0001-83, agrupada no Plano da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, com sede na Rua Álvares Maciel, 154, Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte – MG, Fone (31)3073-0000, faz saber aos Empregadores Rurais (pessoa física e jurídica), em conformidade com as disposições estatutárias e ao disposto no artigo 605 da CLT, que o recolhimento da Contribuição Sindical dos empregados/assalariados rurais representados por esta Federação e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado de Minas Gerais descontada no mês de março de 2020 deverá ser recolhida em guia própria, nas agências do Banco do Brasil e agências bancárias credenciadas, até o último dia útil do mês de abril de 2020. As guias deverão ser adquiridas no Site www.fetaemg.org.br; na sede da FETAEMG ou dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O recolhimento da referida contribuição fora do prazo será acrescido de multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subseqüente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, conforme disposto no artigo 600 da CLT. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020. Vilson Luiz da Silva – PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2020

O Município de Itaobim/MG - torna público que realizará licitação na Modalidade Concorrência Pública - Tipo: Maior Oferta - para Permissão de uso de espaço público no Município de Itaobim/MG para exploração comercial de Bar e Lanchonete dos imóveis "REDONDO BAR" localizado na parte central da Praça Afonso Martins e "BARCA" localizada dentro do Parque de Exposições nesta cidade. Abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 07/04/2020, às 08h30min. As cópias do Edital nº. 019/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2020 - PAL Nº. 020/2020, bem como esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Depto. Municipal de Licitação e Patrimônio - Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - Itaobim/MG, Fone: (33) 3734-1157. E-mail: licitacao@itaobim.mg.gov.br. Edital disponível pelo site: www.itaobim.mg.gov.br. Célio Geraldo Dutra Menezes - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Juiz de Fora convoca todos os Associados quites e em pleno gozo de seus direitos sociais para participarem da Assembléia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 13/03/2020 em Primeira Convocação às 09:00 hs da manhã, e em segunda e Última Convocação às 09:30hs da manhã, em nossa Sede Social sita à Rua Barão de Cataguases, nº- 55 – Centro – Juiz de Fora – MG, com os seguintes Pontos de Pauta:

A- Apresentação do Relatório do Exercício Financeiro de 2019;
B- Apresentação, discussão, votação e aprovação do Balanço Financeiro de 2019;
C- Apresentação, discussão e aprovação da Previsão Orçamentária para o ano de 2021;
D- Leitura e Aprovação da Ata que registrou os trabalhos realizados nesta Assembléia.

Juiz de Fora, 05 de Março de 2020
Anderson Miranda Sá Stehling - Presidente

ESTAMPARIA S.A. QUALIDADE EM TECIDOS — **CNPJ: 19.791.987/0001-38**

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Rua Jonas Barcelos Corrêa, n° 215, na Cidade Industrial de Contagem - MG, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei n° 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2019.

Contagem - MG, 02 de Março de 2020.
(ass.) Rogério Mascarenhas Cezarini
Presidente do Conselho de Administração da Estamparia S/A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contratos da Ata de Registro de Preços - Processo de Licitação Nº.: 0149/2018. Modalidade: P. P. Nº. 0052/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: A Construjan Ltda/R$ 73.233,66; Omar Airton Porto/R$ 36.758,97. Objeto da Licitação: Contrato do Saldo de Ata de Aquisição de Ferramentas para Mão-de-Obra. Vigência: 05/02/2020 a 05/02/2021.

A Sra. Raquel Da Silva Nogueira, responsável pelo empreendimento denominado BOLA PESADA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, localizado na Praça Leonardo Gutierrez, n° 215, Bairro Gutierrez-BH/MG, torna público que protocolou, em 27/01/2020 requerimento de Licença de Operação (Renovação) à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG – Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº014/2020 – O Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº014/2020, para prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, ornamentação, remoção, coroas, traslado, velório. Tipo: Menor Preço, critério de julgamento Preço unitário, Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 18/03/2020 até às 13:00h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG – Aviso de Licitação – Tomada de Preços Nº 003/2020 - O Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar Tomada de Preços Nº003/2020, contratação de empresa especializada para Construção de Quadra Poliesportiva Coberta. Tipo: Menor Preço: Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 25/03/2020 até às 13:00 h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br – João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Mamonas

Edital de Leilão **001/2020** – O Leiloeiro **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão em **02/04/2020**, ás 10:00 horas, Quadra Poliesportiva, Rua Selvino Alves Teixeira, 359, Centro, Mamonas/MG, seus bens inservíveis: veículos, máquinas e bens diversos. Local de Visitação: Quadra Poliesportiva, Rua Selvino Alves Teixeira, 359, centro, Mamonas/MG. Dias de visitação: 30/03/2020 a 02/04/2020 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 016/20, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 011/19, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL, DESTE MUNICIPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 17/03/20 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 04/03/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Resultado final. Processo licitatório nº 177/2019, Concorrência nº 004/2019. Objeto: Término da construção da Unidade de Atenção Especializada em Saúde localizada na Rua Texas, s/nº, Bairro Belvedere, para atender ao Contrato de repasse nº 1022631-04/2014, celebrado entre o Município de Nova Serrana-MG e o Ministério da Saúde. Foi ganhadora a licitante: CIC Construções Ltda, CNPJ Nº 08.768.188/0001-24 que apresentou proposta com o valor de R$700.770,22.

Nova Serrana, 04 de março de 2020.
Euzebio Rodrigues Lago - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Informa que irá realizar o **Pregão Presencial N.º 019/2020 – Aquisição de merenda escolar**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da P.M.S.G.R.A.. As propostas deverão ser entregues **até as 09:00 horas do dia 18/03/2020. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, N.º 27 – Centro - SGRA, onde poderá ser obtido o Edital completo. São G. do R. Abaixo, **03 de março de 2020**.

Antônio Carlos Noronha Bicalho - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Processo N.º 021/2020 - Pregão Presencial N.º 007/2020, cujo objeto é a **Aquisição de refrigerador de leite, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura da P.M.S.G.R.A,** a Pregoeira e Equipe de Apoio decidem pela desclassificação do licitante **Luciano Henrique – ME** pelos fatos e fundamentos expostos na Ata Extraordinária, dando segmento aos trabalhos habilitam e declaram vencedor o licitante **Agro-Vale Muriaé Máquinas Agrícolas Eireli** para o Lote único. Fica concedido o prazo recursal, conforme preconiza o inciso XVIII, do artigo 8º, do Decreto Municipal N.º 086/2007. São Gonçalo do Rio Abaixo, 03 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Processo Licitatório 219/2019 - Pregão Presencial Nº 124/2019 – Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos de informática (...) A Pregoeira informa que conforme ATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 124/2019, os licitantes L G de Souza Barsaglia, M&R Equipamentos e Móveis Ltda., Mobille Aço Comércio Varejista de Móveis Ltda.-ME, Vitor Silvestre Felício – ME, Licita Brasil Soluções em Tecnologia EIRELI, Arenna Informática Ltda.-ME, Dario Humberto de Melo Castro, Adilene Anastácia Francisco – ME, Papelaria Souza Almeida Ltda.-ME, HM Informática Ltda., Meta X Indústria e Comércio Ltda.-EPP, Maqtec Ltda., MJ Móveis para Escritório Ltda. foram considerados vencedores. São Gonçalo do Rio Abaixo, 04 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG

A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 - Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que realizará no dia 17/03/2020, às 10h00min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 08/2020**, objetivando o registro de preços para a contratação exclusiva de ME/EPP ou equiparadas para prestação de serviços com veiculo tipo ônibus para transportes diversos. Informações complementares pelo telefone (38) 3736-9142, no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. Jose G. Teixeira - Pregoeiro

CIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MG – CASEMG EM LIQUIDAÇÃO - Torna-se publica a retificação Edital de Convocação – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, publicada no DOE no dia 11 de fevereiro de 2020, pagina 05 . Onde se lê " a ser realizada no dia 13 de março de 2020". Leia-se "a ser realizada no dia 12 de março de 2020".

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 018/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 - SRP Nº 004/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia **23/03/2020 as 08:00hs,** em sua sede na Avenida João Teixeira Filho, Nº 335, Centro Comunitário - Jaíba/MG. Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do **Tipo Menor Preço** por item, tendo como objeto a Futura e Eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br, solicitações e esclarecimentos através do e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações pelo telefone (38) 3833-1590, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis, Jaíba/MG, 04 de março de 2020. Teófilo Gomes Caíres - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG

Tomada de Preços nº 01/2020 - Processo de Licitação nº 42/2020, Tomada de Preços nº 01/2020. Objeto: execução de obras para construção do campo de futebol com alambrado, assento e vestiário, no Córrego da Praia, neste município de Sericita/MG, conforme projeto anexo. Valor estimado R$ 260.481,98. Sessão de abertura e julgamento: 25/03/2020, 9:00h. Prefeitura Municipal de Sericita/MG. Edital disponível junto à CPL ou através do e-mail: "prefeitura.adm20132016@gmail.com". Marilda Eni Coelho Reis, Prefeita Municipal.

Tomada de Preços nº 02/2020 - Processo de Licitação nº 43/2020, Tomada de Preços nº 02/2020. Objeto: execução de obras de pavimentação em bloquete e sarjeta no Morro dos Pereiras, neste município de Sericita/MG, conforme projeto anexo. Valor estimado R$ 124.812,90. Sessão de abertura e julgamento: 26/03/2020, 9:00h. Prefeitura Municipal de Sericita/MG. Edital disponível junto à CPL ou através do e-mail: "prefeitura.adm20132016@gmail.com".

Marilda Eni Coelho Reis, Prefeita Municipal.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 039/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020 - do tipo **"Menor Preço",** tendo por objeto a **Contratação de Serviços Médicos Especializados para Realização de Gastrostomia Endoscópica, mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão:** 18/03/2020, às 14h. **Retirada do Edital:** www.fhomuv.com.br. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA/MG

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 210/2017. Partes: Município de Urucuia / ENVAZ C G CONSTRUTORA LTDA - ME - Processo Licitatório n.º: 095/2017. Objeto: prorrogação de prazo de vigência até 30/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG

AVISO DE SESSÃO PARA APURAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS - TOMADA DE PREÇOS 015/2019 - PROCESSO nº 295/2019. O Município de Guaxupé - MG torna público que realizará no dia **10 de março de 2020, às 14:00 horas**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 (pavimento superior) - Centro, Guaxupé-MG, sessão pública destinada à apuração das Propostas Comerciais das empresas participantes da TOMADA DE PREÇOS 015/2019, Processo nº 295/2019, empreitada tipo menor preço global, destinada à seleção e contratação de empresa para execução dos serviços de Reforma do Telhado da Academia de Comércio São José. Guaxupé, 04 de março de 2020. Rafael Augusto Olinto. Secretário Municipal de Administração.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Pregão Presencial 005/2020 - Processo: 006/2020 - Órgão Gerenciador: Município de Coromandel-MG. Vigência: 12 meses – Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, produção de higienização e embalagens para atender as Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Coromandel – MG. Empresas: Arcepatos Distribuidora Ltda – CNPJ: 12.461.122/0001-64 – Valor: R$277.525,18; Grandes Marcas Distribuição Eireli – ME – CNPJ: 28.694.741/0001-39 – Valor: R$ 17.628,36; LM Comércio Ltda – ME – CNPJ: 05.788.495/0001-89 – Valor: R$ R$ 192.141,52; Megalimp Higiene e Limpeza Ltda – ME – CNPJ: 106.986.492/0001-12 – Valor: R$ R$ 167.507,13; Millenium Serviços, Comércio e Distribuição Ltda – CNPJ: 04.258.235/0001-39 - Valor: R$ 121.778,00 e Wesi Comercial Ltda EPP – CNPJ: 86.672.029/0001-35 – Valor: R$ 319.464,53. Valor Global da ata: R$1.096.044,72. A íntegra da ata se encontra no site www.coromandel.mg.gov.br. Coromandel, 28 de fevereiro de 2020. Cairon Dairel Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, RESULTADO DE HABILITAÇÃO Pregão Presencial 005/2020 - SRP- Processo: 006/2020. Empresas habilitadas: Arcepatos Distribuidora Ltda; Grandes Marcas Distribuição Eireli – ME; LM Comércio Ltda – ME; Megalimp Higiene e Limpeza Ltda – ME; Millenium Serviços, Comércio e Distribuição Ltda e Wesi Comercial Ltda EPP. Data 28/02/2020. Cairon Dairel Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Pregão Presencial 005/2020 - SRP- Processo: 006/2020, em favor das Empresas: Arcepatos Distribuidora Ltda; Grandes Marcas Distribuição Eireli – ME; LM Comércio Ltda – ME; Megalimp Higiene e Limpeza Ltda – ME; Millenium Serviços, Comércio e Distribuição Ltda e Wesi Comercial Ltda EPP. Data 28/02/2020. Dione Maria Peres – Prefeita Municipal.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código F310-C49D-CA66-50BA.